



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

O PROCESSO EDUCACIONAL DO CEGO EM ARACAJU (1950-1970)

PATRÍCIA MATOS SOUZA NUNES

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

O PROCESSO EDUCACIONAL DO CEGO EM ARACAJU (1950-1970)

PATRÍCIA MATOS SOUZA NUNES

Dissertação defendida no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Rita de Cácia Santos Souza.

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2013**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

N972p Nunes, Patrícia Matos Souza
O processo educacional do cego em Aracaju (1950-1970) / Patrícia Matos Souza Nunes; orientador Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. – São Cristóvão, 2013.
116 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Cegos - Educação - Sergipe. 2. Educação - História. 3. Política e educação. I. Instituto Benjamin Constant. II. Freitas, Anamaria Gonçalves Bueno de, orient. II. Título.

CDU 376.32(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



PATRÍCIA MATOS SOUZA NUNES

O PROCESSO EDUCACIONAL DO CEGO EM ARACAJU (1950- 1970)

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Sergipe e
aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 29. 05. 2013

Anamaria de Freitas

Prof.^a Dr.^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFS)

Rita de Cássia Santos Souza

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Souza (Co-Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe (DED)

Verônica dos Reis Mariano Souza

Prof.^a Dr.^a Verônica dos Reis Mariano Souza
Programa de Pós- Graduação em Educação (UFS)

Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão

Prof.^a Dr.^a Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de mais um sonho ser concretizado, mostrando, com isso, que quem acredita sempre alcança.

A meus pais, pela força, coragem e determinação, exercendo sempre os seus papéis nos momentos mais difíceis desta caminhada.

Ao meu esposo, Iran, companheiro, amigo, pessoa que sempre possibilitou, apoiou, incentivou e esteve presente na realização deste trabalho.

A minha filha, Isadora, meu anjo, minha vida que nasceu durante este trabalho acadêmico, mas que trouxe muita luz e que deu motivação até o último momento de construção.

A meus irmãos, Kelly, Ricardo, Fabiano e Marcus.

Ao professor José Américo de Menezes, que foi o mentor de tudo, quando me oportunizou, no período de graduação, a fazer pesquisa.

A professora Doutora Verônica Reis Mariano, por acreditar, sempre incentivar e estar sempre na torcida para que fosse concretizado este estudo.

A professora Rita de Cácia Santos Souza, por ter contribuído e apoiado, desde o começo, na construção desta pesquisa.

A minha queridíssima orientadora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, que pessoa! Não tenho palavras para te agradecer, com a sua orientação competente, incentivo e apoio nos momentos mais difíceis durante o percurso deste trabalho.

A professora Marlene, que sempre esteve disposta para dialogar sobre o seu caminho profissional.

A professora Julia, fonte de inspiração que sempre esteve do meu lado buscando me apoiar e acreditar que é possível a Educação do Cego.

A Fábio Nunes, amigo que fui presenteada durante o mestrado pela contribuição fantástica na coleta dos dados desta pesquisa durante a sua viagem ao museu do Instituto Benjamin Constant.

A Miriam Moraes, amiga que construí no mestrado, pela paciência e disposição sempre que precisei para corrigir este trabalho.

A Kátia e Margarida, pelos momentos de construção e distração durante a construção deste estudo.

A Simone Silvestre, por ser uma pessoa sensível e muito preocupada em ajudar o próximo, só tenho a agradecer a gentileza por emprestar os jornais para que a pesquisa continuasse.

A todos que fazem parte do PPGED pela colaboração e disponibilidade.

A família Apabb por sempre compreender minhas ausências e liberar sempre que foi necessário.

Ao Instituto Benjamin Constant, na pessoa de Glorinha e Valéria que abriram as portas do Instituto possibilitando a minha pesquisa acontecer.

A André Alves por ser uma pessoa tão atenciosa e generoso, colocando-se a disposição na reta final e minha auxiliando na impressão do meu trabalho.

Ao Professor Doutorando Paulo Boa Sorte, pela sua importante contribuição, por se dedicar e estar sempre disponível para fazer as correções no que tange à língua portuguesa.

A Professora Doutora Nelma, por ter contribuído de forma precisa e sucinta na construção final deste trabalho.

A todos,

Obrigada por tudo!

RESUMO

Ao fazermos uma análise das circunstâncias que cercam a educação da pessoa com deficiência, identificam-se mecanismos de segregação e exclusão fomentados por políticas assistencialistas e filantrópicas. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo compreender como se deu o processo educacional do cego em Aracaju. Como base teórico-metodológica, a pesquisa se fundamenta nos pressupostos da História Cultural, uma vez que essa perspectiva apresenta uma preocupação com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. As fontes utilizadas foram: documentos oficiais, Atas, revistas, jornais, legislação e depoimentos, dentre outros. Os diferentes registros citados foram coletados em arquivos localizados em Aracaju e no Rio de Janeiro. Pesquisamos no Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na Biblioteca Epifânio Dória, em Aracaju; e no Arquivo Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. Os depoimentos foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com as professoras pioneiras que atuaram na educação de cego em Aracaju. O marco temporal compreende as décadas de 1950, 1960 e 1970 do século XX, uma vez que este período foi marcado pelo surgimento das instituições que prestaram atendimento educacional à pessoa com deficiência visual. As primeiras escolas para os cegos foram a Escola de Reabilitação dos Cegos de Aracaju, fundada pelo Bispo Dom Fernando Gomes e a Escola de Cegos Lyon's Club que funcionou no Centro de Reabilitação Ninota Garcia. As principais categorias de análise utilizadas foram: cultura escolar, cultura material escolar, representação e apropriação. Espera-se, com esta investigação, elucidar elementos das práticas educativas utilizadas com os cegos em Aracaju, no período de 1950-1970.

Palavras-chave: Aracaju. Educação do Cego. História da Educação. História da Educação Especial.

ABSTRACT

Doing an analysis of the circumstance about the education of disabled person, we identify mechanisms of segregation and exclusion promoted by welfares and philanthropic politics. Before addition, the objective of this study is to understand how the educational process of blind in Aracaju started. As theoretical basis, this research is based in the assumptions of Cultural History because this perspective shows a preoccupation with anonymous populations, their modes of living, feeling and thinking. The sources used were Official Documents, Records, magazines, newspapers, laws, testimonials and other. These different registers were collected in file located in Aracaju and Rio de Janeiro. We have searched on the file of the Metropolitan Archdiocese of Aracaju, in the Historical and Geographic Institute, Epifânio Dórea Library in Aracaju; and in the file of the Benjamin Constant Institute, at Rio de Janeiro. The testimonials were collected through semi structured interview with the first teachers who worked with the blind education in Aracaju. The timeframe comprises the 50-70 decades in the twenty century, since this time was characterized by the beginning of the institution that provided education treatment to the disabled people. The first schools to blind were the “Escola de Reabilitação dos Cegos de Aracaju, founded by the Bishop Dom Fernando Gomes and the “Escola de Cegos Lyon’s Club that worked at the “Centro de Reabilitação Ninota Garcia”. The main categories of analisys used were: scholar culture, scholar material culture, representation and appropriation. We hope, with this investigation, to identify elements of the education practices used with blind in Aracaju during 1950-1970.

Key words: History of Education; Special Education’ History, Blind Education, Aracaju.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Fachada do Instituto Benjamin Constant	38
Imagem 2- Prof ^a Valdenici Hora Braz-1952.....	49
Imagem 3- Prof ^a Elze Silva -1952	49
Imagem 4- Maria Helena dos Santos – 1956	50
Imagem 5- Benedita Araújo dos Santos – 1958	50
Imagem 6- Descrição dos dados da Prof ^a Cecilda Maria de Jesus	53
Imagem 7- Comunicação de terminação de curso	54
Imagem 8- Reglete e Punção	58
Imagem 9- Reglete de Bolso	59
Imagem 10- Régua com Selas de Ferro	60
Imagem 11- Máquina de Tecla Braille da Década de 1930.....	62
Imagem 12- Máquina de Tecla Braille da Década de 1950.....	63
Imagem 13- Máquina de Tecla Braille da Década de 1960.....	63
Imagem 14- Soroban	64
Imagem 15- Cubaritimo.....	65
Imagem 16- Máquina Esteriotipada	66
Imagem 17- Thermoform	68
Imagem 18- Aula com Instrumento.....	69
Imagem 19- Livro de Música Clássica	69
Imagem 20- Livro de Música Clássica	70
Imagem 21- Aula Música	71
Imagem 22- Globo Terrestre em Alto Relevo	71
Imagem 23- Mapa América Latina.....	72
Imagem 24- Medalha de Honra ao Mérito	74
Imagem 25- Convite da Festa de Encerramento da Escola de Recuperação de Cego de Sergipe.....	78
Imagem 26- Inauguração do Same	79
Imagem 27- Prof ^a Maria Helena dos Santos	82
Imagem 28- Declaração Sobre Maria Helena dos Santos	83

Imagem 29- Professoras do Centro de Reabilitação Ninota Garcia	87
Imagem 30- Aniversário do Centro	89
Imagem 31- A Professora Marlene a Direita lendo discurso de Inauguração da Escola.....	91
Imagem 32- Escola de Cego Lions.....	92
Imagem 33- Dados Estatísticas do Primeiro Semestre de 1966	93
Imagem 34- Dados Estatísticas do Segundo Semestre de 1966	94
Imagem 35- Reglete e Punção	103
Imagem 36- Cubaritimo do Centro de Reabilitação Ninota Garcia	104
Imagem 37- Certificado do Curso de especialização para Ensino do Cego	105
Imagem 38- Oficina de Artes Industriais de Cestaria.....	106
Imagem 39- Oficina de Artes Industriais de Cerâmica	106
Imagem 40- Oficina de Artes Industriais de Cerâmica	107

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Exigências de Ingresso para Curso de Formação de Professores para Cegos no IBC (1950-1960)	39
Quadro II- Elementos da estrutura do Curso de Especialização para professores de educação dos Cegos – 1962.....	41
Quadro III- Demonstrativo do movimento de alunos no Curso de Especialização de Professores para a educação de Cegos	44
Quadro IV- Demonstrativo da Procedência dos professores e professoras que realizaram o Curso de Professores para a educação de Cegos (1952-1955)	44
Quadro V- Nomes das professoras sergipanas que fizeram o curso de Formação para educação de Cegos	46
Quadro VI- Distribuição do período do Curso de Especialização em Didática de Cegos Primeiro Período.....	49
Quadro VII- Regimento do processo avaliativo do Curso de formação de Professores	50
Quadro VIII- Demonstrativo das alterações curriculares do Curso de Especialização de Didática para Cegos.....	52
Quadro IX- Pré- Primário: Orientações e Conteúdos da Escola de Cegos Lions.....	93
Quadro X- Programa da Escola de Cegos Lions- 1ª Série	94
Quadro XI- Programa da Escola de Cegos Lions- 1ª Série	95
Quadro XII- Programa da Escola de Cegos Lions- 2ª Série.....	97
Quadro XIII- Programa da Escola de Cegos Lions- 2ª Série	99

LISTA DE SIGLAS

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PPGED- Programa de Pós-Graduação em Educação

NUPIEPED- Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência

SAME- Serviço de Assistência a Mendicância

IBC- Instituto Benjamin Constant

INES- Instituto Nacional da Educação dos Surdos

MEC – Ministério da Educação e Cultura

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

ONGs-Organizações Não-Governamentais

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE – Plano Nacional de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação

PDE- Plano de Desenvolvimento Educacional

CRNG- Centro de Reabilitação Ninota Garcia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - ASPECTOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	23
1.1 POLÍTICA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	27
1.2 HISTÓRIA EDUCACIONAL DO CEGO	32
CAPÍTULO II- HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT.....	34
2.1 INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CEGOS EM SERGIPE (1950-1960)	40
2.1.1 Regimento do curso de formação para professores de cegos.....	41
2.2 PROFESSORES SERGIPANOS E O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CEGOS	45
2.3 CULTURA MATERIAL NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	55
2.3.1 Instrumento de escrita no sistema braille	56
2.3.2 Máquinas de escrita braille.....	61
2.3.3 Soroban.....	64
2.3.4 Cubaritimo	64
2.3.5 Equipamentos	65
2.3.5.1 Máquinas estereotipadas	66
2.3.5.2 Thermoform.....	66
2.3.6 Instrumentos musicais.....	68
2.3.7 Globo terrestre.....	71
2.3.8 Mapa da América do Sul	72
2.3.9 Símbolos e ritos	73
CAPÍTULO III - ESCOLA DE RECUPERAÇÃO DE CEGO EM SERGIPE – A PRIMEIRA CLASSE DE BRAILLE DE ARACAJU	76
CAPÍTULO IV- CENTRO DE REABILITAÇÃO NINOTA GARCIA-ESCOLA LIONS CLUB	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

O interesse pelo presente estudo surgiu durante a graduação no curso de Educação Física na Universidade Federal de Sergipe. Nesse período, fui bolsista do PIBIC/CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), durante dois anos, sob a orientação do Prof. José Américo Santos do Departamento de Educação Física da UFS, quando, desenvolvi uma pesquisa na área de Educação Especial. O meu campo de investigação específico foi a deficiência visual. Nela, investiguei como se processava a brincadeira entre as crianças cegas de três a sete anos e a contribuição da mesma para o desenvolvimento infantil. Durante a pesquisa, pude constatar a escassez de instituições que trabalhavam com essa clientela, já que a demanda é grande, como também de poucos profissionais capacitados para atuarem com deficientes visuais¹.

Foi a partir dessa investigação que surgiram alguns questionamentos:

- Como se deu o processo de escolarização do cego em Aracaju?
- Quais foram os primeiros professores que atenderam os Cegos em Aracaju?
- Quais as especificidades do ensino dos cegos entre 1950 a 1970?
- Quais as primeiras instituições que trabalharam com o cego em Aracaju?
- Qual a metodologia utilizada para a educação do cego entre 1950 a 1970?

Com o intuito de compreender historicamente essa trajetória, procurei o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), onde fiz o levantamento do que tinha escrito sobre a Educação Especial, verificando a existência de seis dissertações de Mestrado sobre esta área.

Em maio de 2000, Rita de Cácia Santos Souza defendeu a Dissertação intitulada “A História da Educação Especial em Sergipe: uma trajetória, de descasos, lutas, dores e conquistas”. A autora dividiu a sua pesquisa histórica em três capítulos: no primeiro, apresentou os antecedentes históricos, tratamentos e abordagens educacionais no Brasil e no mundo; no segundo, tratou sobre conceitos, modalidades de atendimento, princípios e modelo atual de atendimento, após ter compreendido as definições e o cenário histórico nacional da Educação Especial; no último capítulo, estudou e analisou a Educação Especial em Sergipe no

¹ De acordo com a Associação Brasileira da Pessoa com Deficiência, desde outubro de 2010 a nomenclatura definida em relação à Deficiência Visual é pessoa com deficiência visual. Neste estudo, privilegiei essa forma de tratamento, entretanto, em alguns momentos do texto, outras formas serão citadas de acordo com a nomenclatura de cada documento e período investigado.

século XX, a qual tem sido utilizada como referencial teórico para as diferentes pesquisas realizadas na área em Sergipe. Essa foi a primeira dissertação de mestrado defendida na UFS sobre Educação Especial.

Ainda em 2000, Verônica dos Reis Mariano Souza defendeu a Dissertação de Mestrado, cuja temática foi a vivência de inclusão. O questionamento básico que direcionou o seu estudo foi sobre inclusão do aluno com deficiência no ensino regular através da análise do cotidiano de uma escola localizada na cidade de Aracaju, que tinha o intuito de trabalhar com a inclusão. Foram verificadas, neste estudo, a viabilidade, as dificuldades e possibilidades de um trabalho menos excludente com tais indivíduos.

Durante o ano de 2006, a Professora Graça Araújo defendeu a Dissertação de Mestrado intitulada “Opinião de psicólogo sobre o seu preparo para atender as necessidades humanas básicas de crianças com deficiências mentais”. Tinha como objetivo analisar como os psicólogos avaliavam seu preparo profissional no atendimento das necessidades humanas básicas de crianças com deficiência mental.

Em 2008, Maria do Socorro Lima defendeu a Dissertação de Mestrado com o título: “A República, Política e Direito: Representação do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921)”, cujo objetivo foi investigar a trajetória intelectual de Antônio Carvalho Neto e sua atuação na Direção da Instrução Pública de Sergipe. A autora destacou o pioneirismo de Carvalho Neto, em seu projeto de n. 481, sobre a “A Educação dos Anormais”. O mesmo, em 1920, sugeriu a criação de escolas de aperfeiçoamento e classes especiais. Este projeto sobre “A Educação dos Anormais” permitiu o desenvolvimento de reflexões sobre as medidas legislativas para o problema do atraso mental da infância brasileira.

Em 2011, Josilene Souza Lima Barbosa defendeu a Dissertação de Mestrado com o título: “A Tecnologia Assistiva Digital na Alfabetização de Crianças Surdas”. O objetivo da pesquisa foi investigar as contribuições da Tecnologias Assistivas Digitais no processo de alfabetização de crianças surdas.

Durante o ano de 2011, Ênio Gomes Araújo defendeu a dissertação que apresenta o seguinte título: “Intervenção de um Professor de Matemática Cego”. O objetivo deste estudo foi descrever e analisar o conjunto de estratégias de ensino utilizado por um professor de matemática cego durante a realização do seu estágio supervisionado, em uma turma regular do ensino fundamental.

Ainda em 2011, Flávia Augusta Santos de Melo Lopes defendeu a dissertação intitulada: “Educação e Acessibilidade: Um Estudo sobre Estudantes com deficiência em Universidade Pública do estado de Sergipe”².

No ano de 2012, foi realizada defesa da Dissertação de Mestrado de Antônio Carlos Nogueira Santos, com o título: “Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Física: O caso da Universidade Federal de Sergipe-Cidade Universidade Professor José Aloísio de Campos”. Tendo como objetivo identificar as dificuldades de acessibilidade encontradas pelas pessoas com deficiência física na Universidade Federal de Sergipe. Santos (2012) ressalta, nas condições do seu estudo, uma série de barreiras arquitetônicas e atitudinais que impedem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência física na UFS.

Além das dissertações de Mestrado citadas, foram localizadas, a partir da Tese de Doutorado de Rita de Cácia Santos Souza, outras pesquisas realizadas por sergipanos em diferentes estados. A primeira sergipana a desenvolver pesquisa de mestrado na área de Educação Especial foi Iara Maria Campelo Lima, em 1985, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada: “Observação e Análise da interação professor-aluno em classe especial”, marcando o pioneirismo em Sergipe no estudo sobre Educação Especial.

Em 2000, tivemos a dissertação de Chystiane Andrade Vasconcelos Toscano, cujo a temática “Estudo de la afetividade de los niños y ninas portadores Del síndrome down em idade pré-escolar”, pelo Instituto Superior Pedagógico José Verona, em Cuba.

No ano de 2006, Isa Regina Santos dos Anjos defendeu a dissertação intitulada “Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva”, pela Universidade Federal de São Carlos, tendo como objetivo promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais favorecendo o exercício da cidadania.

Além das dissertações de Mestrado citadas, pesquisadores sergipanos desenvolveram Tese de Doutorado na área de Educação Especial, em outros espaços acadêmicos: “Um Estudo sobre a Educação Especial em Sergipe”, de Maria Stela de Araújo Albuquerque Bergo, foi a primeira Tese sobre Educação Especial produzida por uma sergipana, no ano de 2000, pela Universidade de São Paulo, na Faculdade de Educação. O trabalho apresentou considerações sobre a importância da participação da Universidade em projetos de extensão e pesquisa na área da Educação Especial, especialmente em regiões onde há carência de professores nas escolas da rede pública de ensino, onde alunos de graduação

² A dissertação de Flávia Augusta Santos de Melo Lopes não foi encontrada no NPGED nem no Banco da Capes, em virtude disso, não houve explicações mais precisas sobre a pesquisa desenvolvida.

que participam de estágios supervisionados podem auxiliar especialistas, ao mesmo tempo em que podem se constituir em um modelo de atuação dentro das novas perspectivas de transformação educativa.

No ano de 2004, foi defendida, na Universidade de São Carlos, a Tese de Doutorado do educador Nelson Dagoberto de Matos, intitulada “Deficiência, Cidadania e Política Educacional no Estado de Sergipe: 1979-2001”, com o objetivo realizar uma avaliação das políticas sociais, delimitando-as ao campo da educação, no Estado de Sergipe, destinadas às pessoas com deficiências. O autor escolheu o ano de 1979, como parâmetro inicial, estendendo até o ano de 2001, na busca de configurar um período que incorporasse dois importantes acontecimentos político-sociais, em nosso país, expressos pela promulgação da Carta Magna de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996.

Em 2007, foi defendida a Tese de Doutorado de Verônica dos Reis Mariano Souza, na Universidade Federal da Bahia, que também contribuiu para compreender melhor os diferentes aspectos da Educação Especial em Sergipe. Ela trata da Gênese Educacional do Surdo, em Aracaju, bem como a condição do surdo na sociedade. A autora enfatizou a participação do sergipano Tobias Rabello Leite e o seu trabalho no Instituto Meninos Surdos-Mudos; e, por fim, a Educação dos surdos em Aracaju com a abordagem do processo de escolarização da deficiência já referida.

Ainda na Universidade Federal da Bahia, no ano de 2009, foi defendida a Tese de Doutorado de Rita de Cácia Santos Souza, com a temática: “Educação Especial em Sergipe do Século XIX ao início do século XX: Cuidar e Educar para Civilizar”. Essa pesquisa teve como objetivo analisar a constituição da Educação Especial em Sergipe imersa no cenário nacional e internacional do século XIX e início do século XX, através das produções dos intelectuais sergipanos das áreas jurídica e médica desse período. Este estudo contribuiu para a compreensão da constituição do campo da Educação Especial através da relação com o saber e o poder médico e jurídico e sua influência na representação e apropriação materializadas socialmente.

Em 2009, também na Universidade Federal da Bahia, recebeu o título de Doutora a professora Iara Maria Campelo Lima por defender a Tese: “Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação continua de professores: uma perspectiva de educação inclusiva”. O objetivo deste estudo foi compreender o processo inclusivo através da formação continuada de professores, na perspectiva de educação inclusiva e foi germinado no espaço experiencial da pesquisa-formação, tecendo dizeres, fazeres, saberes, envolvendo os sentidos e significados

das histórias de formação o florescer do processo inclusivo em formação contínua de professores e significados das histórias de formação e experiência. Esta pesquisa trabalhou com um grupo de oito professoras de oito escolas diferentes da rede estadual e municipal, do município de Aracaju, desenvolvendo no seu espaço de experiência no curso “A formação continuada de professores na perspectiva inclusiva: a narração, a escuta e a dialogicidade”, caracterizado como curso de extensão, certificado pela Universidade Federal de Sergipe.

Em 2011, Isa Regina Santos dos Anjos, na Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo, defendeu a Tese intitulada “Dotação e talento: concepções reveladas em dissertações e teses no Brasil”, cujo objetivo era identificar, por meio das abordagens teórico-metodológicas, o perfil epistemológico e as tendências das dissertações e teses defendidas no Brasil, que estudaram o atendimento para pessoas com altas habilidades/superdotação.

Verifica-se, portanto, a ausência de pesquisas produzidas especificamente sobre a História da Educação dos Cegos em Sergipe. Assim, pretendo contribuir com a minha pesquisa, investigando as diferentes ações educativas propostas para os cegos em Aracaju, no período de 1950 a 1970.

O objetivo desta dissertação é analisar o processo educacional do cego em Aracaju, no período de 1950 a 1970, uma vez que este período compreende o surgimento das principais instituições que desenvolveram assistência educacional para a pessoa cega nessa cidade. Porém, em alguns momentos, o marco temporal foi ampliado para melhor compreender o objeto estudado. Quanto aos objetivos específicos, procurei identificar as primeiras instituições que trabalharam com a educação dos Cegos nas décadas de 1950, 1960 e 1970, identificar os primeiros professores da educação dos cegos, conhecer as práticas que nortearam o início da educação do cego, e com isso, inserir, na historiografia educacional sergipana, aspectos da História Educacional do Cego.

Quanto ao referencial teórico presente neste trabalho, pode-se evidenciar os seguintes autores: Mazzota (2005), que discute como se deu todo processo de políticas públicas e históricas no âmbito da educação especial. Bueno (1999), que busca dialogar em sua obra sobre a história do atendimento educacional no Brasil; e Jannuzi (2006), que analisa a educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao século XXI.

Na historiografia educacional do nosso país, percebe-se um grande silêncio diante da história destes indivíduos, é como se os mesmos fossem esquecidos. De fato, os manuais da História da Educação, como Cambi (1999); Lopes e Galvão (2001); Lopes *et al* (2000) – todos autores presentes nos cursos de licenciaturas – não tratam sequer do que conhecemos por Educação Especial.

Consequentemente, a História da Educação do Cego, inclusive em Sergipe, é algo que não foi ainda muito explorado. No entanto, algumas iniciativas de pesquisa sobre a história e educação inclusiva em Sergipe já existem, tendo em vista a ação dos pesquisadores e estudantes membros do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência (NUPIEPED), coordenado pelas professoras Dr^{as} Verônica dos Reis Mariano Souza e Rita de Cácia Santos Souza.

Em suma, apesar de inúmeros autores contemplarem a História da Educação, é visível o silêncio diante do ensino aos deficientes, inclusive da pessoa com deficiência visual.

O marco conceitual utilizado neste estudo histórico foi baseado em Roger Chartier (1990). Para esse autor, o social só faz sentido enquanto prática, sugerindo como análise as categorias: representação e apropriação. Para Chartier(1990), as representações constituem-se três esferas: a delimitação e classificação, nas quais a realidade é constituída por diferentes grupos; o reconhecimento de uma identidade social; e as formas institucionalizadas, que marcam a existência de um grupo, classe ou comunidade.

Com relação à categoria apropriação, o autor não a pensa como um discurso fora do alcance dos que produzem, mais sim uma história das interpretações que remete a determinações sociais, institucionais e culturais. Segundo Chartier,

[...] tratar-se de identificar o modo como diferentes lugares e momentos determinada realidade social é constituída, pensada dada a ler, considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções próprios de cada grupo ou meio como verdadeiras instituições sociais, incorporadas sobre formas de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações das próprias organizações (CHARTIER, 1990, p. 25).

É a partir do surgimento da Revista de Annales, na França, em 1929, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, que se observa uma renovação na pesquisa histórica. As diferentes dimensões da vida humana no tempo começaram a interessar os historiadores. A História da Educação também sofreu modificações, principalmente a partir do diálogo com a produção da terceira geração dos Annales, denominada de Nova História ou História Cultural.

Com o advento da História Cultural, começou a ocorrer uma reconfiguração e um redirecionamento na História da Educação. Foram colocados em cena alguns elementos, tais como a cultura escolar que, segundo Julia:

Cultura escolar pode ser traduzida por um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar e conjunto de práticas que permite a transmissão desses saberes e práticas estão ordenadas de acordo com as finalidades que podem variar segundo as épocas, as finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional, os agentes que são obrigados a obedecer a

essas normas e, portanto, a pôr em obra os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação, a saber os professores (JULIA, 2001, p. 15).

Nesse ponto de vista, a cultura escolar é tudo o que ocorre no interior da escola, é o conjunto de aspectos institucionalizados que incluem práticas e condutas, apresentando regras que caracterizam a organização escolar.

Podemos constatar que a História Cultural redefiniu métodos e objetos, partindo de uma nova compreensão de escola, da prática que a constitui e dos agentes. De acordo com Julia (2001), é um penetrar na “caixa preta”, localizando os dispositivos de organização e do cotidiano de suas práticas, colocando em práticas a perspectiva dos agentes educacionais.

A partir da História Cultural foram incorporadas categorias de análise e recortes de temas, tais como: sexualidade, religiosidade, as atitudes diante da morte, a vida cotidiana e a cultura material. São alguns dos objetos de interesse de estudiosos do século XIX, surgindo a partir daí várias temáticas de investigação (VEIGA, 2008).

No que tange à Cultura Material Escolar, uma temática recente no campo educacional. De acordo com Souza (2007), “um conjunto de artefatos que contribui para o funcionamento da escola que vai desde a parte arquitetônica, onde envolve a estrutura do prédio, a mobiliário e acessório, ao material destinado ao ensino”(SOUZA, 2007, p. 169). Sendo os elementos apresentados de fundamental importância para que haja a compreensão do contexto escolar. Para Souza:

Ao recortar o universo da cultura material especificando um domínio próprio, isto é, dos artefatos e contextos materiais relacionados á educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos com a problemática da produção e reprodução social (SOUZA, 2007, p. 170).

A expressão cultura material escolar está relacionada aos estudos ligados à cultura escolar em decorrência da crescente preocupação dos historiadores em relação à preservação de fontes e arquivos relacionados a educação escolar.

O procedimento de coleta de dados que utilizei neste estudo histórico foi baseado no levantamento dos documentos, tais como: relatórios, atas, jornais, legislação, livros, registros da imprensa, teses e dissertações. Esses documentos foram pesquisados em vários acervos, ressaltando-se entre eles: o Arquivo da Arquidiocese de Aracaju, onde busquei informações sobre o contexto aracajuano da época e sobre a Escola de Recuperação do Cego de Sergipe; a Biblioteca Pública Epifânio Dória, onde pesquisei jornais da época e os livros de

Antônio Garcia Filho, Diretor do Centro de Reabilitação Ninota Garcia; o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, onde localizei informações em jornais sobre o Centro de Reabilitações Ninota Garcia; o Conselho Estadual de Educação, onde investiguei as leis e pareceres relacionados à Educação Especial e à Educação do Cego; e o arquivo do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, onde procurei documentos de professores sergipanos que foram buscar formação para ensinar os cegos em Aracaju.

Nos documentos do século XX, procurei relacionar a educação do cego em Aracaju e comentar a fundação das duas escolas que atendiam educacionalmente a esta clientela. A Escola de Recuperação do Cego de Sergipe que, segundo o Jornal “A Cruzada” (1959), funcionou no SAME (Serviço de Assistência à Mendicância), surgiu em 26 de abril de 1958, marcou o pioneirismo no atendimento educacional aos deficientes e foi a primeira iniciativa sistematizada na educação do deficiente em Sergipe; e o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, onde através da inspeção escolar do estado de Sergipe, busquei as fichas dos alunos, os diários escolares, as atas de reunião, para que, dessa forma, houvesse a compreensão do contexto escolar que envolvia esta unidade de ensino.

Além da pesquisa documental, realizei entrevistas semiestruturadas. Procurei entrevistar as professoras pioneiras na educação do cego em Aracaju. Os principais aspectos abordados foram:

- 1- A formação acadêmica das professoras;
- 2- A metodologia adotada nas aulas para ensinar aos cegos;
- 3- Os conteúdos desenvolvidos e sua relação com o Braille e o Cubaritmo;
- 4- Os recursos pedagógicos utilizados.

Com o intuito de compreender as práticas pedagógicas que nortearam o início da educação do cego, foi necessário que houvesse articulação entre as informações coletadas nas entrevistas e nos documentos pesquisados, pois isso nos proporcionou o entendimento do universo escolar, no qual esses docentes estavam inseridos no período histórico mencionado.

Este estudo se divide em quatro capítulos; o primeiro busca compreender a história do atendimento da educação especial, estabelecendo uma conexão com o cenário histórico nacional da Educação Brasileira.

No segundo capítulo, analisei a contribuição do Instituto Benjamin Constant na formação de professores Sergipanos, no período de 1950 a 1960, por meio do Curso de Professor de Didática de Cegos. Através do regimento, avaliação, ofícios, organização do curso e finalidade do curso pude compreender como os professores Sergipanos tornaram-se aptos para ensinar as pessoas com cegueira.

No terceiro capítulo, analisei a Escola de Cego, situada no SAME, a metodologia, os conteúdos, a formação acadêmica dos professores e a relação com o processo educacional.

No quarto capítulo, busquei compreender o universo escolar do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, através da cultura escolar e cultura material escolar, mais \Ninota Garcia, a educação do cego.

Apesar da dificuldade de acesso aos documentos e algumas lacunas não preenchidas, espero contribuir com este estudo para elucidar aspectos das práticas educativas desenvolvidas com os cegos em Aracaju, no período de 1950 a 1970.

CAPÍTULO I - ASPECTOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com o intuito de compreender o fenômeno a ser estudado, faz-se necessário o entendimento de como a sociedade possibilitou ou não o atendimento das necessidades educacionais de pessoas com deficiência. Este capítulo tem como objetivo tentar traçar um breve panorama da história educacional da pessoa com deficiência no Brasil no cenário da Educação Brasileira.

Contatou-se que, até o século XVII³, as noções a respeito da deficiência eram bastante ligadas às questões religiosas, pois a religião contribuiu através da força cultural à descrição do homem como imagem semelhança de Deus, não sendo concebível a idéia de imperfeição, apesar de não haver uma base científica para o desenvolvimento de noções realistas, nem a compreensão do conceito de diferenças entre os indivíduos (MAZZOTA, 2005).

Durante este período, segundo Araújo(1999), havia um grande interesse do colonizador entre século XVI e até meados do século XVII, no extrativismo no Brasil e não se vislumbrava a expansão literária, cultural e social, deixando os jesuítas responsáveis pela tarefa educativa e cultural. Diante disso, podemos perceber, inicialmente, uma produção mística e pautada nos ensinamentos catecumenatos, mostrando, com isso, o poder da igreja no processo educacional deste período.

Sendo a igreja responsável por este processo educacional, à pessoa com deficiência, naquele momento, era atribuída a vingança de Deus. Conforme Ferreira (2008), a deficiência era atribuída à impureza, ao pecado, à possessão, sinal de desarmonia ou obra dos maus. Nesse aspecto, permite-se constatar que o indivíduo estava exposto a poderes sobrenaturais, fenômeno semelhante ao que constatamos na ótica da mitologia.

O poder da igreja sobre o processo educacional no Brasil perpassou um tempo extenso, pois, apesar do período regido por Marquês de Pombal parecer que foi o momento de rompimento com a Igreja, segundo Oliveira (2010), este período marca o rompimento com os jesuítas, mas não com a Igreja Católica, pois os oratorianos, entre outras ordens religiosas permaneceram no poder. Havia uma preocupação com a construção e fixação da identidade nacional, principalmente no início do século XIX, e a educação da pessoa com deficiência não era uma prioridade naquele período.

³ Neste capítulo o marco temporal foi ampliado para melhor compreender o objeto em análise.

Os primeiros movimentos de atendimento aos deficientes, segundo Januzzi (2006), iniciaram-se com o deficiente físico, em 1600, numa instituição especializada, particular, ligada à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Até então, as pessoas com deficiência eram desprovidas de tais possibilidades, refletindo em uma mudança significativa de atitudes.

A chegada de D. João VI ao Brasil, segundo Nascimento(1999), caracterizou a modernidade através do fomento econômico estatal e do estímulo à iniciativa privada, ocorrendo assim, a centralização da administração pública e ascendência da corrente liberal. Foi um liberalismo limitado pela aceitação da escravidão, considerando a mão-de-obra viável enquanto não se viabilizava a imigração européia. No entanto, foi um liberalismo que permitiu a luta pela abolição de algumas instituições coloniais, criticou o dogmatismo e o poder autocrático, se opôs à interferência do Estado na economia, defendendo a liberdade de expressão e a propriedade privada.

A primeira constituição do Brasil, a de 1824, garantiu a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos. Segundo Faria Filho(2000), este é um momento de estruturação do Estado Imperial, colocando o acesso à instrução como inerente ao direito civil e político do cidadão. Portanto, nesta mesma Constituição, segundo Mazzota(2005), o artigo 8º privava o direito político ao incapacitado físico ou moral, já que o negro, a mulher, o índio e o deficiente eram indivíduos que estavam à margem da sociedade, ou seja, não eram considerados cidadãos perante a lei da época.

A lei de 15 de outubro de 1827, segundo Azevedo(2000), propunha a criação de escolas de primeiras letras em povoados, vilas e cidades elaboradas de maneira sofisticada para a época. Além de prever o ensino de leitura, escrita e contas, supunha a prática de quebrados, decimais e proporções, noções gerais de geometria prática e a gramática da língua nacional bem como os trabalhos manuais para meninas. A proposta metodológica prevista em lei era a de Lancaster-Bell, em que os alunos mais adiantados ajudavam a ensinar os mais atrasados.

Com o Ato Adicional de 1834, cada província passou a ter responsabilidade para legislar e manter o ensino primário e secundário. As condições econômicas diversas de cada uma das províncias levaram à construção de redes de escolarização diferenciadas no país.

Podemos constatar que o período oitocentista foi marcado por um processo de escolarização primária e de difusão de diferentes métodos de ensino individual, lancasterianos, simultâneo e intuitivo, que adequassem à realidade através de redes de escolarização. É nesse período que surgem as primeiras iniciativas educacionais para a pessoa com deficiência.

A organização dos serviços de atendimento educacional aos deficientes no Brasil ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, com iniciativa do governo Imperial em 12 de setembro de 1854. Através do Decreto Imperial 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto dos Meninos Cegos que, durante a República, foi nomeado como Instituto Benjamin Constant(IBC), e Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, e, pouco tempo depois, denominado de Instituto Nacional dos Surdos(INES), sendo que esses institutos estavam sob a manutenção e administração do poder central. Segundo Januzzi(2006), as instituições (IBC e INES) para deficientes foram intermediadas por indivíduos importantes da época, que tentaram transmitir conhecimentos especializados considerados como fundamentais para essa clientela, além de estarem ligadas diretamente à administração pública. No entanto, a educação desses deficientes ainda não estava sendo percebida pelo governo central como algo a ser resolvido, tanto que foi proposta como encargo das províncias.

Segundo Foucault(1987), isso demonstra como as instituições segregativas funcionaram como mecanismo de separação dos indivíduos, empregando uma tecnologia própria de sujeição. Esse território de separações de indivíduos defeituosos em diferentes espaços físicos, marcou o século XIX.

A partir do ano de 1854, aconteceu o gradual surgimento de algumas escolas especiais de caráter privado, com ênfase no atendimento clínico especializado. Nesse período, a sociedade começava a compreender que os deficientes poderiam passar por um processo educacional, e o atendimento foi migrando lentamente do âmbito da saúde para o da educação profissionalizante. A partir daí, foram surgindo outras ações voltadas para o atendimento (denominado de médico-pedagógico) aos deficientes. Até a primeira metade do século XX, mais especificamente em 1950, havia, no país, cerca de quarenta estabelecimentos de ensino que prestavam algum tipo de atendimento a alunos excepcionais.

Com o advento da República, a educação brasileira, através da institucionalização da escola primária, criou os grupos escolares, representando a implantação de um novo modelo. Para Souza(1998, p. 279): “a escola primária foi concebida como fator de ordem e moralização pública e a democratização e renovação do ensino”. Diante disso, o imaginário republicano de progresso e reforma social foi imprescindível.

O papel da escola neste contexto era civilizar o homem a partir de conceito de higiene, moral e dedicação ao trabalho, por meio de uma educação nos moldes fabris, seletiva, técnica e voltada à profissionalização, ficando nítida a intenção política. Segundo Carvalho

(1998, p. 163), “a escola, juntamente com medidas de saneamento e de incremento à pequena propriedade, deveria ser capaz de modificar radicalmente o meio social brasileiro”.

Diante deste contexto de renovação educacional, surgem, no Brasil, no início do século XX, algumas instituições com atendimento a pessoas com deficiência. A partir de dados históricos(MAZZOTA, 2005; JANNUZZI, 2006), identificamos o Instituto Pestalozzi, criado em 1926, no Rio Grande do Sul, como a primeira instituição particular especializada no atendimento às crianças com deficiência mental. Essa instituição atendia seus alunos através de convênios com instituições públicas e introduziu no Brasil a concepção da “ortopedia das escolas auxiliares” européias(KASSAR, 1999 apud MAZZOTA, 2005). Essa concepção decorre de uma visão estritamente organicista da deficiência.

Tanto a organização das instituições privadas especializadas no atendimento à educação especial como a formação das primeiras classes especiais ocorrem dessa forma. As classes especiais públicas na década de 1980 surgiram pautadas na necessidade de separar os alunos normais dos anormais, na pretensão da organização de salas de aulas homogêneas.

O discurso científico e as ideias de modernização e racionalização, características do movimento industrial das sociedades capitalistas, também se tornam presentes nas propostas de organização educacional(KASSAR, 1999).

O surgimento das primeiras entidades privadas de atendimento aos deficientes espelha o início de duas tendências importantes da educação especial no Brasil: a inclusão da educação especial no âmbito das instituições filantrópico-assistenciais e a sua privatização, aspectos que permanecem em destaque, tanto pela influência que exerceram em termos de política educacional como pela quantidade de vagas oferecidas.

Além das instituições públicas e privadas criadas, vale destacar, segundo Bueno (1999), a iniciativa da Fundação para Livro do Cego no Brasil, no ano de 1946, em São Paulo, que influenciou não só pela produção de livros em Braille, mas pelos processos de reabilitação e formação dos docentes e técnicos, tendo, diante dessa iniciativa, uma participação decisiva na política educacional do cego.

Nas década de 1950 e 1960, as Campanhas Nacionais pretendiam dar encaminhamento às questões sociais, como a alfabetização e as endemias. A Campanha para Educação dos Surdos Brasileiros, nascida no INES (Instituto Nacional dos Surdos) e mantida pelo governo federal foi desativada um ano depois.

A Campanha Nacional de Educação do Cego teve como objetivo fundamental o estímulo aos governos estaduais e municipais no sentido de ampliar o atendimento aos

deficientes visuais. Ela nasceu dentro do IBC, em 1960, tendo a sua direção executiva a Presidente da Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

Contudo, podemos constatar que a trajetória educacional da pessoa com deficiência é marcada inicialmente pelo assistencialismo no período imperial, mas que se consolida no período republicano, através do surgimento das instituições que passam a ter cunho educacional e escolar, mantidas pela iniciativa privada e pelo estado.

1.1 POLÍTICA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em meados do século XIX, mais precisamente em agosto de 1835, aconteceu a primeira demonstração oficial de interesse pela educação especial em nosso país, quando o Conselheiro Cornélio Ferreira França, deputado pela província da Bahia, apresentou à Assembleia Geral Legislativa um projeto para a criação de uma “Cadeira de Professores de Primeira Letras para Ensino de Cegos e Surdos-Mudos, nas Escolas da Corte e das Capitais das Províncias”, não aprovado por conta do fim de mandato e do seu idealizador não ter sido reeleito.(MAZZOTA, 2005).

O atendimento a essas pessoas no Brasil começou propriamente à época do Império, com a fundação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant), em 1854, precisamente em 12 de setembro. Através do Decreto nº408, seu nome foi mudado para Instituto Nacional dos Cegos, quando também foi aprovado o seu regulamento. Mais tarde, em 1891, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC) e, em 1857, surgiu o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, ambos no Rio de Janeiro, como foi elaborado anteriormente.(MAZZOTA, 2005).

Outra iniciativa que marcou a política educacional da pessoa com deficiência foi o projeto de lei do deputado federal sergipano Antônio Manuel de Carvalho Neto, em 1921, intitulado “Educação Dos Anormais”, que segundo Nunes (1984), foi um projeto que teve repercussão na imprensa da capital do país, por ser um projeto que tratava de criar escolas de aperfeiçoamento e classes especiais para os atrasados. Esse projeto marcou o pioneirismo de Carvalho Neto na educação da pessoa com deficiência no período republicano⁴.

Durante o período de 1958, surgiram as Campanhas Nacionais Educacionais de Reabilitação do deficiente visual e de surdos, cujas iniciativas oficiais ocorrem em âmbito

⁴ Para maiores informações sobre a trajetória de Carvalho Neto, verificar a dissertação de Mestrado de Maria do Socorro Lima defendida em 2008, na UFS.

nacional, voltadas para o atendimento da pessoa com deficiência. De acordo com Mazzotta (2005), essas campanhas estavam subordinadas diretamente ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC), embora a preocupação com a Educação Especial ocorreu em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases nº. 42024/61.

Em 1971, com a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, a LDB 4.024/61 sofreu alterações, definindo “tratamento especial” aos alunos com “deficiências” físicas e mentais, e também aos que se encontravam em atraso quanto à idade de matrícula e aos superdotados.

Logo após, em 1973, o MEC criou o CENESP – Centro Nacional de Educação Especial, órgão responsável pela educação especial no Brasil, que estimulou atitudes educacionais direcionadas às pessoas com deficiência e superdotadas. No entanto, assumiam muito mais caráter de campanhas assistenciais e poucas iniciativas do governo.

Segundo Plestch (2010), o CENESP deu início às ações sistematizadas dirigidas à melhoria e à expansão do atendimento educacional especial à pessoa com deficiência em todas as Secretarias Estaduais de Educação.

A criação deste órgão teve como intuito a definição de metas governamentais específicas para a educação especial, oficializando uma ação política efetiva, que pudesse organizar o que estava sendo realizado de forma precária: escolas, instituições para ensino especializado, formação profissional integrada à educação regular (JANNUZZI, 2006, p. 137).

Ao final da década de 1980, presenciamos, no Brasil, a reconstrução da sociedade democrática marcada por grande movimento popular, além da organização da sociedade em diferentes formas de associações, buscando a participação nas decisões políticas do país.

No governo Sarney, foi instituído o “Comitê para o Aprimoramento da Educação Especial”, que elaborou um plano nacional de atendimento às pessoas com deficiências. Naquele momento, a educação especial foi apresentada com um problema de reivindicação de direitos, mas também como “um problema de bondade” (KASSAR, 1999).

Para Mazzotta (2005), a sociedade continuava participativa, e esta mobilização foi simbolizada por vários acontecimentos, dentre eles a criação da Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1986.

Uma outra ação de âmbito nacional na educação especial foi a Portaria Cenesp/MEC nº 69, de 1986, que estabeleceu normas para a prestação de apoio técnico e financeiro a instituições públicas e privadas. Além disso, atribuiu à educação especial, como parte integrante da educação geral, o objetivo de desenvolvimento das potencialidades, como justa representante do pensamento liberal (KASSAR, 1999).

Durante o período de reconstrução democrática, foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, a Constituição Federal, e foram discutidos o Estatuto da Infância e da Adolescência (ECA,1990) e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

A Constituição de 1988 continuou priorizando o atendimento do aluno com deficiência no ensino regular e deixando clara a participação das instituições particulares. Essa Constituição trouxe como um dos principais objetivos a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. A Declaração Mundial de Educação (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) impulsionaram a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientado o processo de integração instrucional que condiciona acesso às classes comuns do ensino regular aqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (MAZZOTA, 2005).

Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir dos padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a política não promoveu uma reformulação das práticas educacionais, mas sim contribuiu para a permanência da não valorização dos diferentes potências existentes no ensino regular, mantendo a responsabilidade da educação desses alunos à educação especial.

Durante os anos de 1990, com o governo de Fernando Collor de Melo, as instituições assistenciais ganharam o estatuto de Organizações Não Governamentais (as ONGs) e a ambiguidade entre os setores públicos e privados foi apresentada como uma necessária e fundamental parceria para o desenvolvimento do país, em todos os campos (econômicos, sociais, educacionais, na saúde etc.).

Em meio a esse contexto, foram sendo travados os embates para a elaboração da Lei nº 9394/96 – nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com as discussões iniciadas durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, a LDBEN teve o seu primeiro projeto apresentado no mesmo ano, logo após a promulgação da Carta Constitucional (KASSAR, 1999).

Após oito anos de debates, a legislação registrou alterações muito consonantes com o movimento da história. Como exemplo, podemos lembrar que a educação foi estabelecida como “direito de todos e dever do Estado e da família”. E com o texto da LDBEN/96, a educação foi apresentada como “dever da família e do Estado”.

Podemos dizer que há, portanto, uma inversão dos papéis do Estado e da família diante da responsabilidade do oferecimento da educação. No texto da legislação educacional, há um certo distanciamento do Estado em relação a esse dever.

No entanto, apesar do recuo, houve também um avanço: a atual LDBEN (Lei 9394/96) que foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, baseada no princípio do direito universal de educação para todos, trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 destina um capítulo com três artigos à educação especial. O documento afirma o atendimento educacional desta parcela da população como dever do Estado, a educação escolar como pública, gratuita e preferencialmente na rede regular (BRASIL, 1996).

Em 1999, o decreto nº. 3298 que regulamentou a Lei nº 7.853/89, dispôs sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em que definiu a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidade de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Seguindo o processo de mudanças, podemos destacar as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, cujo artigo 2º, as amplia o caráter da educação especial no que tange ao atendimento educacional especializado, mas não apresenta uma política de educação inclusiva, uma vez que este atendimento poderia substituir o ensino regular.

Apesar do déficit referente a oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, com relação a formação docentes, acessibilidade e ao atendimento educacional especializado, o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001 destacou o avanço em relação à educação no que se refere à preocupação em trabalhar a diversidade humana no âmbito escolar na perspectiva de inclusão, atendendo os alunos com deficiência,

Essa afirmação vem sendo reforçada com o Decreto 3.956/2001, através da prorrogação da Convenção de Guatemala (1999) no Brasil, em que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definidos como discriminação como base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto é fundamental para o processo Educacional das pessoas com deficiência, uma vez que se faz necessária a eliminação de qualquer barreira que venha impedir o acesso à escola.

Ao garantir a igualdade de atendimento, faz-se necessário pensar na formação dos profissionais que, a partir deste momento, têm que se preocupar com a diversidade, portanto,

na perspectiva da educação inclusiva. A Resolução CNE/CP nº. 1/2002, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação Professores da Educação Básica e definiu que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, a formação docente voltada para atenção à diversidade e conhecimento sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para que haja o acesso e permanência destes alunos, um ponto primordial é o acesso à comunicação. Diante disso, a lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, bem como a disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Nesse ponto de vista, o acesso ao Cego foi criada com a Portaria nº. 2678/2002, que garantiu a difusão do Sistema Braille, assegurando, de forma legal, a comunicação desses indivíduos.

Em 2003, através do Ministério da Educação, foi criado o Programa Educação Inclusiva, com o intuito de transformar o sistema de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promovem um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade. Esse momento é uma nova era na Educação, que começou com o Plano Nacional, em que as instituições escolares têm que se adequar às pessoas com deficiência, dando acesso e fazendo com que as mesmas permaneçam no ambiente escolar de forma igualitária.

Em 2004, através do Ministério Público Federal, foi divulgado o documento “O Acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, cujo objetivo foi disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização dos alunos com e sem deficiência no ensino regular. Fica claro, através deste documento, que a inclusão é para todos e não apenas para quem possui deficiência.

Em meados de 2006, foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, junto ao Ministério da Educação, Ministério da Justiça e a UNESCO, que objetivou um currículo na educação básica que discutisse temáticas referentes às pessoas com deficiência e desenvolvesse ações que possibilitassem a inclusão, acesso e permanência na educação superior.

Mais recentemente, em 2007, foi lançado o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), que vem apenas reafirmar a Inclusão das Pessoas com Deficiência à Educação, tendo como eixo a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implementação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

Ao fazermos um relato da política Educacional na educação especial, podemos constatar que, em relação ao que está na legislação, houve um avanço, ao passarmos do momento em que as leis e decretos saíram da integração das pessoas com deficiência e, em seguida, foi estabelecida de forma legal, a inclusão, mostrando, com isso, avanços nos aspectos constitucionais e nas legislações a partir de 1988.

1.2 HISTÓRIA EDUCACIONAL DO CEGO

Para que compreendamos a educação do cego em Aracaju, faz-se necessário o conhecimento da história educacional do cego no cenário nacional e internacional, uma vez que o homem é o sujeito de sua história, entendida esta como sendo o conjunto de ações transformadoras que geram fatos sociais delimitadores de uma época e situações.

Foi a partir do século XVI que surgiram os primeiros estudos de fundo educacional relacionados à deficiência visual. Girolínia Cardoso, médica, executou um trabalho a respeito do aprendizado através do tato. Peter Pontamus e Fluming escreveram os primeiros livros relacionados à temática (JANNUZZI, 2006).

Em 1784, surgiu a primeira escola de cegos, em Paris (Instituto Real dos Jovens Cegos). Nessa escola, foi desenvolvido um sistema de leitura em alto relevo com letras comuns. No entanto, foi no século XIX que Louis Braille desenvolveu o sistema Braille. José Álvares de Azevedo trouxe as técnicas e métodos do Instituto Real para o Brasil e concretizou o seu sonho, construindo o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje é conhecido como Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. (JANNUZZI, 2006).

Outros Institutos surgiram em diferentes estados, como: Instituto São Rafael, em Minas Gerais, Instituto Padre Chico, em São Paulo; Instituto de Cegos da Bahia, Instituto de Cegos do Ceará e Instituto de Cegos Florisvaldo Vargas, no Mato Grosso do Sul.

Em 1946, houve a criação da Fundação para livro do cego, hoje Dorina Nowil para cegos, que tem por finalidade divulgar livros no sistema Braille em São Paulo.

Em 1958, surgiram as Campanhas Nacionais Educacionais e Reabilitação do deficiente visual, cujas iniciativas oficiais eram de âmbito nacional e voltadas para o atendimento da pessoa com deficiência.

Este atendimento educacional especializado ocorreu a partir das políticas públicas, desde a Constituição Federal de 1988, no artigo 208, até a LDBEN 9394/96, em que a escola, ao receber um aluno com deficiência visual, deve oferecer no atendimento educacional o

material didático necessário, como reglete⁵, soroban⁶, e de noções sobre orientação e mobilidade, atividades de vidas diárias. Deve também conhecer e aprender a utilizar ferramentas de comunicação, como os sintetizadores de voz, que possibilitam aos cegos escrever e ler via computadores (MANTOAN, 2006).

Segundo Mantoan (2006, p. 40): “em se tratando de escola pública, o próprio Ministério da Educação tem um programa onde possibilita o fornecimento de livros didáticos em Braille”.

Em benefício à educação do cego, surgiu o decreto nº: 2.678/2002, que aprova diretrizes e normas para uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Diante disso, podemos analisar as iniciativas para a pessoa com deficiência Visual no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, que havia uma preocupação com a sistematização do conhecimento, para que, dessa forma, o cego tivesse uma referência educacional consolidada.

⁵ Segundo Costa (2000, p. 20), “a reglete é uma régua de plástico ou de metal, constituída por um conjunto de celas vazadas, dispostas horizontalmente em linhas paralelas, ajustada a uma base retangular compacta”.

⁶ O soroban é um instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas; espécie de ábaco que contém em cada eixo e borracha compressora para deixar as contas fixas.

CAPÍTULO II - HISTÓRIA DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Durante o período imperial, no município da Corte, nasceu o Centro de Referência Nacional na área da educação do cego no Brasil, o Instituto dos Meninos Cegos, criado através do decreto n.1.428 de setembro de 1854, localizado no Rio de Janeiro.

O Instituto teve sua sede mudada por duas vezes: em 1864, para a praça da Aclamação; em 1891, para o prédio que permanecia em construção na praia da Saudade, onde tem sua sede até a atualidade. Mudaria também a sua nomenclatura, com o período Republicano, passou a ser chamado de Instituto Nacional dos Meninos Cegos e, após a morte do ex-diretor que ficou à frente do Instituto durante vinte anos, recebeu o nome que é mantido até o presente momento – Instituto Benjamin Constant (LOBO, 2008).

O ideal de fundação de um estabelecimento para pessoas com cegueira no período imperial só foi possível graças à coragem de um jovem chamado Álvares de Azevedo, brasileiro, deficiente visual e que compreendia a necessidade de oferecer oportunidade igualitária aos indivíduos sem distinção.

Em dezembro de 1850, retornava ao Brasil José Álvares de Azevedo que, quando criança ainda, aos 10 anos de idade, em 1844, partiu para França a fim de educar-se no Instituto dos Meninos Cegos de Paris.

Com o intuito de devolver a cidadania às pessoas com cegueira no Brasil, José Álvares de Azevedo, após seis anos na capital francesa, chegou ao município da Corte, com apenas 16 anos, mas com idealismo e conhecimento vastos, que se espalhavam através da sua capacidade produtiva.

Segundo Lobo (2008, p. 415): “na data da fundação, o Instituto dispunha do material que José Álvares de Azevedo trouxera da França: além dos métodos de ensino, livros impressos em braile, máquinas para escritas, pranchas para cálculo e cartas cartográficas”.

A fundação do Instituto dos Meninos Cegos também teve a influência do médico do palácio, Xavier Sigaud, francês naturalizado brasileiro, que possuía uma filha cega e que, ao ler a obra escrita por Álvares de Azevedo, passou a ser professor de sua filha. A União dos dois concretizou-se através da filha de Sigaud, que progredia na aprendizagem do sistema Braille com o professor Álvares de Azevedo.

O médico Sigaud, diante do progresso da sua filha, resolveu apresentar o jovem professor ao imperador, cuja eloquência teve como resultado o decreto imperial 1.428, de 12

de setembro de 1854, que criava o Instituto dos Meninos Cegos, inaugurado solenemente em 17 de setembro do corrente ano, no morro da Saúde.

O Instituto dos Meninos Cegos foi criado diante da atitude de Álvares de Azevedo, um jovem cego que, embora não tivesse presenciado a inauguração do Instituto, já que faleceu um ano antes da inauguração, não teve a sua iniciativa fragilizada, pois o Instituto se tornou o maior centro de atendimento educacional para pessoas com deficiência visual.

O Doutor Sigaud despertou o interesse de Couto Ferraz e encaminhou o projeto que resultou no Imperial Instituto dos Cegos Meninos. O Instituto tinha como objetivo o ensino primário e alguns ramos do secundário, ensino moral e religioso, de música, ofícios fabris e trabalho. O regime era em sistema de internato.

As primeiras realizações e os resultados almejados pelos estudantes que frequentaram o Instituto dos Meninos Cegos fizeram com que afirmasse o Instituto na sociedade brasileira. Seus primeiros diretores, José Franco Xavier Sigaud, Cláudio Luiz da Costa e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, foram peças fundamentais na consolidação do Instituto. Benjamin Constant foi professor dessa unidade de ensino e diretor por 20 anos, expandiu oportunidade de educação, trabalho e assistência ao cego no Brasil, como também notabilizou a construção do edifício na Praia Vermelha.

O Instituto dos Meninos Cegos, criado a partir do Decreto 1.428, aprovou o Regulamento Interno provisório do Instituto com 43 artigos, assinados pelo Ministro e Secretário de Estados e Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Em virtude disso, foi estabelecido no Regulamento: “Art. 1º O Imperial Instituto dos Meninos Cegos tem como fim ministrar-lhes: A instrução primária, a educação moral, a religiosa, ensino da música, o de algumas ramos secundários e o de ofício fabris” (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007, p. 97).

O Curso no Instituto teria a durabilidade de oito anos e as disciplinas a serem cursadas foram distribuídas da seguinte forma: nos três primeiros anos, o aluno teria leitura, escrita, cálculo até frações decimais, músicas e artes mecânicas, de acordo com a idade e a força dos meninos; no quarto ano, seriam ensinados, gramática nacional, língua francesa, continuidade com aritmética, princípios elementares de geografia, música e ofícios mecânicos; do quinto ano em diante, seriam ensinadas as matérias anteriores e seriam acrescentados o ensino da geometria plana e retilínea, história e geografia antiga, média e moderna; no último ano, seriam ministradas as disciplinas história, geografia nacional, aperfeiçoamento da música e dos trabalhos mecânicos.

No Instituto, inicialmente, eram disponíveis 30 vagas para alunos de ambos os sexos, sendo que 20 vagas eram destinadas de forma gratuita para pobres, já as dez vagas restantes eram para filhos de família abastadas, que pagariam taxas anuais de 400 mil-réis de pensão e 200 mil-réis de joia. Contudo, das 30 trintas vagas, apenas dez foram ocupadas (LOBO, 2008).

O Instituto estruturou-se de forma para que assegurasse ao indivíduo cego, além do processo educacional, a profissionalização, a residência, alimentação, tratamento médico e vestuário. Mas para ter essas garantias, havia algumas condições, ou seja, era necessária a passividade diante as normas da instituição, caso contrário o aluno era excluído dos benefícios.

De fato, dois artigos de regulamento introduziam os alunos a permanecer indefinidamente no Instituto: Art.40. O [aluno] que durante o curso se houver distinguido será preferido para o cargo de Repetidor, e depois de 2 anos de exercício neste emprego para o de Professor do Instituto. Art.41. Ainda quando esteja completo o número de Repetidores o Governo poderá mandar adiar a essa classe, com o respectivo vencimento, os alunos que por seu procedimento, talento e estado se reconhecer que são aproveitáveis para o magistério (LOBO,2008,p.419).

O Instituto dos Meninos Cegos preocupava-se em garantir a empregabilidade. Então, após o exercício de dois anos como repetidores, ex-alunos poderiam ser nomeados como professores da Instituição e os vencimentos eram mantidos pelo governo.

Em 1857, a Oficina Tipográfica do Instituto foi inaugurada, deu-se origem à Imprensa Braille, mediante a contratação de um mestre em composição e impressão. Com isso, facilitou-se a confecção de materiais em Braille.

Durante o Regime Republicano, o Instituto Nacional dos Cegos passou a ter novo regulamento, disposto em 272 artigos, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho Magalhães, aprovado pelo Decreto nº 408 em 1890 e estabeleceu:

Art. 1º - O Instituto Nacional dos Cegos tem objetivo por ministrar-lhes:
 1-a instrução primária;
 2-a educação física, moral e cívica;
 3-a instrução secundária;
 4-o ensino da música vocal e instrumental;
 5-o ensino do maior número possível de artes, indústrias e ofícios fabris que esta ao alcance e lhes sejam de reconhecida utilidades;
 6-oficinas e casas de trabalho, onde os cegos, educandos no Instituto, encontrem ocupação decentes e sejam utilizadas mais diversas aptidões (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007, p. 89).

Com o aumento da demanda, foi idealizado e construído, a partir de 1890, o prédio em que o Instituto se encontra na atualidade. Em 1891, o Instituto Benjamin Constant foi

nomeado em homenagem ao terceiro diretor. Em 1906, através do decreto nº 1583, o Presidente da República criou, no Instituto Benjamin Constant, os cargos de médicos oftalmologista e de leitor, com funcionamento nas seções masculina e feminina. Já em 1911, no novo regulamento para o Instituto, disposto em 209 artigos, assinados pelo Ministério de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Corrêa, através do decreto 9.026, estabelecendo como finalidade:

Art.1º O Instituto Benjamin Constant tem por fim ministrar os cegos:

- I. A instrução primária
- II. A instrução secundária
- III. O ensino da música teórica, vocal e instrumental
- IV. O ensino das artes e ofícios que estejam ao seu alcance e sejam-lhes de reconhecida utilidade (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007, p. 94).

Em 1920, podemos constatar a iniciativa da entrada do cego no mercado de trabalho através da criação da Liga de Proteção aos Cegos do no Brasil, Liga de Auxílios Mútuos, iniciativa do ex-aluno do IBC, no Rio de Janeiro. Essa liga constituía-se como o maior centro industrial de vassouras, escovas e espanadores. Com a lei nº 566, de 21 de dezembro 1948, havia uma prioridade do governo em comprar os produtos produzidos na Liga de Proteção aos Cegos.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, o Instituto passou, a partir de 1930, a ser subordinado a este, em 1931. A Nova Constituição de 1934 dispôs, pela primeira vez, que a “Educação é direito de todos”, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Em julho de 1937, o Instituto interrompeu as suas atividades escolares por sete anos para que fosse concluída a segunda etapa do prédio. Em 17 de setembro, foram entregues certificados de conclusão de curso aos alunos. Permaneceram em funcionamento as atividades administrativas e técnicas. O Instituto Benjamin Constant foi reaberto em 1944. Como mostra a imagem do Prédio IBC, a seguir:



Imagem 1 - Fachada do Instituto Benjamin Constant.

Autor: Patrícia Matos Souza Nunes - Agosto, 2011.

Apesar das atividades terem sido paralisadas em 1935, durante o ano 1942 foi lançada a primeira Revista que discutia sobre questões da cegueira, sobre a iniciativa do professor José Espínola Veiga, que era chamada de Revista Brasileira para Cegos. Atualmente, circula por todo Brasil, com assinantes na América Latina, Europa e África.

Em meados de 1943, novas diretrizes são baixadas pela Presidência da República para o Instituto Benjamin Constant, com a intenção de modernizar e ampliar as finalidades, através do Decreto-Lei nº 6.066, entrando em vigor 01 de janeiro de 1944:

Art.1º O Instituto Benjamin Constant (IBC), Órgão integrante do Ministério da Educação e Saúde (MES), diretamente subordinado ao Ministério de estado, tem por finalidade:

- I- Ministrar a menores cegos e amblíopes, de ambos os sexos, educação compatível com suas condições peculiares;
- II- Promover a educação pré-escolar e pós-escolar dos alunos;
- III- Manter cursos para reeducação de adultos cegos e amblíopes;
- IV- Habilitar professores na didática especial de cegos e amblíopes;
- V- Realizar pesquisas médicas e pedagógicas relacionadas com as anomalias da visão e prevenção da cegueira;
- VI- Promover, em todo país, a alfabetização de cegos ou orientar tecnicamente esse trabalho, colaborando com os estabelecimentos estaduais ou locais;

Art. 2º O Presidente da República expedirá, mediante decreto, o regimento pelo qual se regerá o IBC.

Art.3º O Ministro de estado da Educação e Saúde, ouvindo o I.N.E.P e o I.B.C, baixará instruções destinadas a reger os seguintes assuntos:

I-Organização da educação nacional dos anormais da visão;

II- Padronização do Braille adaptado à grafia usual da língua portuguesa e a respectiva estenografia;

III- Organização dos cursos de formação de professores para anormais da visão;

IV- Processo de equiparação ou de reconhecimento dos diversos estabelecimentos de ensino que existem ou venham a existir no país;

V- Registro de relativos aos cursos referidos no item III deste artigo (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT 150, Rio de Janeiro, 2007, p.104).

Diante do Decreto-Lei nº 6.066, podemos constatar a preocupação do poder executivo no que tange à estruturação no processo educacional da pessoa com deficiência visual, tanto na formação dos professores que iriam atuar com esse público quanto na estruturação da educação do cego em nível nacional. Esses regimentos sofreram alterações assinadas pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, aprovado com o Decreto nº 14.165.

Outro marco histórico ocorreu em 1945, que foi a criação da Imprensa Braille, com estrutura exclusiva, equipamento moderno e mão de obra qualificada e admitiu os funcionários através do concurso público (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007).

Em setembro de 1945, foi criado o curso ginásial, proporcionando assim o ingresso das pessoas com deficiência visual nas escolas secundárias e nas universidades. É nesse período que o Instituto concedeu matrícula a 119 alunos (76 cegos e 43 amblíopes). Contando, a partir deste momento, com condições materiais, a parte educacional do IBC veio a dispor:

- Alfabetização no Sistema Braille e em tinta (Compreendendo fase preparatória);
- Curso Primário (5 séries);
- Curso Ginásial (4 séries) - Canto orfeônico, ciências físicas e naturais, economia doméstica, educação física, francês, geografia geral e do Brasil, história geral e do Brasil, inglês, latim, matemática, modelagem em argila, português, trabalho manuais;
- Curso Musical: Canto a solo, canto coral, canto orfeônico, harmonia e contraponto, iniciação musical, instrumento de cordas (violino, violão, bandolim), instrumentos de sopro, piano teoria e solfejo;
- Curso Profissional: afinação de pianos, arte e difusão radiofônica, colchoaria e estofaria, datilografia, economia doméstica, encadernação, massoterapia, radiotelegrafia, tamancaria, trabalho manuais, transcrição e revisão Braille, vassouraria, vimaria.

No que tange ao curso de massagem, ele foi criado, em 1945, no IBC, mas só em 1952, passou a ter o reconhecimento oficialmente e seus certificados foram registrados pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia.

No decorrer do século XX, algo de bastante relevância ocorreu no Instituto Benjamin Constant, que passou a atuar como centro de formação de professores para escolarização dos cegos, formando educadores de todo país.

2.1 INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E O CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES DE CEGOS (1950-1960)

Em 1947, ocorreu, pela primeira vez, no Instituto, um curso de capacitação de professores na “Didática de Cegos”. A sua estruturação se deu através da Fundação Getúlio Vargas. A inauguração contou com a presença do representante do Presidente da República, pelo Ministro da Educação e pelo diretor do Instituto Benjamin Constant. Porém, só em 1952, ocorreu o regulamento deste curso, pela Portaria-IBC nº 113.

Foi na década de 1950, ao sistematizar em âmbito nacional a oferta deste curso, que o Instituto Benjamin Constant se firmou com o maior centro de propagação de conhecimento técnico, pedagógico e científico no campo da Educação Especial, mais precisamente na área da deficiência visual.

Esse curso contava com o apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), admitindo professores de todo Brasil que, ao retornarem para as suas cidades, deveriam atuar com eficiência junto aos alunos, iniciar trabalhos com deficientes da visão, criar serviços especializados e fundar instituições de atendimento educacional especializados. (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007)

Durante o período inicial do curso, os conteúdos eram estruturados da seguinte forma:

- Oftalmologia social, destinava as ideias gerais sobre a prevenção da cegueira e a conservação da visão.
- Tratado Geral e Didática especializada de cegos, destinados ao ensino prático de tiflopedagógicos e psicologia especializada.
- Técnicas de Ensino, destinados a transmitir elementos práticos para o cego praticasse a leitura, a escrita e os cálculos em Braille, as artes manuais, os ofícios, execução de instrumentos, o manejo de aparelho e as técnicas fundamentais para a adaptação ao meio em que vive (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007, p. 112).

Diante do vasto leque de informações, o curso se consagrou com um caráter eminentemente prático, que tinha como objetivo difundir os conteúdos básicos para o adequado desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno cego e de visão

reduzida, caracterizando-se como o mais completo curso de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual, voltado para o magistério.

O curso de Especialização de Professores na Área da Deficiência da Visão veio, no decorrer de cada época, sofrendo alterações, tanto na denominação quanto nos conteúdos programáticos. No entanto, o referido curso mantinha coerência com a sua proposta: instrumentalizar professores para uma prática pedagógica eficaz frente às necessidades específicas do aluno cego e de visão reduzida, com a intenção de oportunizar professores comprometidos com a função político-social da educação de se tornarem agentes multiplicadores de um saber capaz de promover transformação social.

Diante do mencionado, na implantação ou implementação de ações pedagógicas em função da educação da pessoa com deficiência visual, em vários estados e municípios do país, os conhecimentos adquiridos pelos professores foram passados pelo IBC, pois tais ações são de professores que participaram do curso de capacitação.

2.1.1 Regimento do curso de formação dos professores de cegos

Durante a década de 50 e 60 do século XX, o curso de formação de professores para cegos, realizado no IBC, apresentava um caráter prático e exigia pré-requisitos para os alunos que desejassem fazer a formação na área de deficiência visual no Instituto Benjamin Constant. O Quadro I, a seguir, mostra a síntese dos regimentos no período de 1950 a 1960 e as diferentes exigências para o ingresso:

Quadro I - Exigência de Ingresso para Curso de Formação de Professores para Cegos no IBC (1950-1960)

Ano	Regimento	Exigências para ingresso no curso
1952	Portaria nº113 de 21 de Agosto de 1952, Capítulo I	Poderão inscrever-se no curso de professor de cegos os portadores de diploma de Curso Normal, de certificado de curso ginasial ou equivalente.
1955	Ministério da Educação e Saúde. Rio, 22 de julho de 1955	Poderão inscrever-se no curso de professor de cegos os portadores de diploma de Escolas Normais ou Faculdade de Filosofia, e que hajam exercido o magistério no mínimo durante dois anos.

1956	Ministério da Educação e Saúde Portaria N°: 111 de 10 de julho de 1956. Capítulo I - Da finalidade e duração do curso	Art.1º-O Curso tem por finalidade preparar e aperfeiçoar professores na especialidade do ensino a cegos e amblíopes terá a duração de quatro meses, de agosto a dezembro, compreendendo aulas teóricas, práticas e estágio nas classes de aulas
1958	Ministério da Educação e Saúde Rio de Janeiro, 12 Agosto de 1958 Finalidade do curso	Art.1º-O Curso tem por finalidade preparar e aperfeiçoar professores na especialidade do ensino a cegos e amblíopes terá a duração de quatro meses, de agosto a dezembro, compreendendo aulas teóricas, práticas e estágio nas classes de aulas do Instituto.
1961	Ministério da Educação e Cultura . Capítulo I - Da finalidade e duração do curso	Art.1º-O Curso tem por finalidade preparar e aperfeiçoar professores na especialidade do ensino a cegos e amblíopes terá a duração de quatro meses, de agosto a dezembro, compreendendo aulas teóricas, práticas e estágio nas classes de aulas do Instituto.
1962	Ministério da Educação e Cultura. Capítulo I - Da finalidade e duração do curso. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962, Decreto nº 34700	Art.1º- O Curso tem por finalidade preparar e aperfeiçoar professores na especialidade do ensino a cegos e amblíopes terá a duração de 6 meses, (início a 10 de julho e de agosto a novembro) , compreendendo aulas teóricas, práticas e estágio nas classes de aulas do Instituto.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no arquivo do IBC.

Diante dos regimentos em vigor, durante o período de 1950 a 1960, que eram aprovados pelo Ministério da Educação e Saúde, inicialmente e posteriormente Ministério da Educação e Cultura. Podemos observar que havia toda uma organização do Curso de formação e que, inicialmente, era exigida experiência no magistério no mínimo de dois anos, e formação mínima de curso normal e, em seguida, formação em Filosofia. Há também a informação de que a formação oferecida era composta por aulas teóricas, práticas e estágios.

O curso de formação para professores de cegos no Instituto Benjamin Constant tinha como finalidade preparar os professores para atuarem com deficientes visuais na década de 1950, sendo que esse curso apresentava uma duração média de quatro a seis meses.

No ano de 1963, foram encontrados documentos do Curso de formação de Inspectores de Cegos e Amblíopes, e entre o período 9 a 13 de agosto de 1963, foi realizado, no IBC, o II Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física.

Já no ano de 1964, foi ofertado um curso de Orientação para a vida do cego, tendo uma preocupação com a vida social da pessoa com deficiência visual, uma vez que, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº. 4.024/61, fundamentou o atendimento educacional às pessoas com deficiência (excepcionais), preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, havendo uma preocupação com a escolarização do cego, enquanto o Instituto Benjamin Constant, além da preocupação com o processo de escolarização, estava também preocupado com o papel do cego na sociedade.

Quadro II – Elementos da Estruturação do Curso de Formação de Professores de Cegos em 1962

Estrutura do curso	Regulamentação	Características
Relação dos professores que ministraram o curso em 1962		1.Nair Vieira de Aguiar; 2.Waldemar Gonçalves Galheira; 3.Maria da Trindade Rebouças; 4.Renato Monard da Gama Malcher; 5.Maria Trindade Rebouças; 6.Isa Oliveira; 7.Jorge Ferreira dos Santos; 8.Maria das Marcês Araújo; 9. Luzia Villela Pedras;
Disciplinas do Curso em 1962		1.Filosofia da educação de cego; 2. História da educação de cego; 3. Reabilitação de cegos; 4.Psicologia e efeitos psicossociais da cegueira; 5.Higiene e oftalmologia social; 6.Tratamento social;
Duração do curso 1962	Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 78 de 26 de Agosto de 1962	O curso terá a duração de três meses, tendo início de 1 de setembro até 1 de dezembro.
Regimento	Ministério da Educação e Cultura. Capítulo I - Da	Art.1º- O Curso tem por finalidade informar e orientar aos que lidam e

1962	finalidade e duração do curso Portaria nº 78 de 26 de Agosto de 1962	desejam lidar com cegos à sua integridade na sociedade.
Regulamento	Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962 Capítulo II - Da Admissão e das provas de seleção.	Capítulo II - Da Admissão e das provas de seleção.
Regulamento	Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962	Capítulo III – Artigo 9º Da Matrícula O número de matrícula, em cada ano, será fixada pelo Diretor do IBC, de acordo com os recursos destinados à manutenção do referido curso.
Organização do Curso	Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962	Capítulo III - Artigo 13- Para cada disciplina haverá obrigatoriamente uma prova escrita, exceto Prática de Ensino cuja prova será uma aula dada a qualquer série do curso.
Avaliação no curso	Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962	Capítulo III Artigo 14º - Somente serão aprovados os alunos que obtiverem notas iguais a cinco (5) em cada matérias e nota global igual a seis (6). Artigo 15º- Serão admitidos às provas finais os alunos que tiverem frequências iguais ou superior a 2/3 das aulas ministradas.
Regimento Disciplinar	Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962	Capítulo V Artigo 18º- Os Bolsistas e demais professores estarão diretamente subordinados respectivamente à seção de Cursos e à Seção de disciplina e Assistência ao aluno.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no arquivo do IBC.

No ano 1962, o curso de formação para professor de cegos apresentou algumas alterações. Inicialmente, antes de 1962, o curso apresentava de quatro a seis meses. Durante este período, a duração do curso passou a ser três meses, diminuindo assim a carga horária.

Em relação à organização do curso, em 1962, no Instituto Benjamin Constant, houve permanência no processo avaliativo que era rígido. O aluno do curso de formação tinha que atingir, em cada disciplina, a média cinco e a média geral seis. Se isso não ocorresse, o aluno era convocado a se retirar do curso e voltar para o estado de origem.

Durante o ano de 1964, houve uma preocupação do Instituto Benjamin Constant com seminários e palestras sobre o processo de profissionalização e educacional do cego, mostrando, com isso, que a inserção da pessoa no mercado de trabalho já era uma preocupação na década de 60 do século XIX.

No período de 1965 a 1968, não foram encontrados documentos que relatassem sobre o curso de formação para professores de cegos, muito menos outros eventos realizados no Instituto Benjamin Constant.

Entre de 1968 a 1969, foi realizado um curso de férias para auxiliares de Técnico em Locomoção de Cegos.

Em 1969, não houve curso de formação para professor de cegos, no entanto, pudemos constatar um curso de Oftalmologia. Porém, esse curso fazia parte do currículo do Curso de Especialização de professores para Deficientes Visuais, que seria realizado sob a orientação do Serviço Médico.

Diante do exposto, constatamos uma preocupação do Instituto Benjamin Constant na formação dos professores para o ensino das pessoas com deficiência visual em nível nacional, pois, o principal interesse do IBC era poder formar esses professores para que cada um, em seu Estado ou local de origem profissional, pudesse tirar a pessoa com deficiência visual da mendicância e possibilitar o reconhecimento social.

2.2 PROFESSORES SERGIPANOS E O CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CEGOS

Com a intenção de compreender o processo de educação do cego, que ocorreu em Aracaju no período de 1950, através de instituições que tiveram a iniciativa de estabelecer para o cego uma importância social, faz-se necessário analisar de que forma os professores dessas instituições buscaram formação para instruir a pessoa com deficiência visual em Aracaju.

Diante da necessidade que os professores atuassem de forma eficiente junto aos seus alunos, o Instituto Benjamin Constant criou o Curso de Especialização para professores na Didática para Cegos. Segundo Mazzota,

Em 1947 o Instituto Benjamin Constant, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, realizou o primeiro Curso de Especialização de Professores na Didática de Cego. No período de 1951 a 1973, passou a realizar tal curso de formação de professores em convênio com o Instituto Nacional de Estudo Pedagógicos – INEP (MAZZOTA, 2005, p. 33).

O Curso de Formação de Professores na Didática de Cegos foi regulamentado pela Portaria- IBC nº 709, de 28/06/1951, admitindo professores de todas as regiões do Brasil, e que os mesmos, ao retornarem para seus estados, iniciassem trabalhos com deficientes visuais, criassem serviços especializados e fundassem instituições de atendimento especializado. Como podemos ver nos quadros a seguir, tivemos presença de Sergipanos neste Curso de formação:

Quadro III - Demonstrativo do movimento de alunos no Curso de Especialização de Professores de Cegos

Total de alunos matriculados nos cursos	1952	1953	1954	1955
Sexo masculino	7	6	8	15
Sexo Feminino	18	21	22	26

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de documentos localizados no arquivo do IBC.

As professoras procuraram a formação com maior presença que os professores. Em relação, à distribuição pelos estados brasileiros, constata-se grande diversidade e a presença de professores sergipanos.

Quadro IV - Demonstrativo da Procedência dos professores e professoras que realizaram o Curso de Professores de Cegos (1952-1955).

Anos	Números de Alunos (Feminino)	Números de alunos (Masculino)	Estado
1952	1	1	Paraná
	2	-	Amazonas
	1	1	Ceará
	2	-	Minas Gerais
	2	-	Piauí
	-	1	Rio Grande do Sul

	2	-	Sergipe
	1	-	Espírito Santo
	2	2	Distrito Federal
	1	-	Bahia
1953	3	-	Pernambuco
	2	-	R.G. do Sul
	4	2	Distrito Federal
	2	-	Amazonas
	2	-	Pará
	2	-	Piauí
	2	-	Peru
1954	2	5	D. Federal
	5	-	Pernambuco
	1	1	Ceará
	1	-	Bahia
	3	-	Goiás
	2	-	Piauí
	3	-	R.G.do Sul
	2	-	Pará
	2	-	Amazonas
1955	1	-	Ceará
	1	-	Paraíba
	4	-	Pernambuco
	3	-	Alagoas
	2	-	Sergipe
	2	-	Bahia
	1	-	E.Santo
	2	-	Santa Catarina
	1	-	R.G.do Sul
	9	15	Distrito Federal

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no arquivo do IBC.

Percebemos que professores sergipanos fizeram a sua formação no IBC, com a predominância do sexo feminino, com quatro professoras e um professor durante o período de 1952 a 1955, que, diante das buscas no arquivo do IBC, pude perceber que foram os primeiros professores que foram para o Rio de Janeiro fazer a formação.

Durante as pesquisas, pude constatar que, no período de 1950 a 1960, tivemos a presença de 8 professoras sergipanas que fizeram o Curso de formação de Professores para Cegos, com as suas portarias e os seus respectivos nomes, como mostra o quadro a seguir:

Quadro V - Nomes das professoras sergipanas que fizeram o curso de Formação para Cegos

Ano	Portaria	Professoras Sergipanas que fizeram o Curso de Formação em Didática de Cegos
1952	Portaria nº. 113 de 21 de Agosto de 1952; Capítulo III; Artigo 12	Valdenice Hora Braz; Elze Silva Dantas;
1955	Ofício nº. 17 de janeiro de 1956; Comunicação de terminação dos cursos. Ofício Nº 538 16 de novembro de 1955	Maria Helena dos Santos, normalista, estagiária do Curso se Especialização de professores de Cegos, vem solicitar a V.S. se digne autorizar a entrega dos documentos que a instruíram na matrícula do referido ensino
1955	Ofício Nº 538 16 de novembro de 1955 Comunicação de cancelamento de matrícula	Alda Francisca Santos solicitou o desligamento do referido curso, por ter sido nomeada para cargo de Autarquia, cedida nesse estado
1956	Portaria Nº. 111 de 10 de junho de 1956.	Lecilda Maria de Jesus, frequentou com assiduidade o Curso de Professor de Cegos, com o aproveitamento a nota final de 68,5, classificando-se em 33º lugar. Alda Francisca Santos solicitou o desligamento do referido curso, por ter sido nomeada para cargo de Autarquia, cedida nesse estado.
1956	Ministério de Educação e Cultura Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1956	Maria Helena dos Santos, normalista, estagiária do Curso se Especialização de professor de Cegos, vem solicitar a V.S. se digne autorizar a entrega dos documentos que a instruíram na matrícula do referido ensino
1958	Ministério de Educação e Cultura Rio de Janeiro, 26 de junho de 1958	Benedita Araújo dos Santos, professora primária, exercendo o cargo de Supervisora Pedagógica, como Orientadora de Classe da Escola Aplicação, anexa ao Instituto Educação “Rui Barbosa”, de Aracaju. Natural

		de Japaratuba, sua residência estava localizada em Aracaju, na rua Laranjeira, nº.1335. Vêm requerer a V.S. inscrição no Curso de Professor de Didática de Cego.
1961	Ministério de Educação e Cultura Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1961, Março a outubro	Marieta Teles de Menezes Profissão: Professora Data de nascimento: 28 de julho de 1940 Residência: Rua Laranjeira, 232 Naturalidade: Sergipe

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no arquivo do IBC.

Seguem as imagens das primeiras professoras Sergipanas e o ano da formação no Instituto Benjamin Constant, na década de 50 do século XX, para fazer a formação de Didática de Cegos:



Imagem 2: Profª Valdenici Hora Braz - 1952
Fonte: Arquivo do IBC



Imagem 3: Profª Elze Silva - 1952
Fonte: Arquivo do IBC



Imagem 4: Maria Helena dos Santos – 1956

Fonte: Arquivo do IBC



Imagem 5: Benedita Araújo dos Santos – 1958

Fonte: Arquivo do IBC

O curso de formação de Didática para Cegos apresentava uma estrutura curricular que possibilitava aos professores cursistas, ao retornarem para o seu estado, que atuassem eficazmente junto aos alunos cegos.

Os professores que ministraram aulas no Curso de Especialização em Didática de Cegos foram:

Professor Espinosa-10 aulas; Prof^a Maria Lena da Silva-10 aulas; Prof^a Joana Silvado-10 aulas; Prof. Francisco José de Silva-10 aulas; Prof^a Irene Alves Pereira - 10 aulas; Prof. Orlando Massa Fontes-10 aulas; Prof^a Ygnez Redes Cardoso-05 aulas; Prof. Oswaldo Peixoto-05 aulas; Prof. Izauro Camargo-05 aulas; Prof. Afonso Celso Pereira Horta – 05 aulas; Prof. João Ferreira de Castro-10 aulas; Prof. Herval Gouvêa Hilderbrant-05 aulas; Prof. Hilda Paula Guimarães. (Fonte: Lista elaborada pela autora a partir dos documentos localizados no arquivo do IBC).

O curso tinha a duração de 371 horas, sendo 95 horas aulas, 13 horas de provas e 263 horas de estágios. A composição curricular era estruturada em dois semestres. O curso era organizado da seguinte forma:

No primeiro semestre: -História da Educação dos Cegos no Mundo; - História da Educação dos Cegos no Brasil; - Psicologia educacional; -Situação Atual da recuperação dos cegos pela educação; - Recreação infantil -História do Cego ilustre.- Psicologia do cego; - Leitura pelo método Braille - Datilografia Braille - Escrita a punção na tablete; - Escrita a punção pelo método Regina Pirajá educacional; -Situação Atual da recuperação dos cegos pela educação; -Recreação infantil -História do Cego ilustre. - Psicologia do cego; - Leitura pelo método Braille - Datilografia Braille - Escrita a punção na tablete; - Escrita a punção pelo método

Regina Pirajá - Abreviatura de línguas estrangeira - Conhecimento dos diferentes aparelhos de escritas existentes.

No segundo semestre: - Ensino da leitura pelo tato; - Ensino da escrita a punção; - Ensino da datilografia; - Ensino da Matemática; - Ensino de Ciência; - Ensino da geografia; - Ensino da assinatura pela escrita comum; - Adestramento dos sentidos; - Ensino da palpação; - Aquisição de imagens; - Atividades manuais; - Gestos e atitudes; - Locomoção sem guia; - Atividades á mesa da refeição; - Ensino da técnica de instrumentos musicais. (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 1952).

O primeiro semestre era estruturado em 4 semanas intensivas de aula (com 15 aulas), e o segundo, em seis semanas, com 20 aulas em cada semana.

Quadro VI - Distribuição do período do Curso de Especialização em Didática de Cegos - Primeiro Período

	Segundas-feiras	Terças-feiras	Quartas-feiras	Quintas-feiras	Sextas-feiras
Primeira semana	- Psicologia educacional; - Situação atual da recuperação dos cegos pela educação;	- Psicologia educacional; - Situação atual da recuperação dos cegos pela educação; - Psicologia do cego;	- História da Educação dos cegos no Mundo; - Psicologia educacional; - Psicologia do cego;	- História da Educação dos cegos no Mundo; - Escrita a punção na reglete; Abreviaturas de línguas;	- Psicologia educacional; - Recreação Infantil; - Psicologia do Cego;
Segunda semana	- Psicologia do Cego; - Psicologia educacional; - Recreação Infantil; - História de cegos ilustres;	- Psicologia educacional; - Recreação Infantil; - Psicologia do Cego;	- Psicologia educacional; - Psicologia do Cego; - Leitura pelo Método Braille.	- Psicologia educacional; - Psicologia do Cego; - Leitura pelo Método Braille.	- Psicologia educacional; - Recreação Infantil; - Psicologia do Cego;
Terceira semana	- Recreação Infantil; - Psicologia do Cego; - Leitura pelo Método Braille.	- Recreação Infantil; - Psicologia do Cego; - Leitura pelo Método Braille.	- História da Educação dos cegos no Brasil; - Psicologia do Cego; - Leitura pelo Método Braille.	- Psicologia educacional; - Psicologia do Cego; - Leitura pelo Método Braille. - Escrita a punção pelo método Regine Pirajá	- Psicologia do Cego; - Leitura pelo Método braille. - Escrita a punção pelo método Regine Pirajá
Quarta semana	- Psicologia do Cego; - Leitura pelo Método Braille. - Abreviaturas de línguas estrangeiras.	- Leitura pelo Método Braille; - Escrita a punção na reglete; - Abreviaturas de línguas estrangeiras	- Leitura pelo Método Braille; - Escrita a punção na reglete; - Abreviaturas de línguas;	- Datilografia Braille; - Abreviatura da línguas estrangeiras; - Conhecimento dos diferentes aparelhos de escrita existentes;	- Datilografia Braille; - Abreviatura da línguas estrangeiras; - Conhecimento dos diferentes aparelhos de escrita existentes;

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no arquivo do IBC.

Foi possível perceber, pela organização das aulas durante a semana, a intensidade do curso e a disposição das disciplinas que aliavam os conhecimentos dos Fundamentos da Educação (Psicologia do Cego, História do Cego), com necessidade do aprendizado do Braille (leitura, escrita, datilografia) e das línguas estrangeiras, entre outros conhecimentos.

A disciplina Psicologia do Cego esteve presente em todas as semanas do Curso, na terceira e quarta semanas há ênfase no ensino de Leitura pelo Método Braille e Escrita a punção pelo Método de Regine Pirajá⁷.

A exigência em relação à frequência também era determinada pela portaria citada:

Frequência é obrigatória para todos os estudantes. Não poderá ser submetido a provas aluno que tiver menos 80% de frequência e convivência mínima, com alunos de seis horas diárias, excetuadas as que forem dedicadas as aulas (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 1952).

Havia no curso exigência com relação ao processo avaliativo, em que o cursista que não adquirisse a média em cada matéria teria que retornar para o seu estado de origem sem o certificado. Como mostra o quadro abaixo:

Quadro VII - Regimento do processo avaliativo do Curso de formação de Professores

Ano	Regimento	Avaliação
1952	Portaria n°. 113 de 21 de Agosto de 1952 - Capítulo III Artigo 12	Ao fim do primeiro período os estudantes serão submetidos a uma prova de aproveitamento, só podendo cursar o segundo período os que obtiverem médias iguais ou superior a 50 por disciplina e 60 no conjunto.
1955	Portaria n°. 113 de 21 de Agosto de 1952. Capítulo III Artigo 12	Ao fim do primeiro período os estudantes serão submetidos a uma prova de aproveitamento, só podendo cursar o segundo período os que obtiverem médias iguais ou superior a 50 por disciplina e 60 conjunto
1956	Portaria n°. 111 de 10 de junho de 1956.	Capítulo III Artigo 7º- Constituirá nota de aprovação no curso, a média aritmética das notas das provas escritas, provas práticas e provas de aulas.
1958	Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 12 Agosto de 1958; Avaliação	Capítulo III Artigo 7º- Constituirá nota de aprovação no curso, a média aritmética das notas das provas escritas, provas práticas e provas de aulas.
1961	Ministério da Educação e Cultura 1961; Avaliação.	Capítulo III Artigo 7º- Constituirá nota de aprovação no curso, a média aritmética das notas das provas escritas, provas práticas e provas de aulas.

⁷ Regine Pirajá era uma personalidade que atuava na Fundação Dorina Nowil em São Paulo. Atuava na área de inclusão social no Brasil, durante o ano de 1951 trabalhava na Fundação encadernando livros, avaliando objetos e equipamentos para cego. No que tange ao Método de Regina Pirajá, não encontrei dados até o presente momento da pesquisa.

1962	Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº. 25 de 16 de maio de 1962.	Capítulo III Artigo 14º- Somente serão aprovados os alunos que obtiverem notas iguais a cinco (5) em cada matérias e nota global igual a seis (6). Artigo 15º- Serão admitidos às provas finais os alunos que tiverem frequências iguais ou superior a 2/3 das aulas ministradas.
------	---	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no arquivo do IBC.

Ao final do curso, os alunos aprovados recebiam um comunicado expedido pelo IBC, informando a sua média e colocação no curso como mostra a imagem a seguir:

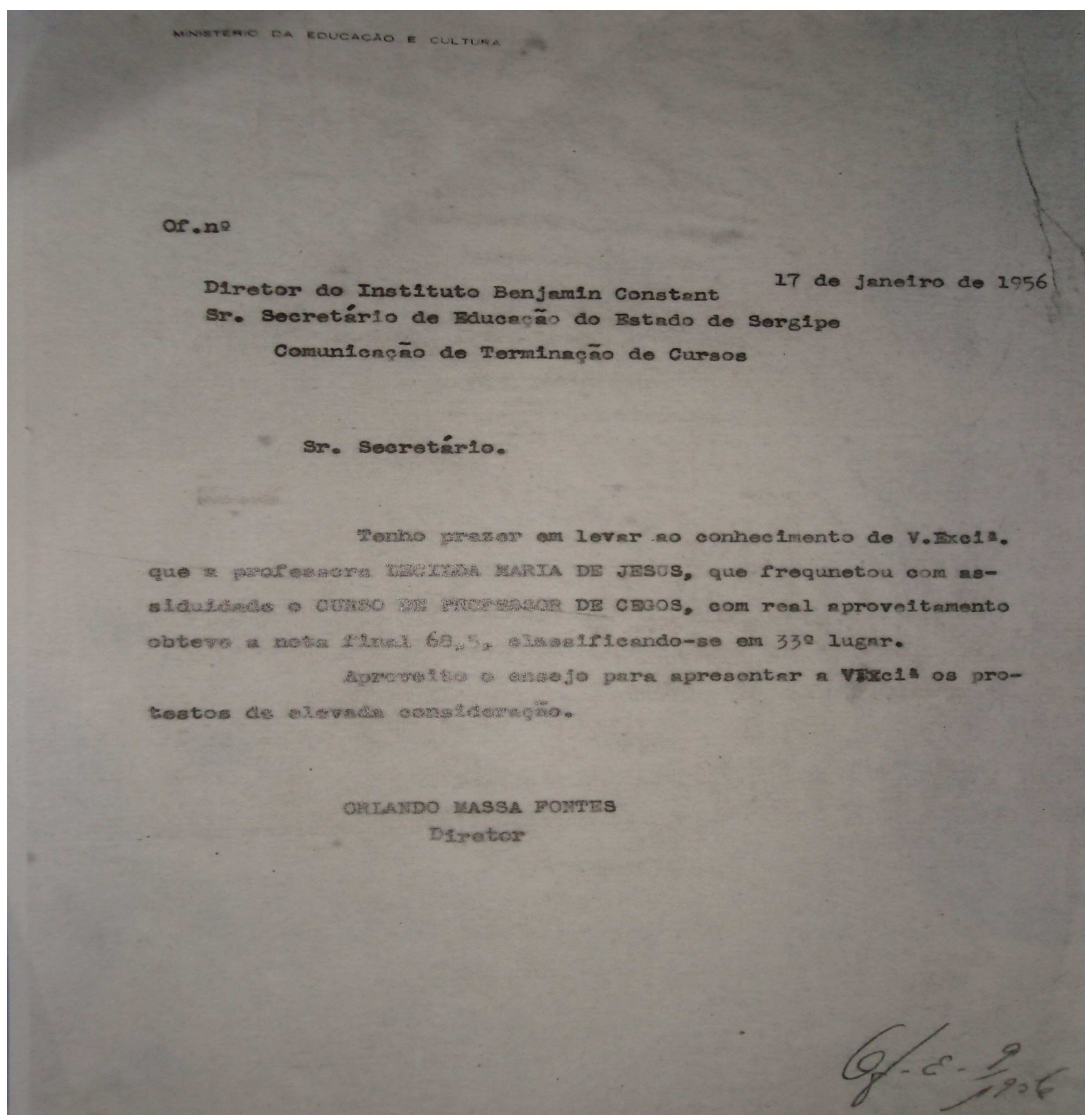


Imagem 6: Comunicação de término de curso

Fonte: Arquivo do IBC

No entanto, antes do início de curso, era necessário, por parte do cursista, entregar uma carta solicitando a inscrição no curso de professor e inspetor de cegos, como consta na imagem 7:

Ilmo. Sr. Diretor do Instituto "Benjamin Constant" - Rio de Janeiro

Cecilda Maria de Jesus, professor primário exercendo efetivamente a função no Grupo Escolar "José Augusto Ferraz" em Piracapu-Sergipe, residente à Fazenda Simeão Solaral 1101, filha de Januario Agripino de Jesus e Emilia Maria de Jesus, nascida a 12 de maio de 1926, vem requerer a sua inscrição no curso intensivo de professor e inspetor de Cegos mantido por esse Instituto para que juntos os documentos exigidos

Restes Termos
Sede deferimento

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1955
Cecilda Maria de Jesus

Imagem 7: Descrição dos dados da Profª Cecilda Maria de Jesus.

Fonte: Arquivo do IBC

Quadro VIII - Demonstrativo das alterações curriculares do Curso de Especialização de Didática para Cegos

1952	1955	1956	1958	1961
Poderão inscrever-se no curso de professor de cegos os portadores de diploma de Curso Normal, de certificado de curso	Poderão inscrever-se no curso de professor de cegos os portadores de diploma de	O número de Aulas ministradas em 1956 foi 252 horas aula. Capítulo III - Artigo 6º - o	A carga horária do curso= 290 Capítulo III - Artigo 6º - o curso constará de dois tempos. O primeiro	O curso terá a duração de seis meses, com início a 10 de abril do corrente ano. Capítulo III -

ginásial ou equivalente. 95 de aula 13 de prova 263 de estágio Total de horas= 371 Os cursos serão intensivos e divididos em dois períodos: a) O primeiro, de quatro semanas, com 15 aulas cada semana; b) o segundo, de seis semanas, com 20 aulas em cada semana;	Escolas Normais ou Faculdade de Filosofia, e que haja exercido o magistério no mínimo durante dois anos. O número de Aulas ministradas em 1956 foi 252 horas aula.	curso constará de dois tempos. O primeiro tempo destinado para o estágio no Instituto. O segundo tempo será destinado às aulas teóricas e práticas.	tempo destinado para o estágio no Instituto. O segundo tempo será destinado às aulas teóricas e práticas.	Artigo 6º- o curso constará de dois tempos. O primeiro tempo destinado para o estágio no Instituto. O segundo tempo será destinado às aulas teóricas e práticas.
--	--	--	---	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no arquivo do IBC

Diante do que foi apresentado no quadro, podemos constatar que, com o passar dos anos, há uma redução da carga horária do curso e do número de disciplinas que são ofertadas, porém percebemos uma preocupação com relação entre a teoria e prática do curso.

Dado o exposto, a principal alteração no Curso de Especialização de Didática para Cegos foi relacionada ao conteúdo, pois, pelo que se percebe, o mesmo vai se adequando às exigências sociais.

2.3 CULTURA MATERIAL NO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Nesta discussão será apresentada a cultura material escolar do Instituto Benjamin Constant através dos objetos pedagógicos utilizados para tornar concreto o processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência visual.

Com o novo olhar da História da Educação, a materialidade dos objetos apresentam processos de produções, circulações, imposições e apropriações, constituindo formas diferenciadas de acesso dos saberes pedagógicos. Diante dessa percepção, os objetos

escolares passaram a ser objetos de investigações, não só como dispositivos de normatização pedagógica, mas também como suporte material das práticas escolares.

Segundo Carvalho (2003, p. 269): “A ênfase da nova historiografia na materialidade das práticas, objetos e seus usos produz um novo modo de olhar e interrogar as fontes disponíveis”.

Com a intenção de preservar a memória educacional, a cultura material escolar surge como uma área do conhecimento da História da Educação, sofrendo a influência da cultura escolar. Os materiais são importantes para o ensino, no sentido de tornar concretos os recursos utilizados na aprendizagem escolar. Eles são denominados por Souza (2007) como artefatos materiais, “artefatos materiais são produtos do trabalho humano e apresentam duas facetas: eles têm função primária (uma utilidade prática) e exercem funções secundárias” (SOUZA, 2007, p. 165). Com isso, percebemos que os artefatos apresentam funções simbólicas, indicadores sociais, além de serem partes integrantes de uma cultura material, atuando como elemento mediador da atividade humana.

O Instituto Benjamin Constant, durante o período aqui analisado, manteve uma intensa preocupação com o processo de alfabetização e de profissionalização, a partir de vivências reais. Assim, os alunos que ali estudavam, tinham contato com o conhecimento a partir do manuseio de elementos concretos como os materiais pedagógicos especializados. Eles tinham como objetivo auxiliar a aprendizagem do aluno, tendo em vista a sua condição visual.

A partir do pensamento elaborado pelo viés da cultura material, alguns elementos do IBC foram investigados, levando em consideração a importância desses instrumentos para o processo educacional do cego no cotidiano do citado Instituto. Os objetos são os seguintes: instrumento de escrita no sistema Braille, soroban, cubaritmo, instrumentos musicais, equipamentos, símbolos e ritos.

2.3.1 Instrumento de escrita no sistema Braille

O Sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita usado por pessoas cegas. Foi desenvolvido na França por Louis Braille, um jovem cego, a partir do sistema de leitura no escuro para uso militar, de Charles Barbier. Utilizando seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas, que possibilitam a formação de 63 símbolos diferentes, que são usados em literatura nos diversos idiomas, na simbologia matemática e científica, na música e na informática.

A partir da invenção do sistema, em 1825, seu autor desenvolveu estudos que resultaram, em 1837, na proposta definidora da estrutura básica do sistema, ainda hoje utilizada mundialmente. Seguido por sua eficiência e vasta aplicabilidade, o sistema se impôs como meio de leitura e de escrita para os cegos. Entretanto, a compreensão do Código Braille que envolve um conjunto de conhecimento e a apropriação dos conceitos especiais e numéricos, requerer descrição tátil, coordenação motora e destreza para manipulação.

Na fase escolar que a criança cega tem acesso sistemático aos seus instrumentos de escrita, os seus conhecimentos prévios contribuem para o momento em que o aluno tomará posse dos pontos na cela, irá reconhecer sinais específicos e a configuração dos pontos que constituem as séries ordenadas do alfabeto Braille.

O suporte manual para alfabetização do cego é uma reglete com uma punção. A reglete e a punção foram os primeiros instrumentos utilizados para escrever em Braille, conforme a imagem 8, na página seguinte. Segundo Costa (2000, p. 20), “a reglete é uma régua de plástico ou de metal, constituída por um conjunto de celas vazadas, dispostas horizontalmente em linhas paralelas, ajustada a uma base retangular compacta”. Para perfurar os pontos na cela Braille tem a punção. No Instituto Benjamin Constant, era utilizada a reglete como suporte manual no processo de alfabetização do cego.



Imagem 8: Reglete e Punção

Fonte: Museu do IBC

Para Souza (2007), os objetos materiais, além de se apresentarem como normativo pedagógico, também são suporte material das práticas escolares. Diante dessa afirmação, percebemos que a reglete e a punção são objetos que justificam uma prática pedagógica no Instituto, uma vez que eram utilizados aqueles objetos materiais para ensinarem o deficientes visuais a escrever.

A ênfase nos usos de forma diferenciada dos objetos materiais desloca o olhar do historiador da educação da mera educação dos modelos pedagógicos para as práticas diferenciadas de apropriação.

Então, os objetos, em sua materialidade, neste caso a reglete e a punção, pensando na forma como foi utilizada no IBC, possibilitam experiências concretas e o manuseio dos materiais didáticos especializados – ponto de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência visual.



Imagem 9: Reglete de Bolso

Fonte: Museu do IBC

Podemos observar a existência de objetos materiais escolares que desempenhavam uma função pedagógica e, acima de tudo, social, pois possibilitava ao deficiente visual ter autonomia diante da escrita.

Segundo Barros (2009), os objetos materiais são importantes diante dos seus usos, da apropriação social, das técnicas de manipulação e da importância econômica, atendendo assim, as necessidades sociais.

Com isso, constatamos que os instrumentos de escrita, ou seja, os objetos materiais que eram utilizados no Instituto, apresentavam uma dimensão simbólica educacional, constituindo um aspecto da cultura material, como é o caso da reglete de bolso, pois permite que o cego possa transportar e utilizar em diversos ambientes sociais.

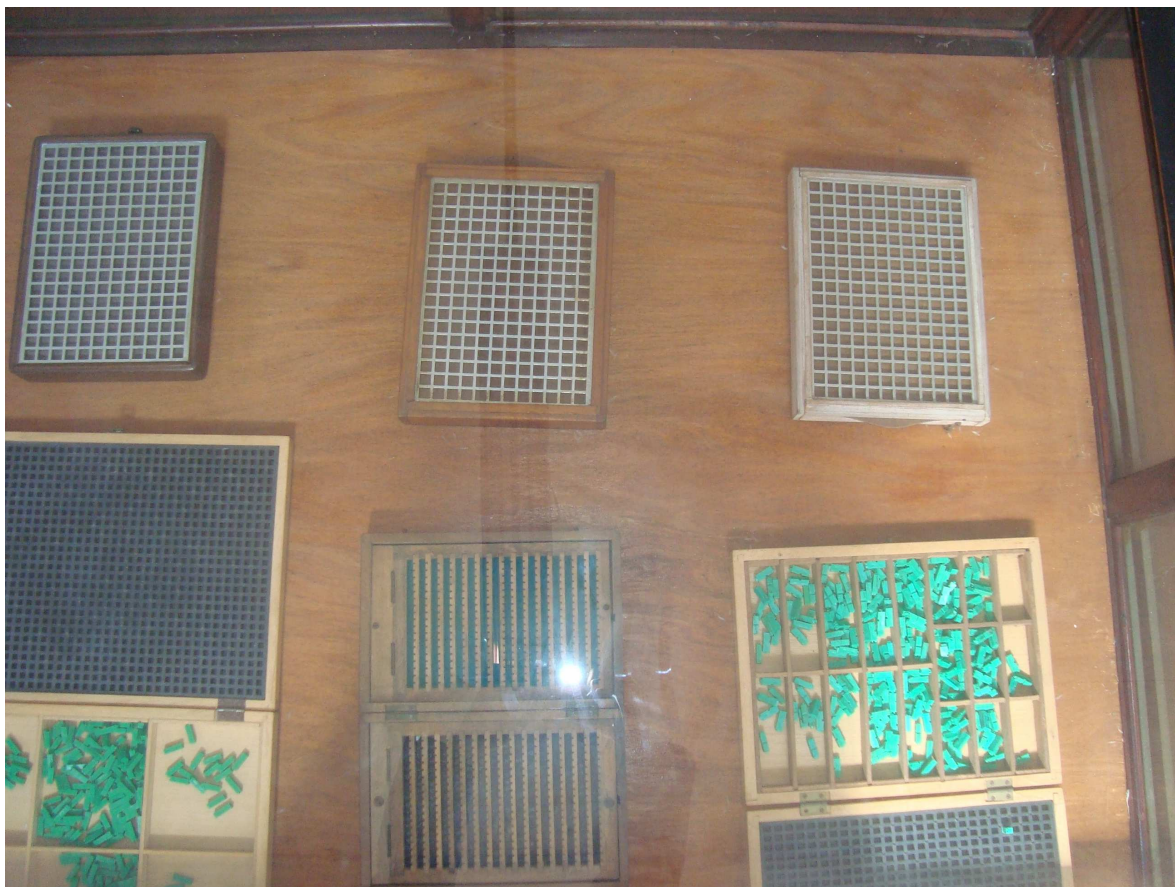


Imagem 10: Régua com selas de ferro

Fonte: Arquivo do IBC

Essa régua com contorno de madeira apresentava sela de ferro, e os pontos de madeira foram, inicialmente, utilizados na alfabetização da pessoa com deficiência visual, antes da reglete tradicional ser levada para Instituto. Assim, foi um instrumento utilizado a aprendizagem do aluno cego no IBC.

Os objetos escolares instituem um discurso e um poder, informando valores e uma concepção de educação, por exemplo, esta régua representou naquele momento algo de fundamental por haver possibilitado a escrita da pessoa com deficiência visual e o reconhecimento na sociedade, podendo ser transportada de maneira a observamos, também na imagem 10, as selas que podem ser preenchidas com pequenos pinos verdes, facilitando a percepção tátil em alto relevo.

2.3.2 Máquinas de escrita braille de 1930, 1950 e 1960

A evolução dos instrumentos punção e reglete utilizados para esse tipo de comunicação resultou na máquina de escrever em Braille. Semelhante a uma máquina datilográfica, a máquina Braille apresenta um teclado com apenas seis teclas e uma barra de espaço. No Instituto, foram importadas várias máquinas, com o intuito de possibilitar aos alunos a familiarização com a escrita Braille. Máquinas de teclas Braille eram importadas da Dinamarca, Inglaterra e Estados Unidos, nas respectivas décadas de 1930, 1950 e 1960. Esses instrumentos pedagógicos eram utilizados durante aquele período, no Instituto, nas aulas de escrita Braille. Neles, cada aluno cego matriculado em sistema de internato portava aquele artefato para que, dessa forma, fosse alfabetizado. Podemos observar a evolução das máquinas de escrita Braille presente no IBC:



Imagem 11: Máquina de Tecla Braille da Década de 1930

Fonte: Museu do IBC



Imagem 12: Máquina de Tecla Braille da Década de 1950
Fonte: Museu do IBC



Imagem 13: Máquina de Tecla Braille da Década de 1960
Fonte: Museu do IBC

2.3.3 Soroban

O Soroban foi trazido para o Brasil através dos imigrantes japoneses no começo do século XX. No Brasil, em 1949, Joaquim Lima de Moraes adaptou o Soroban para uso de cegos, após aprender a técnica ensinada por imigrantes japoneses, abasileirando o termo para Soroban, sendo que este termo é utilizado em relação aos videntes, no entanto, o termo Soroban está relacionado aos deficientes visuais.

No site Soroban Brasil (2011)⁸, o soroban é um instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas; trata-se de uma espécie de ábaco que contém em cada eixo uma borracha compressora para deixar as contas fixas. Assim, o seu uso sofreu uma série de aperfeiçoamentos que geraram técnicas extremamente rápidas para executar qualquer cálculo.

Na imagem a seguir, notam-se os Brasões, na parte superior e, na parte inferior, os Sorobans, instrumentos de cálculos derivados do ábaco utilizados no Instituto.



Imagem 14: Soroban
Fonte: Museu do IBC

2.3.4 Cubaritimo

Este instrumento era utilizado no ensino do cálculo da matemática, trazido para o Instituto no início da sua fundação com a finalidade de instruir o cego na sua aprendizagem. Esse instrumento era composto por uma grade em que se encaixavam cubos como pontos em

⁸ Disponível em: www.sorobanbrasil.com.br.

relevo do sistema braile de escrita numérica em cada um dos seis lados, correspondendo aos números de 0 a 9, além da face lisa e uma face com o traço, como mostra a imagem 13 a seguir:



Imagem 15: Cubaritimo

Fonte: Museu do IBC

Segundo Souza (2007, p. 177), “o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas”. Nesse caso, o Cubaritimo, no IBC, era definido como escolar, pois apresentava uma intenção fazer com que as pessoas com deficiência visual que frequentavam aquele estabelecimento de ensino aprendessem cálculo e que, dessa forma, pudessem ser inseridos socialmente.

2.3.5 Equipamentos

O Instituto era marcado pela produção Braille, inicialmente com a instalação das oficinas tipográficas e, em seguida, sendo transformadas em Seções Braille. A evolução dos instrumentos de comunicação resultou na criação da máquina de escrever e de outros equipamentos.

2.3.5.1 Máquinas estereotipadas

No final do século XIX, foram inventadas, nos Estados Unidos e também na França, as primeiras máquinas mecânicas para impressão de Braille, editadas em forma de tipografia e capazes de reproduzir por prensagem em papel, permitindo até a escrita em ambos os lados. Esse novo processo viabilizou a edição de livros e de revistas em muitos países.

Em 1939, as oficinas tipográficas se transformaram em Seção Braille no Instituto Benjamin Constant. Pelas máquinas estereotipadas, importadas da França e Inglaterra, iniciava-se uma nova era para Instituição, pois, diante desse fato, possibilitou-se o surgimento da Imprensa Braille, no Instituto, em meados de 1943. A partir dessa década, houve um florescer econômico e político nessa Instituição, contando com sete máquinas estereotipadas e funcionários admitidos por concurso público, além de modernos equipamentos de encadernação. Como mostra a imagem 16 a seguir:

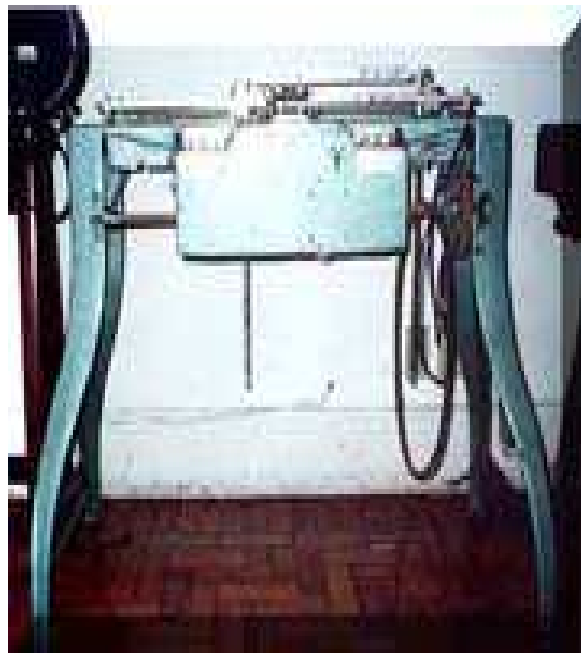


Imagem 16: Máquina Esteriotipada
Fonte: Museu do IBC

A Imprensa Braille assumiu, através da Portaria nº 504, de 17 de setembro de 1949 do Ministério da Educação e Saúde, a distribuição gratuita de livros para todo país.

2.3.5.2 Thermoform

Instrumento utilizado no Instituto na produção de figuras, formas e mapas em alto-relevo.

Com o Thermoform, eram produzidos e distribuídos pelo DPME (Divisão de Pesquisa e Produção de Materiais Especializados) materiais pedagógicos em diversas áreas do conhecimento para instituições educacionais. Dentre os materiais pedagógicos construídos no Instituto Benjamin através do Thermoform, podemos citar:

- Caderno preparatório para leitura Braille;
- Simbolização matemática em alto relevo para ensino fundamental e médio;
- Caderno de Química (Distribuição eletrônica);
- Tabela periódicos ;
- Atlas geográficos escolares;
- Satélites de Sensoriamento remoto com sensor ativo e passivo;
- Aerofotogrametria⁹;
- Atitudes (Perfil do Morro do Corcovado);
- Bandeira Nacional;
- Cartografia:
- Eixos cartográficos;
- Caderno de Biologia (Reino Morena, Sistema Respiratório, Circulatório e Germinação).

Podemos perceber a diversidade de equipamentos e materiais pedagógicos para garantir o acesso das pessoas cegas à informação e ao conhecimento. A tecnologia apropriada e desenvolvida para garantir às pessoas cegas o direito à educação é muito rica e diversificada e permite múltiplas pesquisas sobre cada um dos recursos aqui apresentados.

Para Souza (2007), alguns materiais ou artefatos como: livros; cadernos; carteiras; quadro-negro; a própria arquitetura escolar, objetos de uso dos alunos, impressos, ou seja, os artefatos de uso escolar, constituem um modo de transmissão da cultura, mostrando, com isso, as diversas possibilidades que a cultura material escolar proporciona através dos objetos de investigação.

Então, na articulação entre saber pedagógico, práticas e materiais escolares é que se concretiza o fazer pedagógico, tendo em vista que, através desses elementos, podemos compreender o funcionamento interno da escola e sua função no tempo e no espaço.

⁹ Aerofotogrametria representa a cobertura aerofotográfica executada para fins de mapeamentos.



Imagem 17: Thermoform

Fonte: Museu do IBC

2.3.6 Instrumentos musicais

A música como componente curricular era inserida a partir da Educação Infantil no Instituto. Essa disciplina era apresentada para os alunos de forma lúdica no programa educacional. No decorrer do processo da escolarização, a música foi incorporada como elemento formativo, ampliando o diálogo do aluno com os elementos da linguagem musical.

A Instituição dava uma grande ênfase ao ensino da música teórica e prática, através do decreto nº 408 de 1980, e estabeleceu no seu Art. 1º que o Instituto Nacional dos Cegos tinha por finalidade o ensino da música vocal e instrumental.

Com a criação do curso ginásial, em 1945, o curso de música fazia parte da grade curricular, em que o aluno aprendia canto a solo, canto coral, canto orfeônico, harmonia e contraponto, iniciação musical, instrumento de cordas (violino, violão, bandolim), instrumentos de sopro, piano teoria e solfejo.

Podemos observar, através das imagens, as crianças, na educação infantil tendo acesso aos instrumentos durante a aula de música no Instituto Benjamin Constant



Imagem 18: Aula com instrumento musical

Fonte: Museu do IBC

Durante a pesquisa no museu do Instituto Benjamin foi possível encontrar o livro de música utilizado na época para que os alunos estudassem música clássica, que se chamava Segunda Sonata, de L. Van Beethoven.



Imagem 19: Livro de música clássica

Fonte: Museu do IBC



Imagem 20: Livro de música clássica

Fonte: Museu do IBC

Com isso, constatamos que o Instituto tinha a preocupação que os cegos se profissionalizassem no campo musical para que, dessa forma, adquirissem a inserção social. Como afirma uma ex-aluna¹⁰:

Naquela época, havia uma preocupação com o intelecto, tinha uma dinâmica no instituto que eram as aulas regulares e atividades complementares na década de 60, tinha uma verdadeira escola de música, não era uma coordenação musical, pois existia aula de tudo quanto você possa imaginar em termo de instrumentos musicais. Tinha aulas teóricas, solfejo, harmonia, quem tinha talento para música, tinha possibilidade de se fazer um profissional em música, não era o meu caso... eu tive aula de piano, teoria de Solfejo. (ALMEIDA, 2011)

A Educação Musical se apresentou como espaço de sondagem de aptidões e assumiu características de ensino profissionalizante, tendo em vista não apenas o investimento na iniciação musical, mas também no estímulo à aprendizagem instrumental e à regência.

A imagem a seguir mostra os alunos de Instituto Benjamin Constant durante a aula de música:

¹⁰ Maria da Glória de Souza Almeida, formada em pedagogia foi aluna do Instituto Benjamin Constant, é mestra em Letras pela UFF, em seguida foi professora do local citado e, atualmente, é chefe do gabinete do diretor do Instituto.



Imagem 21: Aula no IBC

Fonte: Livro 150 Anos de IBC

2.3.7 Globo terrestre em alto relevo



Imagem 22: Globo terrestre em alto relevo

Fonte: Museu do IBC

Este globo terrestre em alto relevo foi idealizado para ser utilizado nas aulas de geografia, no início de século XX, mais precisamente durante as primeiras aulas realizadas no Instituto. Trata-se de um globo de ferro com traços em alto relevo, onde constavam a localização, latitude, longitude e linha mediana. O globo terrestre em alto relevo era um instrumento que podia ser explorado de acordo com as variadas faces que compreendiam uma visão ampla do que estava sendo discutido em sala de aula.

O globo possibilitava compreender que o Instituto buscava materiais que difundissem o saber, uma vez que os conteúdos de Geografia eram tratados através daquele objeto de forma contextualizada.

2.3.8 Mapa da América do Sul



Imagem 23: Mapa da América Latina

Fonte: Museu do IBC

No Instituto Benjamin Constant, era utilizado como artefato pedagógico o Mapa da América do Sul, que foi construído em setembro de 1922, idealizado pelo professor do Instituto Benjamin Constant, Mauro Montagna. Foi elaborado originalmente para a Exposição Internacional do 1ª Centenário da Independência do Brasil. Confeccionado sob sua direção,

com a participação de um escultor e de um eletricitista, foi construído em 75 dias. Esculpido em um prancha de madeira, mede 4 metros comprimento por 3 metros de largura, pesando 2.240 kg (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007).

No mapa presente no IBC, pude observar a presença dos dois oceanos, Atlântico e Pacífico, com diversas correntes marítimas, 93 rios com água corrente, 26 vulcões com lampejos rubros e fumaça, na Cordilheira dos Andes; 22 faróis com projeções luminosas e cores alternativas ao longo do litoral. Na época, o Mapa representou socialmente um certo reconhecimento diante de do compromisso do IBC no aprendizado da pessoa com deficiência visual, que possibilitou o Diploma de Honra conferido pelo Júri Internacional de Recompensas pelo mapa da América Latina.

2.3.9 Símbolos e ritos

O Instituto apresenta, no seu cotidiano, os eventos comemorativos trazendo à tona sua história na memória viva os valores, as raízes de sua fundação, avanço e a abrangência de suas ações, era aberto espaço para reverenciar a trajetória e luta, iniciada em 17 de setembro de 1854.

Nas comemorações do Centenário em 1954, foram reservados 12 meses de festividade. Durante esse período, era revitalizado o orgulho institucional, levantando fatos, recuperando nomes e homenageando grandes obras. Nas festividades, eram mesclados arte, cultura, educação e disseminação do conhecimento.

No museu do Instituto, podemos encontrar medalhas comemorativas cunhadas pelo IBC, homenageado pela Câmara dos Vereadores e Assembleia Legislativa, como mostra a imagem 24 a seguir:



Imagem 24: Medalha de Honra ao Mérito.

Fonte: Museu

Para Fiscarelli e Souza (2007), a utilização de objetos como fontes de informação, nesse caso, as medalhas de Honra ao Mérito, vem dizer algo sobre a história das instituições, apresentando potencialidades e dificuldades a serem enfrentadas.

Em relação ao IBC, as medalhas significavam o reconhecimento de todo o trabalho desenvolvido socialmente, marcando o perfil da Instituição com caráter revitalizador, tendo na sua essência um orgulho que emerge com grande força.

A partir dessa afirmação, as medalhas de Honra ao Mérito informavam, naquele momento, as maneiras pelas quais o Instituto se fazia aparecer para sociedade. Informavam acerca das práticas escolares propostas para o processo de ensino-aprendizagem dos cegos, além das quais as transformações e rupturas que essas práticas sofreram ao longo da trajetória da Instituição.

Diante da contribuição e ampliação da História Cultural referente aos novos objetos de investigação, podemos constatar que as fontes possibilitam a compreensão do fazer pedagógico, o cotidiano escolar e a organização interna da escola.

Dado ao exposto, os objetos mencionados são fontes que trazem fatos e práticas instauradas, bem como um recorte histórico do processo de preparação e participação das

instituições escolares em eventos comemorativos que nos incitam a conhecer as relações estabelecidas.

Esses materiais foram importantes não apenas na educação das pessoas cegas como também foram significativas na formação dos professores que passaram pelo IBC.

Como veremos no capítulo seguinte foi possível perceber a utilização de alguns objetos encontrados no IBC na educação dos cegos em Sergipe, bem como algumas das práticas pedagógicas que marcaram a formação dos professores sergipanos.

CAPÍTULO III - ESCOLA DE RECUPERAÇÃO DO CEGO DE SERGIPE - A PRIMEIRA CLASSE DE BRAILLE DE SERGIPE

Em 25 de agosto de 1958, surgiu, em Aracaju, a primeira escola de educação para o cego, denominada Escola de Recuperação do Cego de Sergipe, marcando assim, o pioneirismo no atendimento ao deficiente, pois, naquele momento, o deficiente visual era visto como uma pessoa fadada à mendicância.

No movimento de recuperação constituído pelo Serviço de Assistência à Mendicância (SAME), era simplesmente notável a existência da Escola de Recuperação do Cego de Sergipe, que funcionava sobre a orientação da professora Maria Helena que apresentava deficiência visual.

Ver, difundir, aprovar dar o melhor de sua bondade, do seu auxilio, da sua cooperação á Escola de Recuperação do Cego de Sergipe, é algo muito puro e muito lindo aos olhos de Deus (A CRUZADA, 09 de agosto 1959).

Tal registro confirma a representação da Escola do SAME para a aluna Maria José. Num trecho do jornal “A Cruzada”, ela destaca a importância dessa escola para ela, dizendo o quanto estava sendo relevante para sair da escuridão da cegueira. É o que mostra o trecho do Jornal “A Cruzada ”, 24 de dezembro de 1958:

Maria José está na escola para cegos que o SAME fundou, na sua ânsia incontida de desdobrar o bem. Notei a alegria da menina ao falar das colegas, do método como estudam, da professora também cega, do nome que já sabe assinar. Senti em suas palavras rápidas, cheias de sorrisos incontidos, a alegrias da recuperação. O encanto de ser uma como as outras. De ter também colegas, professora, de dizer versos no dia das férias. Este é, talvez, o beneficio mais profundo da recuperação: a vivência normal de todas as estações da vida. (A CRUZADA, 24 de novembro de 1958).

A Escola que, em 1958, atendeu a pessoas com deficiência visual, apresentava a seguinte organização interna: funcionava de 9 às 11 horas, exceto aos sábados, em uma pequena sala e reunia pessoas com idade avançada, jovens e crianças cegas, que aprendiam as primeiras letras, as primeiras contas e os primeiros deveres escolares, além de participar da oficina de música (A CRUZADA, 09 de agosto 1958).

A oficina de música da Escola de Reabilitação era ministrada pela professora Aglaé Fontes. A mesma relatou que ensinava aos alunos daquela escola por uma questão de sensibilidade e amizade a Maria Helena, pessoa por quem tinha profunda admiração, embora desconhecesse o sistema Braille, como afirma:

Quando fui procurada pela professora Maria Helena para ensinar música, pois o médico havia indicado e a própria professora tinha muita vontade de aprender acordeon, já a minha escola trabalhava com esse instrumento e o piano. Apesar do método que eu utilizava para ensinar música ser um método revolucionário, inicialmente deixei claro que o meu trabalho era direcionado para criança e eu não tinha especialização em leitura Braille, porque eu sabia que existia o sistema Braille relacionado com o aprendizado musical, que é diferente da leitura comum. Eu não tinha esta informação eu não podia inventar e deixei claro que não tinha o compromisso com este sucesso (Entrevista com a professora Aglaé Fontes, 28 de novembro de 2012).

Apesar do desconhecimento com o sistema Braille, podemos constatar que foi possível o aprendizado através do método inovador para o ensino da música que era utilizado para as pessoas ditas normais, ministrado pela professora Aglaé Fontes, e com adaptação para os alunos da Escola de Cego do SAME, como evidenciou a professora Aglaé Fontes:

Apesar de eu não possuir conhecimento do sistema Braille, os conteúdos utilizados eram os tempos das figuras musicais, sendo tudo ministrado de forma prática, tudo foi aprendido de forma prática através do toque. Eu pedia aos alunos para tocar os instrumentos, eu não ensinava pela cor do instrumento e dizia que era a nota Dó, Fá. Os alunos passaram a tocar nas festas da escola. Quanto ao método, era considerado inovador por não decorar conceito, pois os conceitos eram interiorizados pelas noções, sendo que o trabalho era feito pelo silêncio e o som (Entrevista com a professora Aglaé Fontes, 28 de novembro de 2012).

A Escola de Reabilitação do Cego que funcionou durante 2 anos foi uma iniciativa da Igreja Católica. Foi dirigida pelo Bispo Dom Fernando Gomes e presidida pelo Coronel Max Ribeiro. Além dessas duas personalidades, a instituição estudada também contou com o apoio do governo e da sociedade, como se vê, em seguida, no Jornal “A Cruzada”:

No dia 25 p.passado, o Same realizou uma reunião que deixou em todos os presentes fundos traços de amor aos que sofrem e lutam por dias melhores. Foi a aula inaugural da Escola de Recuperação de cegos de Sergipe. Abrilhantando a sessão, viam-se o Sr. Bispo Diocesano, o representante do governo, o Presidente do Instituto Benjamin Constant, do Rio de Janeiro, Prof. Francisco Silva, a profa. Maria Helena, além do grande número de pessoas de nossa sociedade e amigos do Same (A CRUZADA, maio de 1958).

Foram inscritos no primeiro ano na Escola de Recuperação do Cego, 13 alunos adultos e, ao final das atividades, todos sabiam ler e escrever. Essa escola contou com a colaboração do departamento de Estradas de Rodagem, que era responsável pelo transporte dos alunos que estudavam nesta escola.

No ano seguinte, em 1959, podemos mencionar o que representou a Escola para as pessoas com deficiência através do Jornal “A Cruzada”:

Foi um espetáculo impressionante, para a grande assistência que superlotou o auditório da ação católica, o dos alunos daquele singular estabelecimento de ensino manifestado, do fundo das trevas visuais em que vivem mergulhados, a imensa

felicidade de que achavam possuídos por descobrirem esta luz nova que se acendeu no seu universo interior, através do alfabeto “Braille” e que lhe permite o ingresso, como tem qualquer humano normal, neste mundo maravilhoso de infinitas perspectivas que é o mundo intelectual dos livros e da cultura. (A CRUZADA, 14 de novembro de 1959)

A cada final de ano letivo, eram realizadas festas comemorativas. Nessas ocasiões, era convidada, além dos familiares dos assistidos, a sociedade que também estava envolvida. Era uma oportunidade que a escola criava para que as pessoas que estavam nos arredores da escola conhecessem os trabalhos desenvolvidos durante aquele ano escolar, como mostra o Jornal “A Cruzada”, de 07 de novembro 1959:

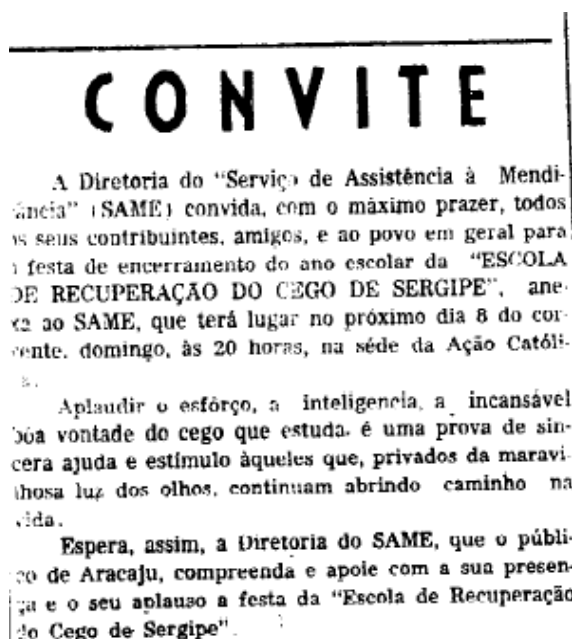


Imagem 25: Convite da Festa de Encerramento do ano letivo da escola de recuperação do cego de Sergipe.

A Cruzada, n. 1116, 07 de Novembro de 1959.

As instalações da escola funcionavam no SAME (Serviço de Assistência à Mendicância). O SAME foi criado pelo D. Fernando Gomes, em 1948, e dispunha de alguns serviços :

- Assistência Médica: contava com a colaboração do Dr. Dalmo Melo e Dra Conceição Távora, que prestavam serviço especializado, além da distribuição de medicamentos.
- Distribuição de roupas para os assistidos.
- Escola Sto. Antônio e oficina do Divino - Desenvolvia além o ensino, trabalhos manuais e participação em exposições, junto aos filhos e filhas dos assistidos do SAME.
- Escola de Cego;

- O Serviço Social (GARCIA FILHO,1996).

Com essa estrutura administrativa, o SAME apresentava para prestar serviços às camadas excluídas da sociedade sergipana, como registra no Jornal “A Cruzada”:

O Same está fazendo o recolhimento dos mendigos para seus albergues sem nenhuma anormalidade. Até agora em três semanas de triagem que vem funcionando, já recolhemos 89 pedintes e as ruas de Aracaju vão ficando pouco a pouco limpa destes pobres seres humanos que vinham oferecendo um doloroso espetáculo (A CRUZADA, 24 de Dezembro de 1959).

Em 1948, o SAME edificou a sua primeira pedra: uma nova sede localizada no Bairro Industrial, em frente à Fábrica Industrial de Sergipe. Como mostra a imagem 26:



Imagem 26: Inauguração do Same
A Cruzada, n. 1123, 24 de dezembro de 1959

No momento da inauguração o presidente, Coronel Max José Ribeiro relatou a finalidade da sede, que seria amenizar a condição dos que viviam à margem da sociedade. O SAME contou com o apoio do governador da época, Leandro Maciel, com seguinte comentário:

Em seguida, o Sr. Bispo Dom José Távora precede a bênção litúrgica da primeira pedra, e pronuncia após um rápido discurso, onde relembra os nomes de Dom Fernando Gomes e Torquato Fontes, agradece a colaboração do Governador Leandro Maciel, e diz do sentido do amor que esta obra, onde a igreja em Sergipe mobilizou todas as forças generosas para o serviço dos pobres. O governador Leandro Maciel, em prosseguimento, diz, em breves palavras, da satisfação que experimentava em ver o SAME atingir uma etapa essencial de sua vida, e lhe hipoteca a continuação desse apoio. (A CRUZADA, 26 de julho de 1958).

Para Dante (2004), apesar de D. Fernando Gomes mostrar distanciamento às questões partidárias, no entanto, tal atitude não fez com que também ficasse alheio às

questões sociais. Prova disso, foi todo o trabalho desenvolvido com o seu aval, que procurava atender os idosos desamparados, os mendigos e as pessoas com deficiência.

Durante o ano de 1958, houve algumas iniciativas que mudaram a concepção da pessoa com deficiência visual, pois a representação do cego socialmente era de quem estava fadado à mendicância. Tal mudança de concepção da pessoa com deficiência visual pela sociedade foi resultado de algumas iniciativas da Escola de Cegos do SAME que, ao ser estruturada, foi instituída e capacitada pelo Instituto Benjamin Constant através da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários, pelo Decreto nº 44.236/1958. Tal decreto tinha como objetivo promover a Educação e a Reabilitação dos deficitários que apresentavam deficiência visual, em idade pré-escolar, escolar e adulta por todo território nacional. Assim, foi enviada uma comissão de três profissionais credenciados para visitar centros de educação e reabilitação, a fim de conhecer as condições profissionais e material especializado.

Aracaju recebeu a visita da comissão citada em 1959. Tal comissão tinha como finalidade observar as necessidades pessoais e educacionais da escola mencionada. Os professores do Instituto Benjamin Constant, do Rio de Janeiro, que estiveram em Aracaju foram, Marcelo de Moura, Estevam e Francisco José da Silva, este já aposentado, e o assistente social Sylas Fernandes Maciel, atendendo a solicitação do Coronel Max José Ribeiro, presidente do SAME. Os professores citados vieram a Aracaju divulgar a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários na Escola de Reabilitação do Cego, objetivando introduzi-la em nosso estado. A campanha tinha como proposta auxiliar com pessoal e material especializado, na tarefa de educar e reabilitar os cegos, integrando-os na comunidade social como cidadãos úteis e capazes de exercerem normalmente diversas atividades produtivas, inclusive em serviços dos quais podem tirar seu próprio sustento.

Segundo o jornal “A Cruzada” (1959), o cego tinha uma representação social, pois a partir da campanha nacional de educação e reabilitação dos deficitários, os mesmos receberam ensinamentos eficientes, tornando-se, na época, cidadãos aptos a exercer diversas das funções que eram atribuídas na sociedade aos homens que possuíam a vista perfeita. Algumas autoridades, como Marcelo Moura, o Governador Luiz Garcia, o Bispo Dom Fernando Gomes e o Diretor do Departamento Estadual de Educação, Padre José Mendonça comprometeram-se com o envolvimento e colaboração na campanha. Ela aconteceu semelhante a uma parceria, um intercâmbio, no qual o estado de Sergipe enviaria ao sul professores e assistentes sociais para se especializarem nas técnicas de educação e reabilitação de cegos para serem aplicadas em Sergipe.

Os trabalhos da campanha tinham como intenção ensinar os cegos analfabetos a ler, por seus métodos especiais, treinar a todos assistidos na prática de trabalhos proveitosos e, através de serviços sociais capacitados, encaminhá-los ao exercício da profissão aprendida, aos empregos e colocações condignas onde possam ser úteis a si próprios, a própria família e a coletividade (A CRUZADA, 15 de agosto de 1959).

Outra iniciativa paralela à Campanha Nacional de Reabilitação em Sergipe foi a criação da Sociedade de Proteção aos cegos. Ela foi fundada no dia 22 de Agosto de 1959, aos auspícios do SAME, do Lions e Rotary Club de Aracaju. Através do Jornal “A Cruzada”, de 22 de agosto de 1959, podemos entender o que representou esta sociedade para o presidente do SAME, Coronel Max:

A sociedade, segundo declarações do Cel.Max, instalar-se-á inicialmente no Same, aproveitando sala e dependência ali existente, mas terá personalidade jurídica própria e independente. Receberá apoio da Campanha Nacional dos Deficitários Visuais do Same, do Rotary, do Lions, e das autoridades, bem como do povo Sergipano e aproveitará a Escola de Cego que o Same já mantém, desenvolvendo-a nas suas atividades de alfabetização e preparo intelectual do cego (A CRUZADA, 22 agosto de 1959).

Aconteceram diversas iniciativas com a finalidade de possibilitar que a pessoa com deficiência visual saísse da condição de mendicância e passasse a ter uma condição social, formando assim uma sociedade educativa destinada para os cegos de todas as categorias.

Outra iniciativa que deu origem à primeira escola que atendia a pessoa com deficiência visual foi o Curso de Formação de Professores na Didática de Cegos, regulamentado pela Portaria- IBC nº 709, de 28/06/1951. Este admitia professores de todas as regiões do Brasil. Sua proposta com este curso era que, ao retornarem para seus estados, iniciassem trabalhos com deficiente visuais, criassem serviços especializados e fundassem instituições de atendimento especializado.

No estado de Sergipe, nos anos 1950 do século XX, cinco professores saíram de Aracaju para fazer tal curso de formação no Rio de Janeiro. Entretanto, apenas Maria Helena dos Santos contribuiu com a implantação da Escola de Reabilitação do Cego. Segue a sua imagem, que foi encontrada na sua ficha de inscrição do curso no IBC:



Imagem 27: Profª Maria Helena Dos Santos

Autora: Patrícia Matos

Fonte: Museu do IBC

Maria Helena dos Santos, sergipana residente em Aracaju, professora normalista, cursou, em 1956, o Curso de Especialização de professor de Cegos, que, segundo a mesma, em entrevista ao jornal “A Cruzada” afirmou:

O curso de Especialização de professores para cegos tem por objetivo, como bem o nome lhe indica, preparar professores videntes e não videntes para trabalhar em prol da educação e do ajustamento do cego à vida. Todos os anos, através de bolsas de estudo fornecidas pelo Instituto, novas turmas são preparadas e disseminadas pelo país inteiro. Eu fui preparada por aquela Instituição para esse fim (A CRUZADA, 22 de fevereiro de 1958).

Acredito que a motivação para fazer tal curso foi a negação do exercício da sua da profissão, diante de sua deficiência, prova da representação do que vinha a ser a deficiência naquele período.

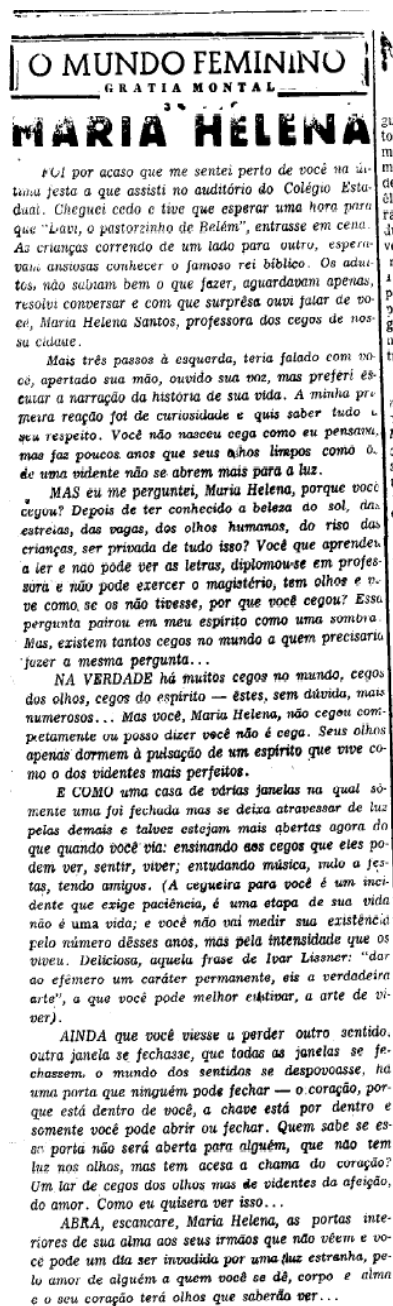


Imagem 28: Declaração sobre Maria Helena
A Cruzada, 31 de outubro de 1959.

Através desta nota do jornal sobre Maria Helena é que podemos perceber o respeito e admiração que as pessoas possuíam pela mesma. Maria Helena era, antes de tudo, uma pessoa sensível e compromissada com a causa, principalmente com as pessoas com deficiência visual, como relata professora Aglaé Fontes:

Helena foi um exemplo de pessoa, não considerava nada ruim, sempre estava feliz resolvendo coisas, pensando no outro, para facilitar a vida do outro, em especial dos

deficientes visuais, preocupava com a formação deles na escola, a frequência e até queria que os mesmos aprendessem música. Eu me lembro de Helena com muita saudade (Entrevista com a professora Aglaé Fontes 28 de novembro de 2012).

Na concepção da professora Maria Helena dos Santos, em entrevistas concedidas ao jornal “A Cruzada”, em 22 de fevereiro de 1958, apesar da representação da época sobre a pessoa com deficiência visual ter sido de exclusão social, a professora tinha uma concepção diferente, por acreditar que o cego é capaz de almejar um espaço ativo na sociedade, desde que fosse estimulado desde cedo. Diante disso, a professora citou várias experiências de sucesso da pessoa com deficiência visual, com o intuito de justificar que era possível o crescimento do mesmo através do estudo:

Luzimar Alvino Sombra e Francisca de Assis Barreto que estão fazendo o 3º ano de Direto. (Estes dois últimos fazem os cursos acima citados, normalmente e entre videntes). Fora do Brasil seria até cansativo se nos propuséssemos a citar nomes de cegos que se tornaram notáveis em face de suas possibilidades de ajustamento não só aos estudos mas a vida, no entretanto, apenas dois nos bastam: o de Helen Kolver, cega e surda desde 18 meses de idade, mas educada, entre outros. Minha vida de Mulher é uma prova eloquente de sua cultura, do seu talento, do seu poder realizador, não obstante a cegueira e a surdez. Outro nome que se impõe é o de Luiz Braille que viveu no século XVIII, foi o inventor do Sistema Braille, que ainda hoje é adotado em todo o mundo, sem ter sofrido qualquer alteração ou aperfeiçoamento (A CRUZADA, de 22 de fevereiro de 1958).

Diante o exposto, a Escola de Reabilitação de Cegos foi uma iniciativa que possibilitou a mudança do comportamento da pessoa com deficiência visual, uma vez que, antes do funcionamento da escola, o cego estava fadado à mendicância e, com a implantação da escola, o cego passou a ter acesso ao processo de alfabetização, o que possibilitou uma representação social.

Antes da existência da Escola de Reabilitação de Cegos, existiu uma instituição relevante que possibilitou a acolhida da pessoa com deficiência, para a sociedade Sergipana foi o Asilo Rio Branco. O asilo prestou para sociedade sergipana trabalho de cunho assistencial.

Sobre Maria Helena, foi possível identificar a marca do pioneirismo no exercício do magistério em relação às pessoas com deficiência visual e, apesar de todas as dificuldades encontradas em sua trajetória, foi uma pessoa que teve a sensibilidade de mudar a realidade daqueles indivíduos que estiveram à margem da sociedade.

Percebe-se também uma relação próxima entre o Curso de Formação recebido no IBC e as Práticas pedagógicas desenvolvidas pela Profª Maria Helena, bem como o uso dos materiais didáticos citados no Capítulo anterior

Contudo, a escola funcionou durante dois anos e marcou, naquele momento, a implementação da primeira classe Braille em Aracaju, pois, logo em seguida, a professora Maria Helena faleceu de um choque anafilático e a escola foi transferida para o Centro de Reabilitação Ninota Garcia.

CAPÍTULO IV - O CENTRO DE REABILITAÇÃO NINOTA GARCIA - A ESCOLA DE CEGOS LIONS CLUB

O Centro de Reabilitação Ninota Garcia em Sergipe, surgiu de uma iniciativa governamental. Tal centro era dirigido pela própria família Garcia, mantido pelo convênio com a secretaria da Educação, Cultura e Saúde e a União Sergipana de Assistência (USA). Esta tinha a intenção de promover o bem estar da sociedade, com o objetivo de reabilitar os deficientes através de uma proposta que envolvesse educação e saúde.

O Centro foi inaugurado em 24 de julho de 1962. A partir de 1º de julho de 1962, foram executadas as primeiras atividades do Centro de Reabilitação Ninota Garcia do corrente ano.

Diante da afirmação, Souza (2005, p.117) comentou que:

No início dos anos 1960 foi criada a secretaria da Educação, Cultura e Saúde em Sergipe. E como primeiro secretário foi designado o senhor Antônio Garcia Filho. Nessa época, “por questões políticas” foi criada a União Sergipana de Assistência (USA), a fim de prestar um serviço paralelo e coadjuvante à Legião Brasileira de Assistência (LBA), tendo como presidente a Senhora Emília Marques Garcia, conhecida como Ninota Garcia.

Com intuito de preparar o deficiente, era utilizada a seu favor todos os recursos do Centro, estimulando atos do fazer cotidiano a fim de superar as dificuldades que superficialmente a deficiência apresentava na sua vida diária, utilizando a potencialidade, com o objetivo de fazer com que a pessoa com deficiência fosse capaz de superar as dificuldades.

O Ninota tinha, de acordo com seu regimento, os seguintes objetivos:

Art. 1. O Centro de reabilitação Ninota Garcia é um órgão de assistência especializado, idealizado e construído pelo Estado de Sergipe e pela União Sergipana de Assistência que manterá sob forma de convênio e tem por finalidades:
A - Recuperação em geral dos deficientes físicos atingidos pelas seqüelas da paralisia infantil, acidentes de trabalho, acidentes vasculares cerebrais ou defeitos congênitos que prejudiquem a sua capacidade física, dentro das possibilidades da Ciência e da vontade de Deus.

B - Educar ou re-educar deficientes físicos, cegos e surdos-mudos.

C - Reabilitação em geral dos deficientes físicos de qualquer idade, sexo, raça, religião, etc; para reintegrá-los na sociedade, intelectual, moral, emocional e social, ensinando-o a viver de maneira independente e útil a si, aos seus e a sociedade, dentro das limitações físicas.

D - Criar e manter escolas de diferentes graus e tipos que visem instrução, re-educação, inclusive profissional.

E - Promover os meios de re-educação social e re-emprego para os deficientes reabilitados.

F - Manter os reabilitados em FOLLOW-UP orientado por setor especial.

Art. 2- Para o fiel cumprimento das suas finalidades o C.R.N.G terá ao seu encargo, além dos serviços de reabilitação que lhe são específicos, setores de Educação pré-primária, primária, profissional e um setor de Emprego e apoio social (GARCIA FILHO, 1966, p. 65).

A Reabilitação no Centro não se reduzia a movimentos, era muito mais complexa, pois primava pelo equilíbrio emocional, familiar e social, através da instrução de classe e da atividades proporcionadas na educação básica, já que a mesma aduzia um papel fundamental na reabilitação.

Segundo Garcia Filho (1966, p.48): “a escola é o prolongamento do lar; eis uma frase tão repetida, porém que não é banal”. No Centro, o ensino em Jardim infantil, pré-primário e primário tinham como característica a continuidade do tratamento, sendo observado o progresso de forma particular de cada aluno. Segue a imagem das professoras na lateral do Centro Ninota Garcia:



Imagem 29: Professoras do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, Marlene Gomes dos Santos (sentada); Gersonete (à direita); Júlia dos Santos (à esquerda).

Fonte: Arquivo particular de Marlene Gomes.

As professoras Marlene Gomes dos Santos e Júlia dos Santos eram professoras do Centro que desempenhavam um papel relevante no processo de educacional, além da preocupação da evolução de cada aluno que frequentavam cada escola especial localizada naquele estabelecimento.

Como mostra a descrição de uma aluna que estudava no Centro e a sua relação com o processo educacional:

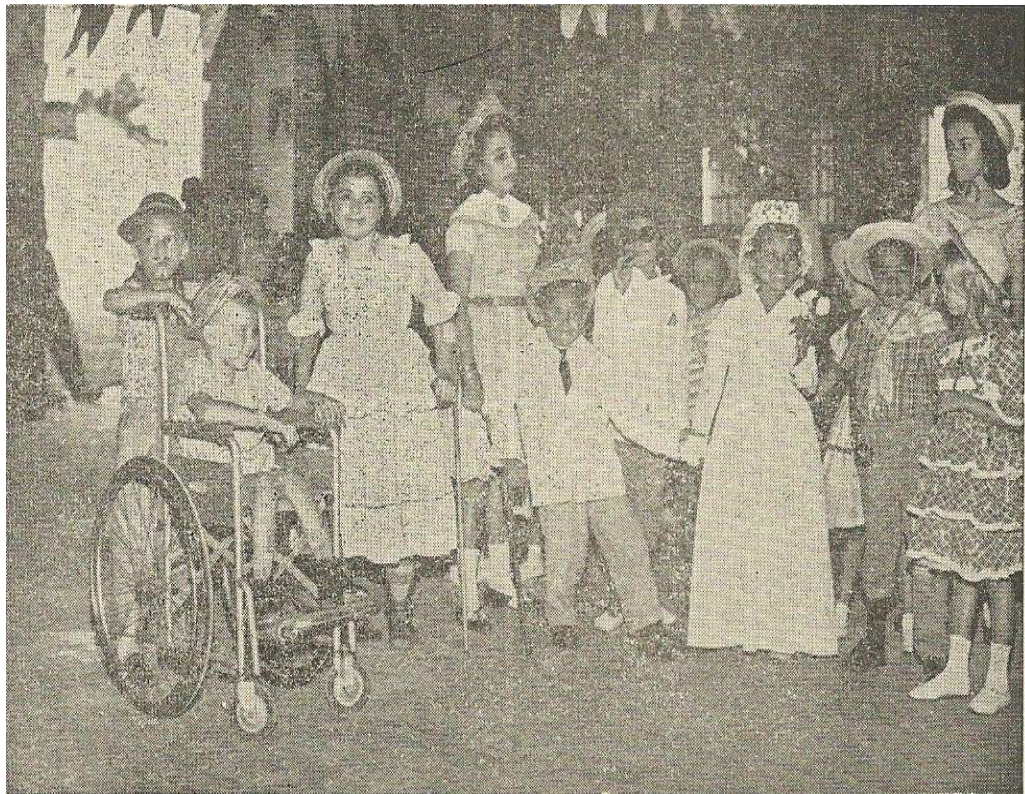
Aqui uma garota, Joselita Almeida (8 anos) que vem fazendo operações plásticas no Hospital dos Servidores do Estado, por sequelas de queimadura generalizada, ao tempo que era submete às massagens terapêuticas, exercícios de recuperação e uso da aparelhagem que comandem determinados movimentos, em nosso centro, volta da secção de fisioterapia para a sua aula de classes primária e aprende a ler, escrever, desenhar, fazer pequenos trabalhos manuais, conviver com os colegas, esquecer os seus defeitos e sobretudo a sorrir (GARCIA FILHO, 1960 p. 48).

Percebemos que os três fatores que estabeleceram a função do Centro estão interligados: operações corretoras, fisioterapia recuperadora e educação reabilitadora. Assim, a proposta do Centro de Reabilitação se apresentava da seguinte maneira: a Educação na Reabilitação como relevância por ver o indivíduo como um todo.

A rotina do Centro era constantemente marcada com as festas, em especial a de comemoração do aniversário do Centro. Tal evidência é confirmada na fala da professora Marlene Gomes em entrevista:

As festas eram algo comum no Centro, onde todos participavam. Esses eventos eram desenvolvidos num galpão que o Centro possuía. Um episódio que nunca esqueci foi um teatro, cujo tema era: - Liberdade para as borboletas. Foi um espetáculo, onde todos participaram (Entrevista da professora Maria Júlia dos Santos Cruz, 20 de dezembro de 2012).

Como mostra a figura sobre os momentos de comemoração do aniversário do Centro de Reabilitação Ninota Garcia:



ANIVERSÁRIO DO CENTRO — FESTA DE SÃO JOÃO

Imagem 30: Aniversário do Centro.

Fonte: Livro Reabilitação em Sergipe.

Durante os anos 60 do século XX, o Centro estava vivenciando um momento muito relevante, que era o da integração. As festas oportunizavam o encontro de pessoas ditas normais com aquelas que tinham alguma deficiência para que todos participassem de forma igualitária do evento.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº. 4.024/61 fundamentou o atendimento educacional às pessoas com deficiência (excepcionais) preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. A LDB marca um momento inicial de contemplação à educação especial e o Centro marca a aplicabilidade das leis, sendo considerado um dos maiores centros e que desempenhava um trabalho de qualidade no Brasil.

No Centro de Reabilitação Ninota Garcia, eram prestados os seguintes serviços específicos, de acordo com Garcia Filho (1960):

- a. Serviço Médico
- b. Serviço Social
- c. Fisioterapia

- d. Terapia ocupacional
- e. Atendimento psicológico e orientação vocacional

Com relação ao atendimento educacional o Centro possuía:

- a. Jardim de Infância
- b. Oficina de Artes Industriais
- c. Escola de surdos
- d. Escola de cegos (GARCIA FILHO,1996).

Como o meu objeto é compreender a educação do cego em Aracaju, irei deter-me à Escola de Cegos, que funcionou no Centro de Reabilitação Ninota Garcia, o qual foi denominado Escola de Cegos Lions Club.

A Escola de Cegos Lions Club surgiu com o falecimento da professora Maria Helena dos Santos, que lecionava na Escola de Reabilitação do Cego no SAME. Assim, os materiais e o atendimento à pessoa com deficiência visual foram transferidos para Centro de Reabilitação Ninota Garcia, com o mesmo compromisso de ensino com a pessoa com deficiência visual que era desempenhado no SAME. Em virtude disso, foi disponibilizada uma professora para dar continuidade ao atendimento para essa clientela. A professora que ficou responsável pela Escola de Cegos Lions Club foi Marlene Gomes dos Santos, como ilustra a imagem de inauguração da Escola, que traz o registro do discurso da professora Marlene:



Imagem 31: professora Marlene está ao centro, lendo o discurso de inauguração da Escola Lions Club, em 1964.

Fonte: Arquivo particular de Marlene Gomes dos Santos.

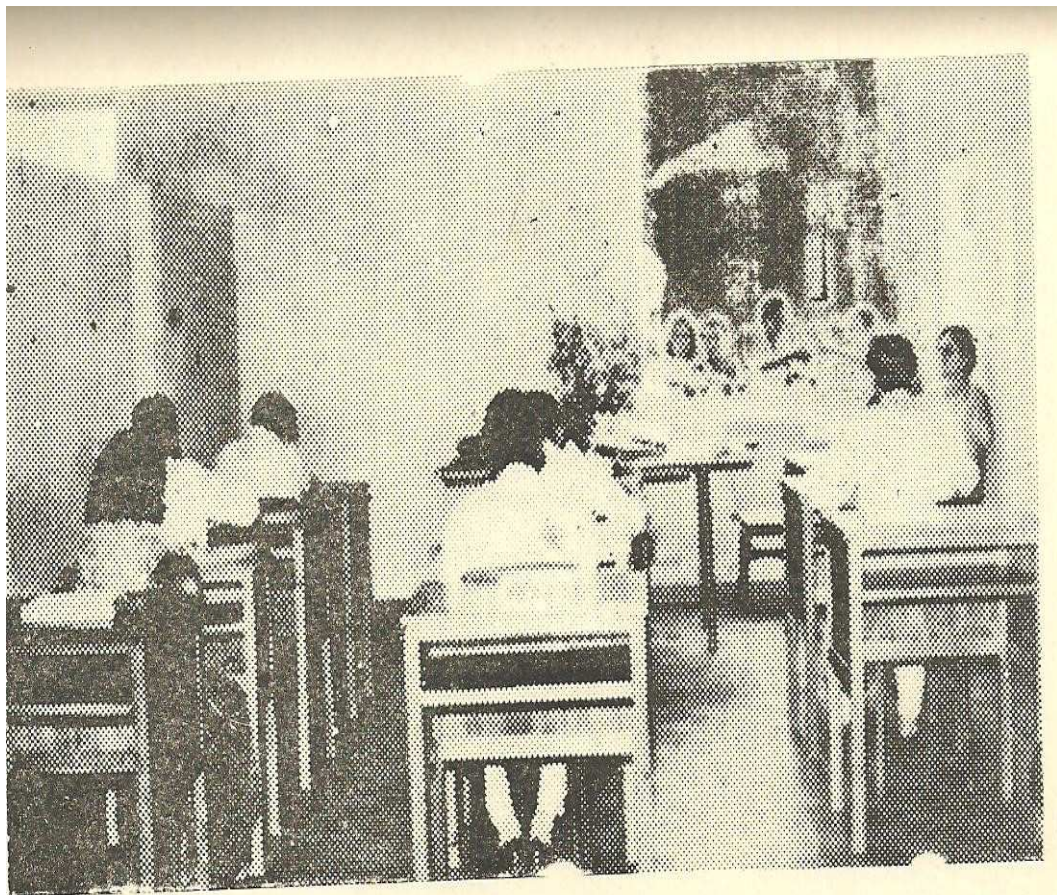
A Escola de Alfabetização de Cegos e amblíopes, conhecida como Escola de Cegos Lions Club, foi instalada quatro anos após a fundação do Centro¹¹. O Lions Club era uma entidade que, no período, prestava serviço social relevante para a sociedade sergipana, inclusive acompanhava de perto toda construção do Centro e, em especial, da Escola Lions Clube, como mostra a notícia do Diário Oficial: “Acompanhados do senhor Luiz Garcia, os diretores e associados do Lions Club de Aracaju, visitaram, à tarde de sábado último, as obras

¹¹ O Centro foi inaugurado em 1962, mas a Escola de Cegos Lions Club só começou a funcionar em 1966, após o retorno da professora Marlene Gomes do Curso realizado no Instituto Caetano de Campos.

do centro de Reabilitação da Estação Rodoviária e do Hotel Palace de Aracaju” (Diário Oficial, nº 14310 de julho de 1961).

Em Aracaju, o Lions Club, por ser uma entidade preocupada com o social, iniciou uma campanha de motivação social, que colocava em pauta o trabalho desempenhado pelo Dr. Lauro de Brito, oftalmologista que buscava compreender a oftalmologia como um dos caminhos para solucionar o problema em relação à deficiência visual e de forma adequada.

A escola Lions Club tinha como meta alfabetizar as pessoas com deficiência visual, e era constituída de uma sala para alfabetização, Classe Braille e oficina de arte industrial. Foi justamente naquele momento que surgiu, em Aracaju, a segunda Classe de Braille, uma vez que a primeira foi iniciada no SAME na Escola de Reabilitação de Cegos, citada no capítulo anterior, como mostra a figura com a sala de aula da Escola Lions Club.



ASPECTO DA ESCOLA «LION'S CLUBE» (PARA CEGOS E AMBLÍOPES)

Imagem 32: Escola de Cego Lions Clube.

Fonte: Reabilitação de Sergipe (1996).

A pessoa com deficiência visual, ao chegar no C.R.N.G, era atendida pela assistente social que encaminhava uma ficha social, inclusive com o histórico da doença,

possibilidades familiares, problemas pessoais e familiares, em seguida, era informado sobre o tratamento, que costumava ser da reabilitação. A partir daí, a assistente social direcionava para um médico, neste caso, um Oftalmologista, com um diagnóstico estabelecido ou a ser discutido.

No segundo momento, o paciente era atendido pelo médico Clínico Recuperador, sendo criança, o recuperador se responsabilizava pela ficha clínica, história pregressa, história atual da doença, as condições dos órgãos, aparelho e sistema.

No terceiro momento, a psicóloga encaminhava os pacientes que eram ouvidos individualmente e encaminhados para classes e oficinas. No caso dos deficientes visuais, encaminhava para Escola de Cegos Lions Club (GRACIA FILHO, 1966).

Após os procedimentos clínicos realizados, sendo diagnosticado o aluno que apresentasse deficiência visual seria direcionado para parte pedagógica, na Escola de Cego Lions, como mostram os dados estatísticos a presença de aluno matriculado no primeiro semestre de 1966 e no segundo do mesmo ano. Podemos observar nos dados do Livro de Reabilitação de Sergipe:

1.º semestre de 1966	
Escola Primária Integrada	
Número de alunos matriculados	33
Deficitários físicos	5
Crianças normais	28
Sexo masculino	20
Sexo feminino	13
Idades entre	6 a 14 anos
Professores	1
Escola de Surdos-Mudos :	
Número de professoras	3
Número de alunos	17
Idades :	
1º período de 6 a 8 anos	
2º período de 10 a 15 anos	
3º período de 16 a 17 anos	
Sexo masculino	9
Sexo feminino	8
OBSERVAÇÃO : Todos os alunos frequentam Oficina de Artes Industriais.	
Escola Lions Club (para Cegos e Ambliopes)	
Número de alunos	10
Professoras	1
Turmas	1
Idades :	
Sexo masculino	8
de 11 a 59 anos	
Sexo feminino	2
de 23 a 53 anos	
Jardim de Infância Integrado	
Número de alunos	90
Sexo masculino	47
Sexo feminino	43

Imagem 33: Dados Estatísticos do primeiro semestre de 1966.

Fonte: Reabilitação de Sergipe (1966).

Destacam-se os dados estatísticos do Setor Educacional do Centro no segundo semestre de 1966

2.º semestre de 1966	
Escola Primária Integrada	
Número de alunos matriculados	33
Deficitários físicos	5
Crianças normais	28
Sexo masculino	23
Sexo feminino	10
Idades entre	6 a 15 anos
Professôres	1
Escola de Surdos-Mudos :	
Número de professoras	3
Número de alunos	18
Idades :	
1º período: de 6 a 8 anos —	5
2º período: de 9 a 15 anos —	8
3º período: de 16 a 17 anos —	5
Sexo masculino	9
Sexo feminino	8
OBSERVAÇÃO : Todos os alunos frequentam Oficina de Artes Industriais.	
Escola Lions Club (para Cegos e Amblíopes)	
Número de alunos	8
Professôres	1
Turmas	1
Idades :	
Sexo masculino	7
de 11 a 59 anos	
Sexo feminino	1
de 23 a 53 anos	
Jardim de Infância Integrado	
Número de alunos	100
Sexo masculino	50

Imagem 34: Dados Estatísticos do segundo semestre de 1966.

Fonte: Reabilitação de Sergipe (1966).

No Centro de Reabilitação Ninota Garcia, a pessoa com deficiência visual não era vista como incapaz, as suas potencialidades eram estimuladas e preparadas para a vida cotidiana e saudável. Segundo Garcia Filho:

Homero foi cego, e nem por isso deixou de ser poeta da Ilíada e da Odisséia; Nicollas Saunderson foi estudioso divulgador da teoria de Newton sobre luz e cor; Castilho, imortal escritor de língua portuguesa. Com isto, a cegueira não invalida o

desenvolvimento normal do ser humano, através das dimensões física, psicológica ou intelectual.

Todo o processo de reconhecimento da potencialidade do cego inicia com o processo de alfabetização, que, segundo Garcia Filho (1966, p. 159):

A criança desenvolve em geral desenvolve-se à base de estímulos, ativos ou passivos, que condicionam o interesse, a percepção, os movimentos, o uso da liberdade etc. Como, nos cegos, o fator principal dos estímulos, que é a visão não existe, então, compete, como ensinou Diderot, explorar ao máximo os sentidos que lhes restam.(GARCIA FILHO, 1966, p. 159)

Em se tratando do processo de alfabetização para as pessoas Cegas que estavam matriculadas no Centro de Reabilitação, era discutido com todos os professores um planejamento geral, para que fossem definidos os programas das escolas que estavam situadas no Centro. Como menciona a professora Marlene Gomes durante a entrevista:

No Ninota, funcionava a escola de surdos, a escola de cegos, a escola de deficiente intelectual e oficinas de arte onde todos participavam. Os conteúdos eram planejados coletivamente. Inicialmente era alfabetização, onde teria que dar assistência de forma individualizada, mas tinha conteúdo de português, matemática, história, geografia, ciência. O ensino era dividido em primário, ginásio e clássico, porém, na escola Lions Club, o ensino dos cegos era até o primário. (Entrevista com a professora Marlene Gomes dos Santos, 20 de dezembro de 2012).

Então, o programa da escola de cegos Lions Club começava no pré-primário, através da linguagem e dos conhecimentos gerais e Matemática. Diante disso, podemos perceber de que forma os alunos dessa escola se apropriavam dos conhecimentos, como mostra o quadro a seguir:

Quadro IX: Pré-Primário: - Orientações e conteúdos da Escola de Cegos Lions Club

Linguagem e conhecimento	Matemática
- Desenho para completar. - Ligar figuras às palavras. - Distinguir os objetos-pé, bola, ovo, pipa, pua, balão, pá, ave, uva. - Recortes. - Exercício de coordenação motora. - Cópia de manuscrito até duas frases. - Exercício de treinamento da fala: fonemas - P e V. - Vocalização a-e-i-o-u; atenção para qualidade da voz. - Leitura - pequenos trechos de acordo com os	- Noção de maior e menor. - Contar até cinco. Exercícios práticos e concretos. - Ligar a quantidade ao número, identificando-a. - Escrever números até cinco.

fonemas estudados.	
--------------------	--

Fonte: Reabilitação de Sergipe (1966, p.135)

Diante do quadro mencionado anteriormente, percebemos que os conteúdos expostos nele, tanto da linguagem quanto da matemática, havia uma semelhança com os conteúdos do ensino regular, uma vez que, segundo Garcia Filho (1966), o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, na parte educacional, preparava os alunos para o ensino comum, na intenção de proporcionar uma educação equiparada à dos videntes.

Ao concluir o pré-primário, o aluno era direcionado para a primeira série, estudava as mesmas disciplinas do primário, que eram: conhecimento gerais, linguagem e matemática.

Quadro X: Programa da Escola de Cegos Lions Clube - 1ª série

Linguagem e conhecimento	Compreensão da fala,
Os vocabulários eram relativos - aves aplicadas ao verbo voar; animais mais conhecidos; números de um a dez; série de ações (andar, sentar, levantar, dormir, brincar, correr, pular; Noções de pessoas (eu e você); Noções de pessoas empregadas no verbo ser. Noção de masculino e feminino; Forma negativa de aplicar o verbo ser; Objetos de classe e matérias escolares empregado os verbos dar, escrever, estudar, apagar, riscar, desenhar, recortar, colar; Pronomes ele e ela; Noções de singular e plural; Partes do corpo empregadas no verbo ter; Pronomes pessoais (eu, você e nós); Peças do vestiário empregando os verbos (ter, calçar, vestir, lavar, pentear, cortar, trabalhar, escovar, andar); Frutas empregadas os verbos (comer e gostar); pessoas, animais e adjetivos aplicando o verbo ser; Cores referentes as coisas vistas fora do ambiente de casa; Brinquedos empregando o verbo brincar; Adjetivos qualificativos empregando o verbo ser; Meios de transporte empregado o verbo viajar; Noção de distância (longe, perto, aqui, ali, lá).	- Cumprimento - bom dia, boa tarde, boa noite, até logo, até amanhã, adeus, passe bem, obrigado. - Ensino de número: (1 a 24); das horas, das datas e combinação de todos. - Dinheiro: noção, valor e aplicação em compras na farmácia, no açougue, no armazém, padaria, confeitaria e na quitanda. - Ordem simples. - Ensino do Ritmo das palavras em movimento e das modificações que ocorrem nos movimentos da fala (com variação de posição da face e do corpo). - Prática de Histórias. - Início da prática analítica dos elementos fonéticos - consoante. - Prática Analítica dos elementos fonéticos: ditongos

Fonte: Reabilitação de Sergipe (1966, p. 136)

A partir da primeira série, podemos perceber, através do quadro, que os conteúdos referentes à linguagem e à compreensão da fala estavam relacionados com o cotidiano dos indivíduos, a elementos que apontam para a vida diária, mas não deixando de lado os verbos necessários para que houvesse a relação temática com os mesmos.

Outra disciplina mencionada era o treinamento de fala, que havia uma atenção desde o estudo das vogais até interpretação e construção de frase, como mostra o quadro:

QuadroXI: Programa da Escola de Cego Lions Club- 1ª série

Treinamento de fala	Matemática
- Exercício de desenvolvimento mental. - Atividade fono-respiratório como preparação para lições da fala. - Atividades preparatórias complementares. - Vocalização aplicando as vogais-a-e-i-o-u; atenção para qualidade da voz. - Estudar os fonemas em pequenas expressões com articulação adequadas. Fonemas-P-V-T-B-D-M-J-L-F-S. - Ritmo das palavras estudadas. - Ritmo e entonação das frases - Interpretação, descrição e narração verbal de gravuras ou cenas simples (duas frases).	- O vocabulário e as noções de quantidade: muito; pouco; mais; menos; maior; menor; igual; a frente; atrás; em cima; embaixo; direita; esquerda. - A sistematização da contagem, leitura e escrita dos números de um a vinte. - A noção de dezena e unidade, tendo que decompor os números. - A noção de números pares e ímpares. - Sistematização de contagem, leitura e escrita de 20 a 50. - Contagem de 2 e 2, 5 em 5 (ordem crescente e decrescente). - Contagem de 10 em 10 até 50. - Noção de dúzia e meia dúzia. - Noção de soma - sinais mais, igual com respectivo vocabulário. - Armar e efetuar adições com algarismo de 1 a 5. - Adição e subtração com emprego de algarismos (parcelas, minuendo e subtraendo até 10). - Provas de subtração e noção de resto. - Introdução de zeros e da reservas na adição e na subtração. - Adição com mais de duas parcelas com ou sem reserva.

	- Cálculo mental com números de 1 até 10. - Cálculo mental com números de 1 até 20. - Noção objetiva da metade da unidade (vocabulário oral).
--	---

Fonte: Reabilitação de Sergipe (1966, p. 136)

As orientações metodológicas do programa do pré-primário, de acordo com Garcia Filho (1966), eram desenvolvidas diante das seguintes programações no Centro de Reabilitação Ninota Garcia:

- Leitura;
- Ditado;
- Cópia;
- Composição: descrição-narração-história.
- O vocabulário sempre que possível seria empregado em frases.
- A professora deveria empregar simultaneamente letras da imprensa e manuscrita.
- Os pontos relacionados deveriam ser desenvolvidos em tantas aulas quantas sejam necessárias para a boa compreensão de aluno, com práticas intensivas.
- Todos os verbos estudados estavam anunciados na primeira e terceira pessoas do singular e plural, presente e passado do indicativo.
- As atividades constantes de todo o currículo de curso primário deveriam caracterizar pela compreensão na fala do professor e a expressão oral do educando.
- Fazia parte do programa a noção e comemoração das festas cívicas e religiosas de acordo com o adiantamento dos alunos.
- As noções ensinadas deveriam ser repetidas constantemente e aplicadas no decorrer do programa.

Outra temática utilizada na primeira série era a compreensão da fala, utilizando-a como conteúdo:

- cumprimento - bom dia, boa tarde, boa noite, até logo, até amanhã, adeus, passe bem, obrigado.
- Ensino de número: (1 a 24); das horas, das datas e combinação de todos.
- Dinheiro: noção, valor e aplicação em compras na farmácia, no açougue, no armazém, padaria, confeitaria e na quitanda.
- Ordem simples.
- Ensino do Ritmo das palavras em movimento e das modificações que ocorrem nos movimentos da fala (com variação de posição da face e do corpo).

- Prática de Histórias;
- Início da prática analítica dos elementos fonéticos - consoantes.
- Prática Analítica dos elementos fonéticos: ditongos.

No que tange às orientações metodológicas no ensino da matemática, foram utilizados de forma oral e gráfica. O quadro da segunda série na Escola de Cegos Lions Club mostra a preocupação de trabalhar de forma concreta com as temáticas linguagem e conhecimento, treinamento e mecânica da fala. Segue o quadro demonstrativo do programa da 2ª série:

Quadro XII: Programa da Escola de Cegos Lions Club - 2ª Série

Linguagem e conhecimento	Treinamento e mecânica da fala
- Revisão dos vocabulário aprendido na 1ª Série. - Vocabulário referente a: - Números de 10 a 20 aplicando vocabulário relativo a peças de mobiliário. - Cômodos da casa: frases respondendo a pergunta onde. Verbos varrer, limpar, espanar, lavar, cozinhar etc. - A escola - localização, rua, bairro, jardim, edifício. – divisão de sílabas. - Comprar aplicando valor das moedas. Diversas lojas, objetos encontrados na mesma (armarinho, lojas, açougue, mercearia, padaria). Noção de quanto custa. Verbo: Comprar e ganhar. - Revisão dos pronomes possessivos. Ideia de propriedade. Verbo pertencer e ter com vocabulário relativo a pertences da criança e da família. Noção de quem interrogava. - Material higiênico e de uso pessoal. Loção hidratante e comportamento social. Verbos lavar enxugar, pentear, escovar. Emprego do ponto final. - Animais selvagens e respectivas famílias. Características gerais. - Animais úteis ao homem e respectivas famílias; o	- Atividades fono-respiratórias como preparação das lições e fala. - vocalização aplicando as vogais: a-e-i-o-u; atenção para qualidade de voz. - Revisão dos fonemas estudados na 1ª série: V, P,D,B.Q, M, L, S, F, J, em pequenas frases com articulação adequada. - Estudo de novos fonemas: n,c,g,q, r, x,z. - Estudo desses fonemas devem ser feitos em frases com articulação adequada. - Ritmo e entonação das frases: ilustração da fala com os gráficos relativos aos tons. - Interpretação, descrição e narração verbal de gravuras (duas frases).

que fornecem; características gerais; aplicação do verbo dar. Emprego do ponto interrogativo. Noção de que interrogativo. - Alimentos - o que se come no café, almoço, lanche, jantar, aplicando o verbo gostar. - Vocabulário empregado utensílios da refeições. Noção de aumentativo e diminutivo. -A planta: partes características gerais (raízes, caules, folha, fruto e semente). Vocabulário relativo a legumes, cereais, verduras. Emprego de muito um pouco, alguns etc. - Sucessão de tempo. Noção de vocabulário de horas, noite, dias, semanas e ano. Hoje, amanhã e ontem. Noção de quando. - Profissão e adjetivo de cada uma delas. Aplicação dos respectivos verbos. Emprego do qual interrogativo.	
---	--

Fonte: Reabilitação de Sergipe (1966, p.140)

As orientações metodológicas dos programas da 2^a série referentes à linguagem e ao conhecimento, segundo Garcia Filho (1966), eram desenvolvidas diante das seguintes programações no Centro de Reabilitação Ninota Garcia:

- Leitura;
- Ditado;
- Cópia;
- Composição: I, descrição- II, narração-III, história.
- O vocabulário, sempre que possível, seria empregado em frases.
- A professora deveria empregar simultaneamente letras da imprensa e manuscrita.
- Deveriam ser revistos todos os verbos da 1^a serie e poderiam ser dados outros que não contêm no programa, dependendo da turma.
- Os pontos relacionados deveriam ser desenvolvidos em tantas aulas quantas fossem necessárias à boa compreensão de aluno, com práticas intensivas.
- Todos os verbos estudados estavam anunciados na primeira e terceira pessoas do singular e plural, presente e passado do indicativo.

- Faz parte do programa a noção e comemoração das festas cívicas e religiosas, de acordo com o adiantamento dos alunos.

- As noções ensinadas deveriam ser repetidas constantemente e aplicadas no decorrer do programa.

Segundo Garcia Filho(1966, p. 159):

A Criança cega deve examinar bem todos os objetos que a cercam, pelo tato. Por outro lado, educadores, pais, familiares devem fazer largo uso da linguagem, sem verbalismo produtivo, porém com objetividade. Tudo que seja possível seja traduzido em sons, ao contrário do surdos-mudos em que se deve traduzir os sons em cores.

Diante da afirmação, podemos perceber que o cego examina o objeto através do tato, no entanto, as pessoas com surdez utilizavam das vias oftalmológicas para explorar o ambiente.

Outro orientação metodológico na disciplina matemática na segunda série era o vocabulário incluído na matemática, que deveria ser oral, escrito, gráfico e escrito.

Quadro XIII: Programa da Escola de Cegos Lions Club-2ª Série

Matemática	Contagem e numeração
- Armar e efetuar adições com e sem reservas. - Armar e efetuar subtrações com e sem reservas. - Noção de restos. - sinal mais ou menos, com o respectivo vocabulário: parcelas, minuendo, subtraendo, total e resto.	- Uso do vocabulário unidade. Formação de números de 20 a 40, de 40 a 50 etc. - Composição e decomposição de números escritos de 50 a 100. - Sistematização de contagem, leitura e escrita de 20 a 50. - Noção de dezena, meia dezena, centena, meia centena. - Desfazer solução de 10 a 100 objetos, tirando unidade de cada vez em ordem decrescente. - Contagem de 2 em 2, 5 em 5, 10 em 10, 3 em 3. - Formar séries e completar em ordem crescente e decrescente de 5 em 5, 2 em 2, 3 em 3, 10 em 10 até 100. - Em todas as dezenas, mostrar a formação dos números por conjunto de unidade e dezenas.

	- Noção de zero, como representação de ausência, em operações simples. Ex. $4-4=0$, $8-8=0$, $10-10=0$. - Sistematização da contagem, leitura e escrita de 50 até 100. - Conhecimento e identificação e emprego de vocabulário cento. - Multiplicação sem reservas. Multiplicação simples, produto até 9.000 aplicando as combinações fundamentais conhecidas. - Noções de dobro, triplo, cálculo mental usando dezenas e meia dezenas, dúzias e meia dúzia. - Noção objetiva de metade da unidade e quarta parte. (usando frutas, coisas e desenhos).
--	--

Fonte: Reabilitação de Sergipe (1966, p.140)

Quanto aos recursos pedagógicos utilizados para que as pessoas com deficiência visual pudessem apropriar-se do processo de ensino-aprendizagem, a professora Marlene Gomes Lopes menciona nas entrevistas: “os recursos pedagógicos utilizados no Centro de Reabilitação Ninota Garcia para ensinar os cegos eram: reglete, a máquina de escrita Braille e o cubaritimo”. (Entrevista da professora Maria Júlia dos Santos Cruz, 20 de dezembro de 2012).

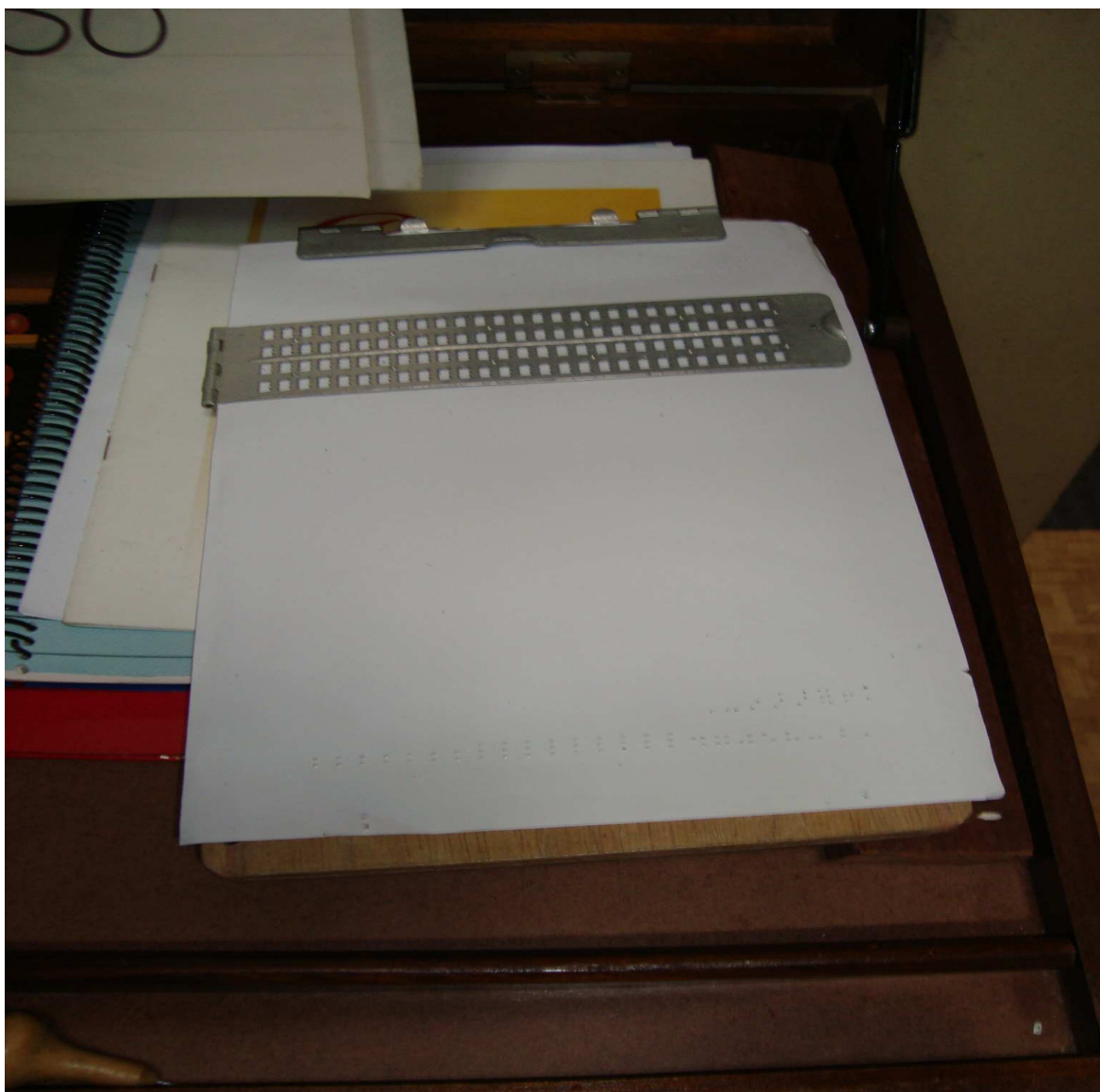


Imagem 35: Reglete e Punção

Fonte: Arquivo particular da Prof^a Maria Júlia dos Santos

No que diz respeito à máquina de escrita do Braille do Centro reabilitação Ninota Garcia, não consegui registro deste instrumento de escrita dos cegos em nenhum arquivo público nem privado. Outro instrumento utilizado no Centro de Reabilitação Ninota Garcia para o ensino do cego foi o cubarítimo, que era utilizado no ensino de matemática. Como apresenta a imagem:

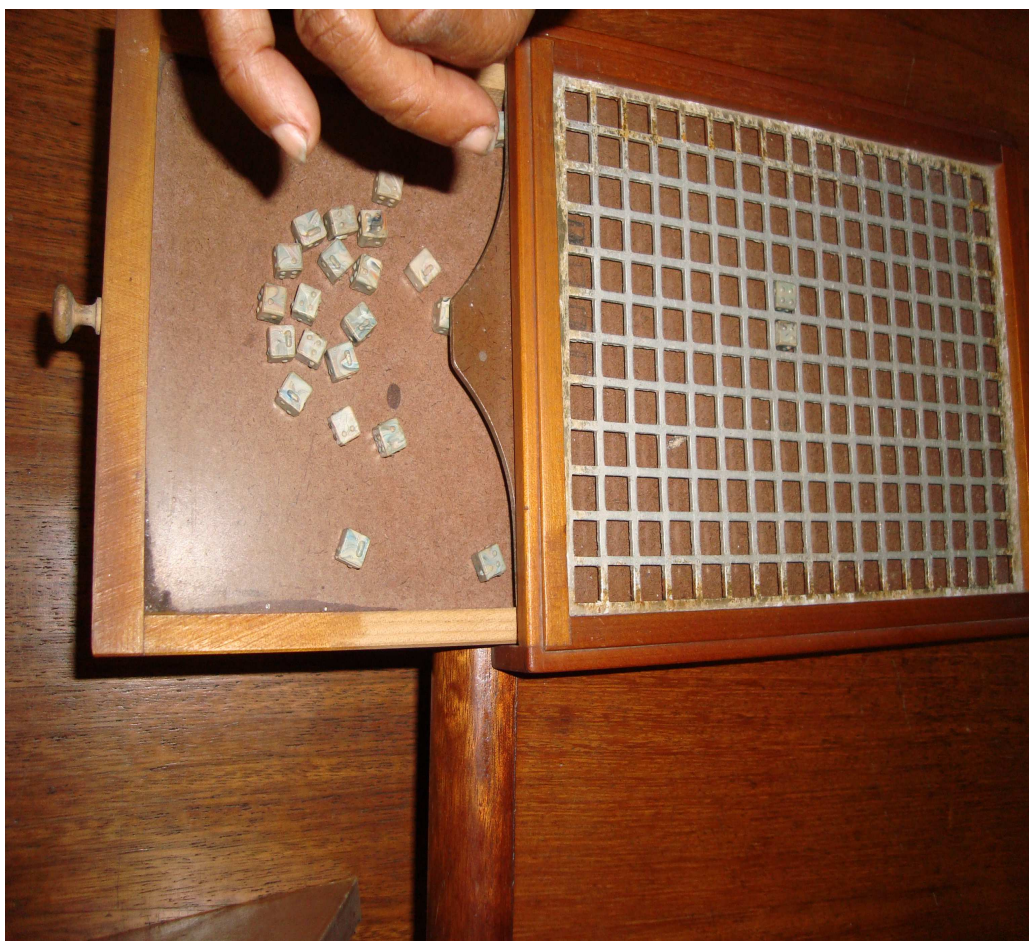


Imagem 36: Cubaritimo

Fonte: Arquivo particular de Maria Júlia dos Santos

Nos registros e regulamento os entrevistados localizados encontramos a utilização de equipamentos e materiais pedagógicos mencionados no segundo capítulo, no entanto, infelizmente alguns exemplares não foram preservados. A maior parte dos objetos identificador foi guardado por professores.

Já em relação ao processo de apropriação do conhecimento para que possibilitasse o ensino na classe Braille do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, em 1966, a professora Marlene Gomes dos Santos foi fazer um curso de especialização para ensino de cegos através do Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo, no ano de 1965, durante o período de um ano, como mostra, na página seguinte, a imagem do certificado de conclusão do referido curso:

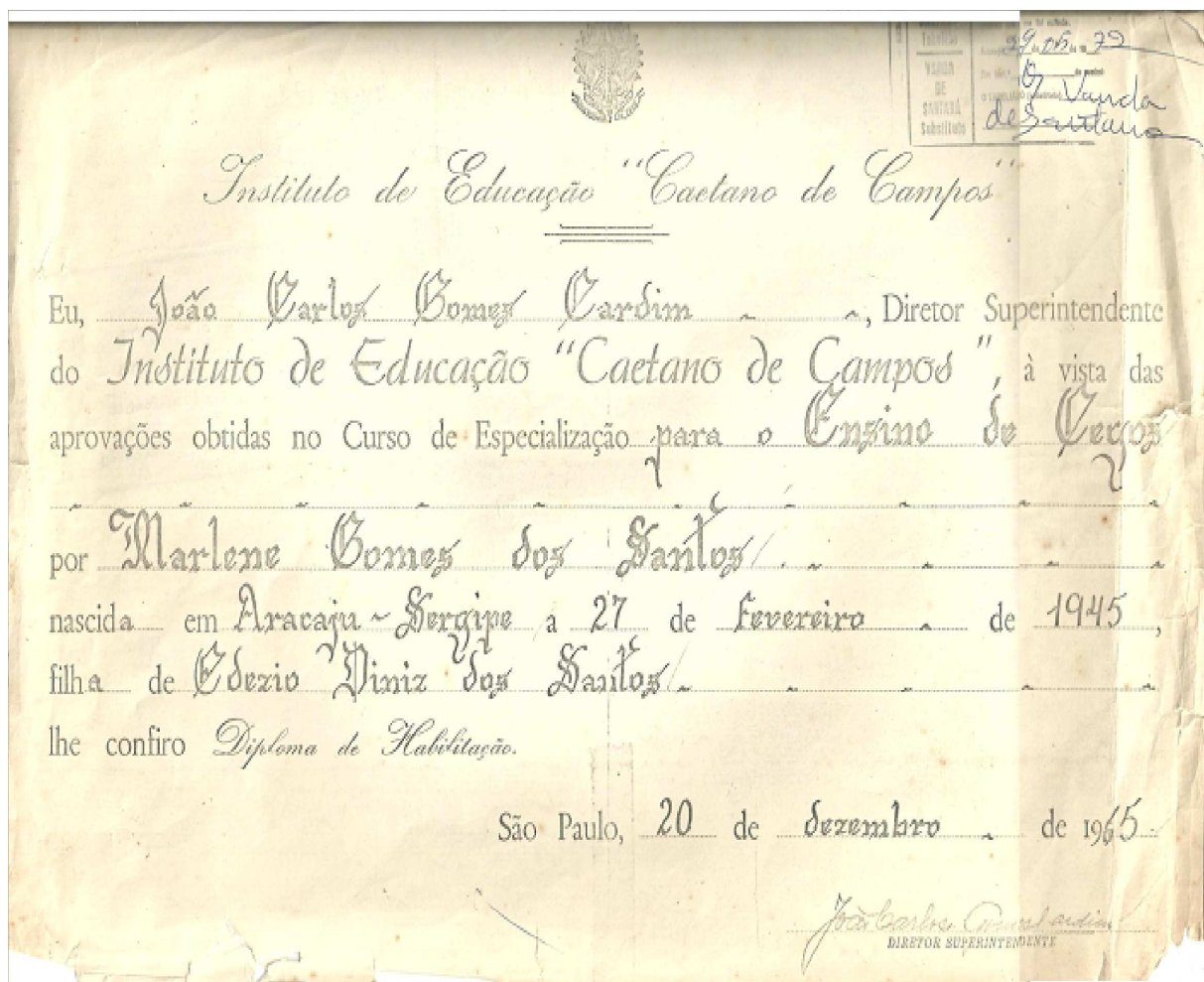
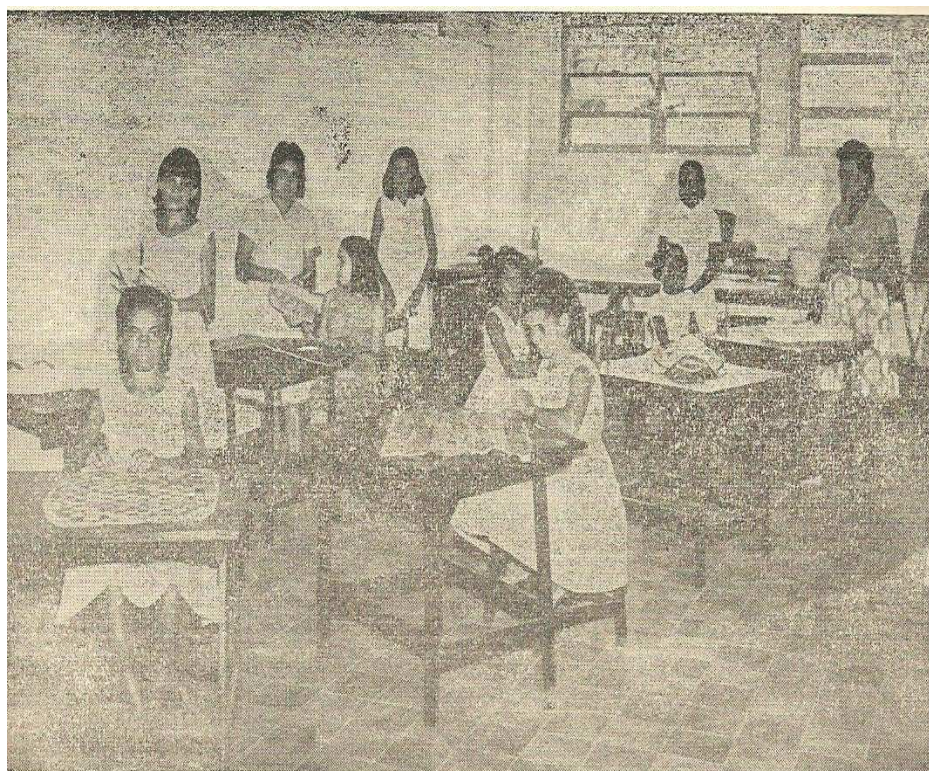


Imagem 37: Certificado do Curso de Especialização para o ensino do cego

Fonte: Arquivo privado de Marlene Gomes.

Outro aspecto que era relevante no processo de aprendizagem da pessoa com deficiência visual, no Centro de Reabilitação Ninota Garcia, eram as oficinas de artes: momento em que todos participavam. As pessoas com deficiências eram matriculadas nas oficinas. Assim, eram instruídos a fazer as práticas de artes industriais. As oficinas aconteciam uma vez por semana, com um professor especializado nos cursos do INEP nas diversas artes, tais como: madeira, metal, tapeçaria, cestaria e cerâmica, como podemos observar nas imagens:

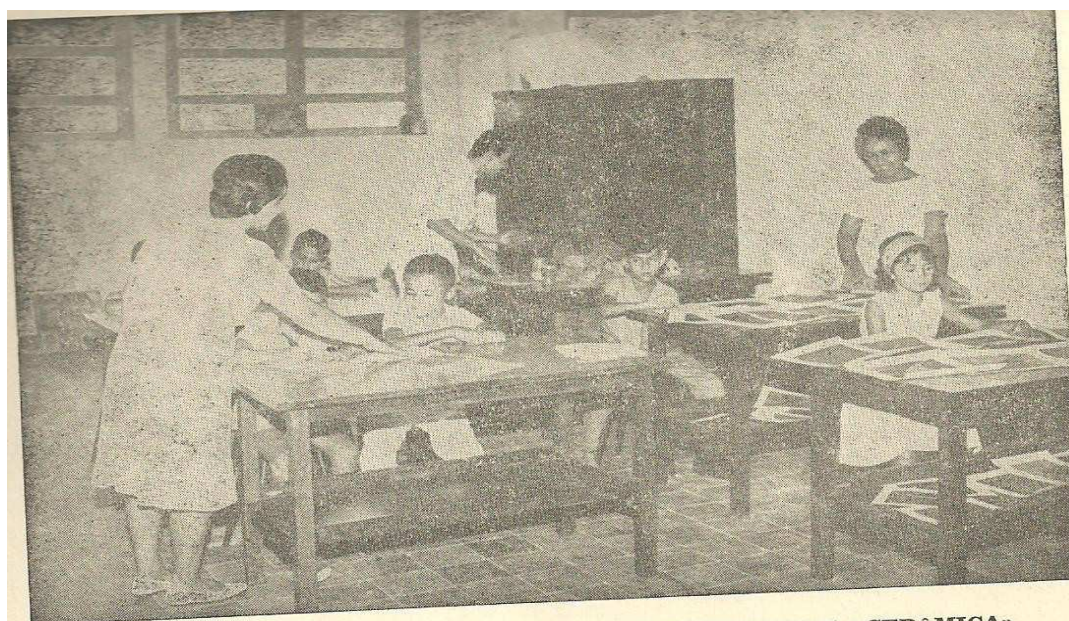


OFICINA DE ARTES INDUSTRIAIS «CESTARIA»

Imagem 38: Oficina de Artes Industriais de Cestaria

Fonte: Reabilitação em Sergipe

Ano: 1966



ESCOLA DE ARTES INDUSTRIAIS «CERÂMICA»

Imagem 39: Oficina de Artes Industriais de Cerâmica

Fonte: Reabilitação em Sergipe

Ano: 1966



Imagem 40: Oficina de Artes Industriais de Cerâmica

Fonte: Livro Reabilitação em Sergipe

Ano: 1966

Podemos observar, nas imagens, a presença de alunos cegos nas oficinas de artes industriais, dedicando-se a diversas atividades. Por meio dessas atividades, surgiu, no Centro, o Núcleo de Artes Plásticas, sob a orientação do então renomado Otaviano Canuto.

No Núcleo de Artes Plásticas, as aulas eram ministradas às quartas e sextas, no horário a partir das 15h30min, sendo acompanhado pelo professor da classe, para que houvesse uma compreensão entre aluno e professor da arte plástica, uma vez que os professores das classes eram professores especializados no ensino daqueles alunos (GARCIA FILHO, 1966).

O processo avaliativo, para verificar o progresso alcançado a cada final de ano, era a realização de uma Exposição dos Trabalhos produzidos no Núcleo de Artes Plásticas: bordados, costuras e trabalhos manuais, em madeira, metal, cestaria e cerâmica (oficinas de Artes Industriais).

Diante dessas atividades que eram oferecidas no Centro, através do Núcleo de Artes Plásticas, percebemos que houve a iniciação do ensino das artes plásticas para as

pessoas com deficiência, pois não foi encontrado registro da presença dessa atividade destinada ao público destacado em outra instituição com este perfil.

O Centro de Reabilitação Ninota Garcia foi criado para promover o bem estar da população sergipana, com os programas de educação e saúde pública, com o cuidado com os deficientes. Nesse cenário, nasceu a Escola Lions Club, mostrando, com isso, a preocupação do Centro em preparar a pessoa com deficiência visual para a vida, despertando e desenvolvendo as suas potencialidades. Percebeu-se o empenho das professoras no processo de aquisição da leitura e da escrita; domínio das operações matemáticas; incentivo integração social através das artes industriais e das festas, entre outras habilidades desenvolvidas na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Educação, em Sergipe, mostra-se, muitas vezes, esquecida quanto aos deficientes visuais. Diante dessa ausência, esta pesquisa trilhou caminhos sobre a História Educacional do Cego em Aracaju, no intuito de inseri-la na historiografia educacional sergipana.

Nesse sentido, ao analisar o processo educacional do cego em Aracaju, busquei compreender o centro de referência que atendia a pessoa com deficiência visual, o atual Instituto Benjamin Constant, que exerceu influência na formação dos professores sergipanos, na metodologia de criação e difusão dos materiais pedagógicos para a educação do cego em todo país.

No que tange ao curso de formação professores para ensinar a pessoa com deficiência visual – realizado no Instituto Benjamin Constant – contamos com professores sergipanos que, em sua grande maioria, fizeram o curso, porém não atingiram a meta principal que era a implantação de ações no seu estado de origem e a criação de uma instituição. Diante disso, apenas duas professoras atingiram a meta; a primeira foi Maria Helena dos Santos, que foi fazer a especialização no IBC, no Rio de Janeiro, e, ao voltar, criou a Escola de Reabilitação do SAME; a outra foi Marlene Gomes, que, apesar de não ter feito a sua formação no IBC, foi a São Paulo e frequentou a Fundação Dorina Nowil e o Instituto de Educação Caetan de Campos, local de formação profissional e produção de livros.

Com relação à cultura material no Instituto Benjamin Constant, percebemos que, por muito tempo, havia uma preocupação no que diz respeito aos materiais pedagógicos que facilitaram o processo de ensino. No entanto, a maioria dos professores adaptava a sua realidade, de forma que não havia prejuízo com relação à aprendizagem.

É importante observar que, no período de 1950, no Instituto Benjamin Constant, foi constatada a presença de professores sergipanos no curso de capacitação de professores para cegos. Como um dos objetivos do curso era a multiplicação do conhecimento no seu estado de origem por parte dos professores que fizeram a formação, surgiu a primeira escola para cegos, que foi denominada de Escola de Reabilitação de Cegos, cuja docente era Maria Helena dos Santos.

A Escola de Reabilitação de cegos surgiu no SAME, na década de 1950, período que se iniciou a Educação Especial em Aracaju, marcando pioneirismo do ensino de cegos e,

consequentemente, a mudança de paradigma – a saída do cego do estado de mendicância para o reconhecimento social através do processo de alfabetização que era realizado naquela escola. Esse processo de alfabetização apresentava a especificidade no ensino do Braille e do Cubaritmo. A preocupação com a leitura e a escrita foi o marco daquela escola, tanto que, no final de cada ano letivo, era divulgada a quantidade de alunos que aprenderam a ler e escrever, sendo que, durante dois anos de existência da escola, os alunos matriculados apresentaram essas habilidades.

A educação de cegos, em Aracaju, configurou-se através das políticas nacionais aos cegos. Não se pode esquecer que, em 1958, surgiu a Campanha Nacional de Educação do Cego, criada pelo Instituto Benjamin Constant, o que certamente contribuiu para toda a estruturação em nível de materiais pedagógicos e formação profissional para a primeira escola de cegos.

Apesar de ter observado o contexto da primeira escola de cegos, tive dificuldade na busca por documentos que fizessem a compreensão mais ampla deste cenário, uma vez que a inspeção escolar não apresentava nenhum documento da escola, muito menos o registro da sua fundação. Essa compreensão foi possibilitada pelos documentos presentes no IHGS (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe) e na Cúria Metropolitana de Aracaju.

Com a desativação da primeira escola, surgiu, em seguida, a segunda escola de cegos, que funcionou no Centro de Reabilitação Ninota Garcia. Trata-se da Escola de Cegos Lions Club, que surgiu na década de 1960 e teve como primeiro Diretor Antônio Garcia Filho. Essa escola tinha como professora Marlene Santos Gomes, que, aos 17 anos, já possuía a sua formação pedagógica, porém não tinha nenhuma compreensão na área de deficiência visual. A sua ida para a Escola de Cegos Lions Club possibilitou a formação nesta área específica através da Fundação Dorina Nowil, em São Paulo, durante o período de um ano.

O Centro de Reabilitação Ninota Garcia desempenhou um importante papel na educação dos cegos em Aracaju, através do acesso e permanência dos deficientes no Centro, por meio de seu programa das séries iniciais. Porém, não havia a terminalidade, os alunos passavam anos e anos na mesma série.

Em relação às especificidades do ensino de cegos, no Centro de Reabilitação Ninota Garcia, havia um planejamento geral com toda a equipe pedagógica, discutido pelos docentes no início do ano letivo. Aquele planejamento tinha conteúdo do ensino regular, o que possibilitava a inserção do aluno nesse ensino, além do ensino do Braille e do soroban. Neste contexto, surgem as primeiras classes de Braille, sendo a primeira a Escola de Reabilitação do Cego de Aracaju, e a segunda, a Escola Lions Club, que possibilitaram que os

cegos pudessem ser alfabetizados, pois o Braille e cubarítimo eram elementos indispensáveis para que o deficiente visual tivesse uma relevância social.

Outro ponto relevante que ocorria no Centro Reabilitação Ninota Garcia eram as oficinas de cerâmica, tapeçaria e madeira, que possibilitavam as descobertas de novas habilidades para os deficientes visuais.

Outro fato ocorrido durante a pesquisa foi a ausência de documento na Inspeção Escolar de Sergipe e no Conselho de Educação, tanto na Escola de Recuperação de Cego quanto a Escola Lions Club, que funcionavam no Centro de Reabilitação Ninota Garcia, tais como: fichas de alunos, diários escolares e atas de reunião, o que dificultou a compreensão do cenário escolar.

Por fim, destaco a importância do papel das professoras pioneiras no ensino dos cegos, em especial a professora Maria Helena, por ter sido negado o seu direito ao exercício da profissão, diante da concepção do que seria deficiente naquele momento. Mas, apesar da compreensão do que seria deficiente, Maria Helena dos Santos buscou caminhos para mudar a condição do deficiente visual na sociedade sergipana, quebrando, com isso, o conceito do que seria o deficiente visual.

Contudo, percebemos que a implantação das duas escolas possibilitaram a mudança de olhar, já que, antes das mesmas, o cego era visto com incapaz e fadado a mendicância. Após as instituições, o cego passou a ter oportunidade de ser alfabetizado e, com isso, ter um reconhecimento social.

Espera-se que este estudo possa contribuir na historiografia educacional sergipana, no que se refere à educação dos cegos, criando motivação em outros pesquisadores a desenvolverem pesquisas com a intenção de responder outras perguntas suscitadas a partir deste estudo.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Maria Stela de Araújo. **Um Estudo sobre a Educação Especial em Sergipe**. 2000. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo- Faculdade de Educação.

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva**. 2006 . Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos.

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Dotação e talento: concepções reveladas em dissertações e teses no Brasil**. 2011 . Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos.

ARAÚJO, J. S.. **Perfil do leitor colonial**: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

ARAÚJO, Maria das Graças. **Opinião de psicólogo sobre o seu preparo para atender as necessidades humanas básicas de crianças com deficiências mentais**. 2006 . Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe- Ciência da Saúde.

AZEVEDO, F. “As origens das instituições escolares”. In: **A Cultura Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

BARBOSA, Josilene Souza Lima Barbosa. **A Tecnologia Assistiva Digital na Alfabetização de Crianças Surdas**. 2011 . Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394/96. Brasília, 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, n. 948/2007. Brasília, 2007.

BARROS, J. A. Notas sobre um Campo Histórico em suas relações Intradisciplinares e Interdisciplinares. In: **Patrimonious**, 2009. Disponível no sit <http://ning.it/glfy65>

BUENO, J. G. S. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília, DF: MEC/SEE, 1999.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Jane A. **Adaptando para baixa visão**. Brasília: MEC, SEESP, 2000.

DANTE, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FARIA FILHO, Luciano M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Trad. Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis. Ed. Vozes, 1987.

FERREIRA, Eliana Lúcia. **Atividade Física para Pessoas com Deficiência Física: Aspectos Sócio-Cultural da Deficiência**. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2008.

FISCARELLI, Rosilene Batista Oliveira ; SOUZA, Rosa Fátima de. Símbolos da Excelência Escolar: História e Memória da Escola Pública Inscrita em Troféus. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas nº 14, p.95-115. maio/agosto. 2007.

GARCIA FILHO, Antônio. **Reabilitação em Sergipe**. Aracaju. Gráfica Aracaju. 1966.

LIMA, Iara Maria Campelo. **Observação e Análise da interação professor-aluno em classe especial.1985**. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

JANUZZI, Gilberta. **Políticas Sociais Públicas da Educação Especial**. Santa Catarina, 1991. Congresso Brasileiro de Neurologia e Psiquiatria Infantil, Blumenau.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Ed. 2ª. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

JULIA, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: autores Associados, nº 1, janeiro/junho. 2001, p. 9-43.

LIMA, Iara Maria Campelo. **Observação e Análise da interação professor-aluno em classe especial.1985**. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LIMA, Maria do Socorro. **A República, Política e Direito: Representação do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto(1918-1921)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

LOBO, Lilia Ferreira. **O Infames da História: Pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, Luciano M; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, Elaine M. T.; GAVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. **Educação e Acessibilidade: Um Estudo sobre Estudantes com deficiência em Universidade Pública do estado de Sergipe**. 2011. Dissertação (Mestrado), **Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Física: O caso da Universidade Federal de Sergipe-Cidade Universidade Professor José Aloísio de Campos**.

MANTOAN, Maria T. Igualdade e Diferenças na escola – como andar no fio da navalha. In: **Revista da Faculdade de Educação da UFG**. Porto Alegre, vol. 31, nº. 2, 2006. Disponível em www.revistaseletronicas.pucrs.br Acesso em 01/10/08, às 20:14 h.

MATOS, Nelson Dagoberto de. **Deficiência, Cidadania e Política Educacional no Estado de Sergipe**: 1979-2001. 2004.Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos.

MAZZOTTA, Marcos J. da S. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. Ed. 5ª. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, Jorge C, do. **A Cultura Ocultada**. Londrina: UEL, 1999.

NUNES, Maria T.. **A História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NUNES, Patrícia M. S. N.. **A Brincadeira de Faz-de-Conta em crianças de três a sete anos com Deficiência Visual**. 2002. Projeto do CNPq (Iniciação Científica) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

OLIVEIRA, Luiz E. M. de (Org.).**A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações para a educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010.

PLETSCH, Márcia D.. **Repensando A Inclusão Escolar: Diretrizes Políticas, Práticas Curriculares e Deficiência Intelectual**. Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.

KASSAR, Mônica de C. M. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SANTOS, Antônio Carlos Nogueira. **Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Física: O caso da Universidade Federal de Sergipe - Cidade Universidade Professor José Aloísio de Campus**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

SOUZA, Rita de C.S. **A História da Educação Especial em Sergipe**: uma trajetória, de descasos, lutas, dores e conquistas. 2000 . Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Rita C.S. **Educação Especial em Sergipe**: uma trajetória de descasos, lutas, dores e Conquistas. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

_____. **Educação Especial em Sergipe do Século XIX ao início do século XX**: Cuidar e Educar para Civilizar. 2009. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História Cultural Material Escolar**: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários Históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Vivência de Inclusão**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

_____. **Gênese da Educação dos Surdos em Aracaju**. São Cristóvão: Editora UFS; Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

VASCONCELOS, Chystiane Andrade Vasconcelos. **Estudo de la afetividade de los niños y niñas portadores Del síndrome down em idade pré-escolar**.2000. Dissertação (Mestrado), Instituto Superior Pedagógico José Verona em Cuba.

VEIGA,Cynthia Greiga;FONSECA, Thais N. de L. e . **História e Historiografia Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- Fontes eletrônicas

<http://www.sorobanbrasil.com.br>

<http://www.ibc.org.br>

- Fontes de Legislação

BRASIL. Decreto nº 3298, 20 de dezembro de 1989. Regulamenta a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, dispôs sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: [http:// planalto.gov.br/ccivil_ 3/ decreto/ d 3298.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_3/decreto/d3298.htm)

_____. Decreto nº 3956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: [http:// planalto.gov.br/ccivil _ 3/ decreto/ d 3956.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_3/decreto/d3956.htm)

_____. Portaria nº 2678, de 24 de setembro de 2002. A difusão da grafia Braille para Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo território nacional. Disponível em: [http:// fnde.gov.br/fnde/ legislacao/ portaria/item/](http://fnde.gov.br/fnde/legislacao/portaria/item/)

_____. Lei nº 10.172, 19 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Disponível em: [http:// planalto.gov.br/ccivil_0 3/ leis/leis 2001 /10172 htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis2001/10172.htm).

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http:// planalto.gov.br/ccivil_0 3/ leis/ 2002 /10436 htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm).

_____. Resolução CNE/CP nº 1, 9 de abril de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica. . Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/cne/ arquivos/ pdf /rcp01.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01.pdf).

_____. Resolução CNE/CP nº 1, 9 de abril de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica. . Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/cne/ arquivos/ pdf /rcp01.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01.pdf).

RIO DE JANEIRO. Portaria nº113, de 21 de Agosto de 1952. Exigência de Ingresso para Curso de Formação de Professores para Cegos no IBC.

_____. Portaria N°: 111, de 10 de julho de 1956. Capítulo I - Da finalidade e duração do curso.

_____. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962, Decreto nº 34700. Ministério da Educação e Cultura. Capítulo I - Da finalidade e duração do curso.

_____. Portaria nº 78 de 26 de Agosto de 1962 . Ministério da Educação e Cultura. Duração do curso.

_____. Portaria nº 78 de 26 de Agosto de 1962. Capítulo I - Da finalidade e duração do curso.

_____. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962. Capítulo II -Da Admissão e das provas de seleção.

_____. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962. Capítulo III - Artigo 13- Organização do Curso.

_____. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962. Capítulo III Artigo 14º - Avaliação no curso.

_____. Portaria nº 25 de 16 de maio de 1962. Capítulo V Artigo 18º- Regimento Disciplinar.

_____. Portaria nº. 113 de 21 de Agosto de 1952; Capítulo III; Artigo 12- Professores Sergipanos que fizeram Curso de Formação de Didática de Cego.

_____. Portaria N°. 111 de 10 de junho de 1956. Professores Sergipanos que fizeram Curso de Formação de Didática de Cego.

_____. Portaria nº. 113 de 21 de Agosto de 1952 - Capítulo III; Artigo 12. Regimento do processo avaliativo do Curso de formação de Professores.

_____. Portaria nº. 111 de 10 de junho de 1956. Capítulo III Artigo 7º. Regimento do processo avaliativo do Curso de formação de Professores.

_____. Portaria nº. 25 de 16 de maio de 1962. Capítulo III Artigo 14º. Regimento do processo avaliativo do Curso de formação de Professores.

- FONTES IMPRESSAS:

Jornal “A Cruzada “, 1958; 1959;

BRASIL. 150 Anos de Instituto Benjamin Constant. Org: Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro. 2007.

- ENTREVISTAS:

ALMEIDA, Maria da Gloria de Souza. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 26 de Agosto de 2011.

AGLAÉ. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 28 de novembro de 2012.

SANTOS, Marlene Gomes Dos . Aracaju, 20 de dezembro de 2012.